

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES  
URI – CAMPUS DE SANTO ÂNGELO/RS**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE  
ORGANIZAÇÕES – MESTRADO**

**FUNDAMENTOS E POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO NAS  
PEQUENAS E MÉDIAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO  
BORJA – RS: NA PERSPECTIVA NEOENDÓGENA**

**MESTRANDO: AUGUSTO JOSÉ PINTO SOUTO**

**ORIENTADOR: DR. JOÃO SERAFIM TUSI DA SILVEIRA**

Santo Ângelo (RS)

2013

Augusto José Pinto Souto

FUNDAMENTOS E POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO NAS PEQUENAS  
E MÉDIAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA – RS: UMA  
PERSPECTIVA NEOENDÓGENA

Dissertação de Mestrado em Gestão  
Estratégica de Organizações para a  
obtenção do título de Mestre em Gestão  
Estratégica de Organizações,  
Universidade Regional Integrada do Alto  
Uruguai e das Missões – URI – Campus  
Santo Ângelo, Departamento de Ciências  
Sociais Aplicadas, Programa de Pós-  
Graduação em Gestão Estratégica de  
Organizações – Mestrado Profissional

Professor Orientador Dr. João Serafim Tusi da Silveira

Santo Ângelo (RS)

2013

AUGUSTO JOSÉ PINTO SOUTO

FUNDAMENTOS E POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO NAS PEQUENAS  
E MÉDIAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA – RS: UMA  
PERSPECTIVA NEOENDÓGENA

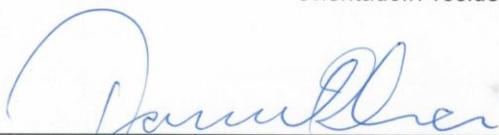
Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Organizações – Mestrado Profissional da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – *Campus* de Santo Ângelo – RS, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Gestão Estratégica de Organizações, Área de Concentração: Desenvolvimento, Gestão e Organizações, Linha de Pesquisa: II – Desenvolvimento e Organização Social.

Banca Examinadora:



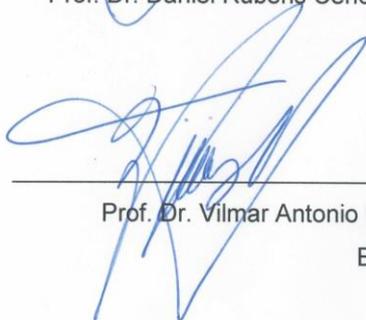
---

Prof. Dr. João Serafim Tusi da Silveira, Doutor em Engenharia de Produção  
Orientador/Presidente



---

Prof. Dr. Daniel Rubens Cenci, Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Examinador



---

Prof. Dr. Vilmar Antonio Boff, Doutor em Desenvolvimento Regional  
Examinador Externo

Santo Ângelo (RS), 24 de junho de 2013.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

### Catálogo da Publicação

S728f Souto, Augusto José Pinto  
Fundamentos e possibilidades de desenvolvimento nas pequenas e médias propriedades rurais do município de São Borja – RS : uma perspectiva neoendógena / Augusto José Pinto Souto. – Santo Ângelo : URI, 2013.  
147 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Santo Ângelo. – Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Organizações, 2013.

1. Desenvolvimento rural – São Borja 2. Neoendógena I.  
Título.

CDU: 338.43(816.5)

*Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10 / 1720*

## **DEDICATÓRIA**

A Deus;

A minha esposa Cláudia aos meu filhos

Fernando e Felipe;

A minha mãe Yolanda (In Memoriam);

Ao meu pai Fernando.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço ao meu orientador professor Dr. João Serafim Tusi da Silveira que aceitou a orientação, mesmo que as pesquisas de campo já estivessem em andamento, construiu esta dissertação com suas orientações qualificadas, procedendo de maneira inteligente, utilizando-se de paciência e sabedoria.

Ao conjunto de professores do quadro do Mestrado e seus funcionários.

Ao professor Mestre José Roberto de Oliveira, parceiro que disponibilizou sua metodologia e sendo prestativo, realizou ações práticas na pesquisa de campo da análise do índice de capacidade humana e social local em São Borja.

Aos respondentes das pesquisas de campo.

Ao colega Roberto Carlos Dalongaro pela parceria e o companherismo nas viagens.

## EPIGRAFE

Os autores da realidade rural:

Pesquisada N° 235, 25/04/2012 – Esposa, mãe de filhos que estudam e trabalham na propriedade rural. Optou por sair da profissão de professora para empreender coletivamente na propriedade da família: “No município: as pessoas têm falta de **atitude, ação**. Isto é **cultural**. Trabalho é **hábito!**”.

Pesquisado N° 257, 19/05/2012 – Pequeno produtor rural, com oito pessoas da família na propriedade. Presidente de associação. O município necessita uma “política agrícola por **localidade**”, com “**apoio do poder público**” (federal, estadual e municipal) e as “**universidades, institutos de ensino e pesquisa**” .

Pesquisado N° 278, 16/06/2012 – Produtor rural com pouco mais de um módulo rural. Têm área própria, faz parceria com empreendedorismo coletivo e os parceiros são os vizinhos. “A **falta de união é falta de interesse**”.

Pesquisado N°287,18/07/2012 – Produtor de leite, especializado e tecnificado. “Área rural têm **baixo custo de vida**. Porém **os jovens buscam sair para a cidade**. A **educação rural** deve ter a **prática agrícola**”.

Precisamos, pois, de um novo paradigma, uma nova visão de realidade, uma mudança fundamental em nossos pensamentos (CAPRA, 1982, p.14).

Que este estudo contribua para a mudança de paradigma...

## RESUMO

Esta dissertação propõe uma alternativa de desenvolvimento neoendógeno para as propriedades rurais com até 100 hectares, estabelecidas no município de São Borja - RS. A região analisada abrange uma área total estimada em quase 6 mil hectares, na qual foram amostradas e diagnosticadas 248 propriedades. O referencial teórico-empírico utilizado está alicerçado em elementos inerentes ao desenvolvimento exógeno, desenvolvimento endógeno e desenvolvimento neoendógeno, especialmente quanto aos principais fatores condicionantes do desenvolvimento rural; e em dados e informações obtidos nos levantamentos realizados sobre a história dos 330 anos do município, sobre o perfil socioprodutivo das pequenas e médias propriedades rurais e sobre a capacidade humana e social para o desenvolvimento local. Metodologicamente, empregaram-se recursos de pesquisa exploratória, quali-quantitativa, incluindo uma boa gama de procedimentos técnicos: pesquisas bibliográfica e documental, *survey*, estudo de caso, análise de conteúdo e de citações e estatística descritiva. Utilizou-se o software SPHINX para tabulações e análises. Concluiu-se que os fatores críticos de sucesso para o desenvolvimento rural neoendógeno local são a cultura não individualista, sistemas produtivos integrados que resgatem habilidades e tradições de trabalho conjunto, foco na produção/mercado em escala, fomento e incubação (empurrão inicial), estabelecimento de parcerias e o reestabelecimento do cooperativismo agrícola, dentre outros.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural, Neoendógeno, São Borja

## **ABSTRACT**

This dissertation aims at an alternative development neoendogenous for rural properties with 100 hectares, established in São Borja – RS. The analyzed region covers a total area of nearly 6.000 hectares, which were sampled and diagnosed 248 properties. The theoretical and empirical elements used are grounded in inherent in the development exogenous and endogenous development, neoendogenous development, especially on the main factors responsible for rural development, and data and information obtained in surveys conducted on the history of 330 years of the municipality, on socioproductive the profile of the small rural properties and the social and human capacity for local development. Methodologically, resources were employed exploratory research, qualitative and quantitative, including a good range of technical procedures: bibliographical and documentary survey, case study, content analysis and descriptive statistic and quotes. Was used Sphinx software for tabs and analysis. Concluded that the critical success factors for rural neoendogenous site are not individualistic culture, integrated production systems that recover skills and traditions of working together, focused on the production/market scale development and incubation (initial push), establishment partnerships and reestablishment of agricultural cooperatives, among others.

Key-words: Rural Development, Neoendogenous, São Borja

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- A pirâmide do empreendedorismo.....	23
Figura 2- O círculo vicioso da pobreza.....	27
Figura 3- Os trinta povos.....	33
Figura 4- Combate em São Borja contra os paraguaios.....	42
Figura 5- Prestígio em São Borja no bairro do Passo.....	53
Figura 6- Proposta de projeto queijo Origona ou Origone.....	100
Figura 7- Concepção de um programa de desenvolvimento econômico-local..	101
Figura 8- Assentado empreendedor coletivo. Cambuchim, localidade São Miguel	103
Gráfico 1- Involução do número de alunos por escolas rurais dos anos 2000 à 2012 no município de São Borja-RS.....	54
Tabela 1- Síntese dos modelos de desenvolvimento rural exógeno e endógeno	18
Tabela 2- Dificuldades no serviço ATER e proposições para o RS.....	28
Tabela 3-São Borja Censo Cidades (2010) população rural, urbana e total...	53
Tabela 4- População residente rural, faixa etária e percentual.....	54
Tabela 5- Número de propriedades rurais do município de São Borja-RS, por estratos de área.....	58
Tabela 6-Determinação do tamanho da amostra das propriedades rurais.....	59
Tabela 7- Determinação da amplitude de uma amostra da população.....	62
Tabela 8- Identificação das principais características (subcategorias) a considerar em projetos de desenvolvimento endógenos e exógenos.....	63-65
Tabela 9- Análise histórica-sociológica de São Borja: povoamento (etnias), produtos primários e sistemas produtivos.....	66
Tabela 10- Identificação de fatores pretéritos presumivelmente determinantes e condicionantes do desenvolvimento rural no município de São Borja-RS....	71-72
Tabela 11- Principais resultados do levantamento do perfil socioprodutivo das pequenas e médias propriedades rurais do município de São Borja-RS	75-78
Tabela 12- Análise múltipla: é associado ou cooperativado? ; comercialização coletiva ; compras coletivas ; vendas para cooperativa e vendas pelas associações.....	81-82
Tabela 13- Cruzamentos entre a renda mensal estimada, o nível de exigência de investimentos e a condição de investimento na propriedade.....	83
Tabela 14- Análise múltipla: grau de instrução do chefe de família e as	

diversas modalidades de assistência técnica recebidas pela propriedade..	84
Tabela 15- Análise múltipla: renda mensal estimada e grau de instrução do Chefe da família.....	85
Tabela 16- Análise múltipla: graus de instrução do chefe da família nos 3 primeiros estratos de renda mensal estimada.....	86
Tabela 17- Alguns aspectos inerentes às unidades integradas por chefes de família com curso superior completo e identificação de suas características quanto o perfil gerencial.....	87-89
Tabela 18- Análise múltipla: perfil gerencial, renda estimada e grau de instrução chefe da família para unidades com área compreendida no intervalo “>0 a < 10,1ha”.....	92
Tabela 19- Análise múltipla: perfil gerencial, renda estimada e grau de instrução do chefe da família para unidades com área compreendida no intervalo “=>10 a <50 ha”.....	93-94
Tabela 20- Análise múltipla: perfil gerencial, renda estimada e grau de instrução do chefe da família para unidades com área compreendida no intervalo “=>50,1 a <100,1 ha”.....	94-95
Tabela 21- Análise múltipla: perfil gerencial, renda estimada e grau de instrução do chefe da família para unidades com área compreendida no intervalo “>0 a <100,1ha”.....	95-96
Tabela 22- Composição dos perfis gerenciais por estratos de área, em todas as propriedades pesquisadas.....	96
Tabela 23-Parcerias imprescindíveis ao projeto piloto.....	113
Tabela 24- Os recursos, as especificações, a situação e ações necessárias/possibilidades do projeto neoendógeno em São Borja	116-120
Tabela 25- Classificação das atividades em proposição na relação da renda em periodicidade para a agricultura familiar no projeto piloto neoendógeno de São Borja.....	121

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>1. REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO</b> .....	<b>17</b>
1.1 DESENVOLVIMENTO EXÓGENO E ENDÓGENO.....	17
<b>1.1.1 Principais fatores condicionantes do desenvolvimento rural</b> .....	<b>18</b>
<b>1.1.2 Desenvolvimento rural neendógeno</b> .....	<b>30</b>
1.2 SÃO BORJA E A SEGUNDA FUNDAÇÃO DE POVOAMENTOS – SETE POVOS DAS MISSÕES.....	32
<b>1.2.1 O povo de São Borja</b> .....	<b>34</b>
1.2.1.1 Da formação do povo de São Borja ao século XVII.....	34
1.2.1.2 São Borja no século XVIII.....	35
1.2.1.3 São Borja no século XIX.....	38
1.2.1.4 São Borja no século XX.....	44
1.2.1.5 São Borja no século XXI.....	47
<b>1.2.2 Recortes complementares – São Borja</b> .....	<b>48</b>
1.2.2.1 Influência Indígena.....	48
1.2.2.2 Influência jesuítica – guarani: período missioneiro.....	48
1.2.2.3 Fatores étnicos – políticos – culturais com foco para São Borja.....	49
1.3 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DO LEVANTAMENTO RURAL DAS PEQUENAS E MÉDIAS PROPRIEDADES EM SÃO BORJA.....	53
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	<b>55</b>
2.1 LEVANTAMENTO DO REFERENCIAL TEÓRICO SOBRE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO, EXÓGENO E NEOENDÓGENO	56
<b>2.2 LEVANTAMENTO DA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA – RS</b>	<b>58</b>
2.3 LEVANTAMENTOS DA SITUAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DAS PEQUENAS E MÉDIAS PROPRIEDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA – RS.....	58
2.4 LEVANTAMENTO DA CAPACIDADE HUMANA E SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL SÃO BORJA – RS.....	61
<b>3. RESULTADOS E ANÁLISES</b> .....	<b>63</b>
3.1 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO, EXÓGENO E NEOENDÓGENO	63
3.2 HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA.....	65
3.3 SITUAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DAS PEQUENAS E MÉDIAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA - RS	75
3.4 ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA CAPACIDADE HUMANA E	

SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL – SÃO BORJA- RS.....	96
3.5 POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO NEOENDÓGENO DA REGIÃO, DIANTE DAS ANÁLISES TEÓRICO-EMPÍRICA E SITUACIONAL REALIZADAS.....	98
3.6 PROPOSIÇÃO DE UM PROJETO PILOTO INTEGRADO MULTIFOCO COM ATIVIDADES PRODUTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NEOENDÓGENO NA REGIÃO DE SÃO BORJA - RS.....	112
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>124</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>128</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....</b>	<b>135</b>
<b>APÊNDICE A – Formulário da pesquisa dos perfis socioprodutivos das pequenas e médias propriedades rurais no Município de São Borja – RS.....</b>	<b>137</b>
<b>ANEXO A – Formulário da pesquisa da análise da influência da capacidade humana e social no desenvolvimento local – São Borja RS</b>	<b>145</b>
<b>ANEXO B – Recomendação da Comissão Central dos Festejos dos 330 anos de Instalação do Município de São Borja do projeto “Queijo Origona ou Origone”.....</b>	<b>147</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação de Mestrado em Gestão Estratégica de Organizações tem como objetivo o desenvolvimento neoendógeno das propriedades rurais com até 100 hectares, no município de São Borja - RS.

A região analisada é o território de São Borja, no qual as 248 propriedades rurais estão em localizações dispersas, circundadas pelas grandes propriedades particulares e propriedades de grandes empresas no município. Na caracterização das propriedades investigadas, constam homens e mulheres rurais, predominantemente proprietários da agricultura familiar: produtores assentados, produtores do banco da terra, produtores da agricultura familiar em geral e, em menor proporção, empreendedores rurais. Na região investigada, é analisada a sua história e também são relacionadas as questões culturais e étnicas, sociais e políticas que se complementam no tema. Utilizou-se do levantamento histórico, da pesquisa dos perfis socioprodutivos das pequenas e médias propriedades rurais, e da pesquisa do índice de capacidade humana e social no desenvolvimento local de São Borja, para o entendimento amplo da região em questão.

A dissertação constará dos seguintes capítulos:

Introdução - Apresenta o tema, a problemática, as hipóteses, os objetivos gerais e específicos, finalizando com a justificativa.

Capítulo 1- Versa sobre o referencial teórico e empírico, no qual se embasam os autores referendados, tendo-se a fundamentação para as análises posteriores.

Capítulo 2 - Registra as metodologias utilizadas. Nesse capítulo pretende-se externalizar como se realizaram as pesquisas de campo e levantamentos, além das características dessas pesquisas e levantamentos.

Capítulo 3 – Detém-se nas análises, nos resultados e na proposta. Compõe-se das análises por meio de tabelas e relações plotadas das práticas de campo, relacionando-as com interações teóricas-empíricas e históricas e resultando na proposta desta dissertação.

A presente dissertação encerra com as considerações finais, as reflexões sobre o tema, a estimulação dos estudos futuros e as referências. Após os apêndices e anexos. Quanto o tema, refere-se ao desenvolvimento neoendógeno rural, sendo a linha de pesquisa desenvolvimento e organização social.

A delimitação do tema é o estudo do desenvolvimento neoendógeno das propriedades rurais com até 100 hectares no município de São Borja - RS.

Um município com característica agrícola e pecuária - além de dominâncias políticas fortes, encaminha historicamente para o individualismo. Sendo que o individualismo se apresenta como uma ameaça, nas desigualdades sociais. E o empreendedorismo como uma oportunidade. No passado, o município foi forte no cooperativismo, hoje este é considerado um ponto fraco.

Na problemática, busca-se investigar se os fundamentos do desenvolvimento rural satisfazem os requisitos para se adequarem as características culturais, étnicas e fatores sociais, políticos, econômicos.

Questiona-se: Esses fatores proporcionariam o desenvolvimento, no segmento rural estudado do município de São Borja?

Para a presente dissertação foram levantadas as seguintes hipóteses:

- a) O estudo das possibilidades de desenvolvimento rural para os atores da comunidade de São Borja estão adequados às questões culturais e étnicas, sociais, econômicas e políticas do território considerado;
- b) O individualismo cultural é condicionante ao desenvolvimento rural local.

Quanto à Metodologia empregada, registra-se que a fase de investigação amparou-se em estudo exploratório e descritivo, sendo utilizada a abordagem qualitativa e quantitativa. Nos procedimentos técnicos, empregou-se a pesquisa

bibliográfica, a pesquisa documental e o levantamento tipo *survey*. Sendo um Estudo de caso e a pesquisa Ex-Post-Facto, além de pesquisa ação.

Apresenta-se o objetivo geral desta dissertação que é analisar o desenvolvimento neoendógeno das propriedades rurais com até 100 hectares no município de São Borja - RS.

Os objetivos específicos são:

- Estudar as teorias de desenvolvimento;
- Levantar a história do município, sua formação étnica e as inter-relações com fatores sociais, políticos, econômicos do Rio Grande do Sul com foco para São Borja - RS;
- Utilizar da pesquisa histórica e das pesquisas de campo: pesquisa dos perfis socioprodutivos das pequenas e médias propriedades rurais e da pesquisa da análise da influência da capacidade humana e social no desenvolvimento local em São Borja- RS;
- Utilizar dos métodos de análise de conteúdo, análise de citações, análise léxica de forma comparativa e integrativa;
- Apresentar resultados e sugestões;
- Propor um projeto piloto neoendógeno na região estudada.

O presente estudo é justificado pela alta proporção de propriedades rurais a serem investigadas, existindo variáveis que deverão ser analisadas com o propósito de sugerir alternativas de desenvolvimento. Também se fundamenta em gerar condições de investigação, baseadas nas informações das pesquisas dos perfis socioprodutivos das pequenas e médias propriedades rurais, e análise da influência da capacidade humana e social no desenvolvimento local, para análise de conteúdo e estudo de modelos de desenvolvimento.

Sendo o ambiente da pesquisa um segmento socioeconômico e produtivo que requer atenção de políticas públicas e interações de parcerias pública, privada e os atores em comunidade que visam ao desenvolvimento rural do município.

# 1. REFERENCIAL TEÓRICO E EMPÍRICO

## 1.1 DESENVOLVIMENTO EXÓGENO E ENDÓGENO

O desenvolvimento exógeno, segundo Dallabrida (2011), surgiu de abordagens intervencionistas que se opõem ao caráter automático dos mecanismos do livre mercado e defendem uma intervenção externa no mercado, combatendo as desigualdades regionais.

Paralelamente foram construídos modelos neoclássicos de crescimento que produziram características sintetizadas em: presença de rendimentos constantes à escala para o trabalho e o capital e rendimentos marginais decrescentes de cada um dos recursos produtivos (DALLABRIDA, 2011).

O desenvolvimento endógeno tem a finalidade como sendo para atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local, na divisão internacional ou nacional do trabalho, o seu objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento endógeno procura atuar também sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade (BARQUERO, 2001).

Para este pesquisador, o desenvolvimento endógeno necessita da criação de um entorno institucional e econômico favorável, proporcionado pela conjugação do aproveitamento dos recursos e dos serviços locais, bem como da cooperação entre os atores, pois estes possuem condições de promover mudanças. Nessas condições, o capital social assume grande importância para o desenvolvimento endógeno.

Dallabrida (2011) apud Vásquez-Barquero (1998; 2000; 2001; 2002), Albuquerque (2001) e Tenório (2008), associa ao desenvolvimento endógeno a capacidade da comunidade local em utilizar o potencial de desenvolvimento existente no território e de dar resposta aos desafios em um momento histórico determinado. Assim, o desenvolvimento existente permite às comunidades locais produzirem adequadamente para satisfazer as necessidades da população.

Já Schneider (2006) vale-se das raízes históricas para caracterizar a evolução do processo de desenvolvimento rural endógeno. Para ele este processo constitui-se no resultado da combinação de um conjunto de fatores socioeconômicos e histórico-culturais que, num mesmo território, levaram ao desenvolvimento de uma matriz produtiva e a uma confrontação social que se reproduz, a partir de sinergias produzidas pelo próprio processo endógeno de acumulação de capital.

Em síntese se utiliza das características dos modelos de desenvolvimento rural exógeno e endógeno de Alves (2008):

Tabela 1- Síntese dos modelos de desenvolvimento rural exógeno e endógeno

Característica	Desenvolvimento exógeno	Desenvolvimento endógeno
Princípio-chave	Economia de escala e concentração	Arranjos locais (naturais, humanos & culturais). Recursos para o desenvolvimento sustentável.
Força dinâmica	Polos de crescimento urbano. As áreas rurais são concebidas como fonte de alimentos e de produtos primários para a expansão das economias urbanas.	Empresas e iniciativas locais
Função das áreas rurais	Produção de alimentos e de produtos primários para a expansão da economia urbana.	Diversificação das economias e dos serviços.
Maiores problemas de desenvolvimento	Baixa produtividade e marginalização	Limitada capacidade de áreas/grupos sociais de participar das atividades econômicas.
Foco do desenvolvimento rural	Modernização agrícola: estímulo à mobilidade de capital e trabalho.	Construção de capacidades (habilidades, instituições e infraestrutura). Superação da exclusão social.

Fonte: Alves (2008 p.31).

### 1.1.1. Principais fatores condicionantes do desenvolvimento rural

Segundo Putnam (2002) o capital social depende de cooperação voluntária e a exemplo das praticadas pelas associações de crédito rotativo. Ele também relatadas às regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica que estimulam a cooperação e a confiança social. O autor cita “A confiança é uma propriedade do sistema social, tanto um atributo social”. Os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente.

Na concepção de Fukuyama (1996) apud Coleman (1988), capital social é a capacidade de as pessoas trabalharem juntas visando objetivos comuns a seus

grupos e organizações. Além de conhecimento e qualificação, uma porção distinta do capital humano tem a ver com a capacidade das pessoas de se associarem umas às outras. Continuando, o referido pesquisador acrescenta que a capacidade de associação depende do grau com que as comunidades compartilham normas e valores e se mostram dispostas a subordinar interesses individuais aos de grupos maiores. Desses valores compartilhados nasce a confiança, e a confiança, por sua vez, encerra um grande e inestimável valor econômico.

Ainda para Fukuyama (1996), o capital social, prova crucial da confiança e circunstância crítica para a saúde de uma economia, repousa em raízes culturais. Ele também admite que uma das lições mais importantes da vida econômica é que o bem-estar de uma nação, bem como sua capacidade de competir, é condicionado a uma única e abrangente característica cultural: o nível de confiança inerente à sociedade. Para o referido autor, considerando que a comunidade depende de confiança, e esta sendo determinada culturalmente, ela emergirá espontaneamente em graus diferentes, em diferentes culturas.

Confiança é a expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas pelos membros dessa comunidade (FUKUYAMA, 1996, p.41).

Nesta definição, Fukuyama apóia-se tanto em cultura, quanto em estrutura cultural, e se aproxima do sentido popularmente compreendido de cultura, que é um hábito ético herdado. A grande maioria das populações é educada para seguir as regras morais de sua sociedade por uma simples questão de hábito – na vida familiar, com os amigos, vizinhos ou na escola. Assim, qualquer comunidade cultural, independentemente das regras éticas específicas e implícitas, criará um determinado grau de confiança entre os seus membros.

Ao analisar a atividade agropecuária, Gimenez e Tóffolo (2005) apud Machado et. al. (2000), constatam que geralmente ela está relacionada com a tradição familiar, onde os filhos aprendem com os pais as tarefas, rotinas, modos de produção, estilo de vida e padrões de conduta em família e perante a sociedade em geral.

Em relação ao capital social, Baquero; Cremonese (2008), que este pode auxiliar no desenvolvimento de identidades coletivas orientadas para o social e

comunitário, proporcionando a materialização de bens coletivos essenciais para o desenvolvimento econômico.

Alves (2008) informa que o conhecimento produzido no espaço rural é produto das interações entre os conhecimentos tradicionais (caboclos, índios, negros e colonos europeus) e fundamentalmente emergem de redes de pesquisas científicas e que influenciam políticas públicas de desenvolvimento rural, e difundidos por uma rede de assistência técnica e de comercialização de insumos.

Na área educacional, Vergara (2010), comenta que nossa cultura tem privilegiado a aprendizagem individual. Na família, na escola, na empresa o individualismo têm sido reforçado. No entanto, mesmo essa aprendizagem individualista nem sempre tem alcançado os resultados pretendidos. Essa circunstância aponta para a questão do significado como fator fundamental à aprendizagem.

A educação também é fundamental ao desenvolvimento endógeno. Com relação a educação, Oliveira (2011b) apud Sen (2000, p. 34) afirma que, é um processo de mão dupla, “baixos níveis de renda podem ser razão fundamental de analfabetismo”, influências sobre as capacidades básicas e liberdades efetivas que os indivíduos desfrutam. Os níveis de renda familiar podem ser ajustados para baixo pelo analfabetismo e para cima por altos níveis de instrução.

Demonstrar a importância da educação no desenvolvimento pessoal, local, regional e endógeno, de modo geral se reportam à natureza dos efeitos dos investimentos em educação ao dizer que:

Uma das grandes dificuldades em se avaliarem os impactos de investimentos em educação advém do fato de que estes não apenas influenciam as condições de vida daqueles que se educam (efeitos privados da educação) mas, também, geram uma série de externalidades sobre o bem-estar daqueles que os rodeiam. Do ponto de vista privado, a educação tende a elevar os salários via aumentos de produtividade, a aumentar a expectativa de vida com a eficiência com que os recursos familiares existentes são utilizados, e a reduzir o tamanho da família, com o declínio no número de filhos e aumento na qualidade de vida destes reduzindo, portanto, o grau de pobreza futuro. No entanto, acreditamos que as externalidades geradas pela educação podem, em geral, superar em grande medida os seus efeitos privados. A magnitude dos efeitos externos da educação é, contudo, bem pouco conhecida e difícil de estimar. (OLIVEIRA 2011b p. 46 apud BARROS e MENDONÇA 1997, p. 1)

O censo agropecuário 2006 do IBGE apresenta no Rio Grande do Sul as seguintes informações em percentuais sobre o número de propriedades rurais e considerando uma pessoa por unidade; estes podendo ser proprietário, arrendatário, parceiro ou ocupante: Alfabetização de adultos (1,36%); Ensino fundamental incompleto – 1º grau (71,39 %), ensino fundamental completo - 1º grau (9,66 %); Ensino médio ou 2º grau completo (6,03 %), Formação superior (3,22 %); Nenhum mais sabe ler e escrever (2,55 %) e Não sabe ler e escrever (4,23 %).

Breitenbach; Brandão (2009) colocam a possibilidade de fomentar o capital social, com uma “educação adequada” direcionada aos agricultores, e o fortalecimento de ações locais. Comentam a crítica da redefinição do papel do estado pela desresponsabilização da garantia dos direitos sociais, e incentivando a participação, proporcionando que se desenvolvam os movimentos da sociedade civil.

Corroborando com a afirmação visualiza-se a necessidade de um arranjo institucional que ajude articulações intermunicipais a diagnosticar os principais problemas rurais de suas respectivas micro-regiões, planejando ações de desenvolvimento e captar recursos necessários à sua execução. Nesse caso, o papel dos governos federais e estaduais deveria ser o de estimular iniciativas que, no futuro, poderão ser autofinanciadas, mas terão dificuldade e/ou demorarão para surgir se não houver o indispensável “empurrão inicial” (BREITENBACH; BRANDÃO, 2009 apud VEIGA. 2001). Este empurrão inicial citados pelas autoras e por Veiga (2001) pode ser exemplificado em recursos iniciais a fundo perdido, assistência técnica com extensão rural e após incubação os projetos se tornariam autofinanciados.

O empreendedorismo é importante para o desenvolvimento endógeno, sendo um fator necessário ao desenvolvimento. Oliveira (2011b) apud Schumpeter (1961, p. 109-110) oferece alternativas para empreender:

Novas oportunidades são constantemente oferecidas pelo meio ambiente; de modo especial, novas descobertas se acrescentam continuamente às provisões de conhecimentos existentes. Por que não há de o indivíduo utilizar, tanto as novas, quanto as velhas possibilidades e, de acordo com a compreensão que tiver das condições do mercado, criar porcos em vez de gado, ou, até mesmo, preferir uma nova rotação de colheitas, se isto lhe parecer mais vantajoso? E que modalidade de problemas ou fenômenos novos específicos, não encontrados no fluxo circulatório, podem surgir ali?

Na opinião de Antunes e Ries (2001), o empreendedorismo individual rural só obtêm sucesso quando está voltado para o futuro, para a inovação e a criatividade. Quando há disposição para mudar e atenção às necessidades e oportunidades. Quando se pensa em novas alternativas, tanto no sentido técnico (novas culturas, manejos, insumos, etc.) quanto no administrativo (comercialização, recursos humanos, investimentos, máquinas, etc.). E quando se dispõe de prontidão para aproveitar as alternativas surgidas. Os empreendedores rurais tem atitude de realizar ações.

Sobre o empreendedorismo coletivo rural ou extra-empreendedorismo, Julien (2010) apud Bygrave (1989), Aldrich (1990) concordam em suas definições sejam insuficientes ao classificar o empreendedorismo individual, quando na verdade o a classificação interrelaciona o ambiente geral e as relações, como a família, as redes, superando as definições dos papéis individuais dos modelos.

Ao comentar o sucesso de um empreendimento rural, Zuin e Queiroz (2006) apud Cella e Peres (2002), extrapolam a simples noção de maximização do lucro nas atividades, ligando elementos subjetivos, como a necessidade da realização dos desejos e aspirações do empresário. Eles incluem também o envolvimento de elementos como o convívio familiar e social, a autonomia decisória e o reconhecimento da comunidade. Os referidos autores identificam as seguintes características inerentes aos produtores rurais de sucesso:

- Compartilhamento do risco das atividades agrícolas desenvolvidas;
- Uso do planejamento operacional e de longo prazo;
- Uso do controle de gastos, tanto da atividade, quanto da própria família;
- Incorporação de elementos subjetivos, como liberdade e autonomia decisória;
- Capacidade de informação e comunicação;
- Envolvimento de elementos familiares, seja intra ou extrapropriedade;
- Preocupação com os assuntos comunitários, com o reconhecimento social e a preservação do meio ambiente;
- Cultivo da dimensão pessoal e familiar que interfere diretamente nas atividades gerenciais de condução do empreendimento rural.
- Forte herança cultural, com ênfase na ética de trabalho e maior estoque de capital social.

Explica Julien (2010) no empreendedorismo regional, e propõe uma pirâmide que compreende quatro triângulos em lógica apresentada na obra. Sendo o primeiro triângulo, representa os três elementos que formam a base do empreendedorismo endógeno: os empreendedores ou catalizadores da atividade empreendedora, a organização, como complemento e suplemento de suas ações; e o meio, que é que explica o dinamismo, e é beneficiado em retorno. O segundo triângulo, o da frente, liga os empreendedores ao ambiente, portanto à economia, onde encontram mercado e recursos, de acordo com o setor de atuação. O terceiro triângulo, o da esquerda, faz ligação com os empreendedores, o ambiente e o tempo. Informa que o tempo age sobre os comportamentos dos empreendedores, que fazem escolhas conforme a oportunidade com o período. O tempo explica também a evolução particular do ambiente e seu dinamismo. Por fim o último triângulo, no fundo, retoma as ligações entre empreendedores, organização e tempo, para mostrar que os dois primeiros se transformam consideravelmente no tempo, sucumbindo a este ou tirando proveito dele; salienta ainda que o tempo aos poucos leva os empreendedores a se tornarem gestores em razão de sua versão ao risco (figura 1).

Figura 1 – A pirâmide do empreendedorismo



Fonte: Julien (2010, p.27), foto do autor.

Por seu turno, Oliveira (2011b) apud Schumpeter (1961) apresenta o problema específico da liderança, que surge com a figura do líder. A função do líder

é “executar algo”, aplicando as modalidades de liderança, efêmeras ou duradouras, as quais condicionam o desenvolvimento endógeno.

A liderança é definida por Wagner III e Hollenbeck (2002) como sendo o uso de influência simbólica e não coercitiva para dirigir e coordenar as atividades dos membros de um grupo organizado, tendo em vista a realização dos seus objetivos, agindo de forma autocrática, democrática ou liberal.

A respeito de “Poder”, March (2010) conjectura que pessoas diferentes desejam coisas diferentes ou identidades diferentes; e que os indivíduos e grupos disputam, competindo e cooperando entre si, tentando satisfazer suas preferências e identidades individuais. Para ele o poder é a capacidade de se obter o que se deseja ou concretizar uma certa identidade.

Na ótica de Morgan (1996, p. 163) “O poder é o meio através do qual os conflitos de interesse são, afinal, resolvidos. O poder influencia quem consegue o quê, quando e como”.

São interessantes também os comentários de Khanna (2009) sobre a política, a pessoa do político e o poder. Para ele, o que vale é o que essa pessoa faz por você, pela sua rua e seu bairro. A política é muito pessoal e local, não raro configurada em comportamentos feudais. Assim, o político torna-se uma pessoa todo-poderosa que consegue resolver as coisas, fortalecendo ainda mais o sistema paternalista/clientelista.

Para Morgan (2006) apud Weber (1947), a dominação pode ocorrer de várias maneiras. A dominação carismática ocorre quando um líder domina em virtude de suas qualidades pessoais. A tradicional, ocorre quando os seguidores aceitam o comando do líder como sendo o costume ou direito adquirido, como na liderança herdada. Por sua vez, a dominação racional-legal acontece quando as leis, regras, regulamentações e procedimentos legitimam o poder de mando, como numa burocracia.

Rosa (2011) assevera que no RS é uma economia em transição no sentido que está em curso um movimento no qual as atividades intensivas em capacitações criadas ganham participação na estrutura produtiva e as atividades intensivas em capacitações naturais perdem. Estas últimas continuam sendo as mais importantes para o produto, as exportações e o emprego. Sendo as naturais que utilizam terra, água de irrigação, energia elétrica, infraestrutura, maquinário e equipamentos; e

necessitam de estradas e armazenagem. Já Porto (2007) cita os Estudos da Organização das Nações Unidas para a Agricultura que enfatizam três fatores que determinam a produtividade física por hectare: a) a genética; b) a tecnologia da produção com equipamentos, caracterizada como “revolução verde”; e c) a irrigação, como uma forma de evitar perdas e potencializar a produtividade, utilizando a água como fator de eficiência produtiva.

Outros aspectos do desenvolvimento devem ser salientados. Oliveira (2011b) apud Boisier (2005, p.32) enfatiza que toda a organização seja empresarial ou territorial deve pensar no longo prazo. Deve responder a quatro perguntas: "1) O que produzir? Onde vender?, 2) Que projetos desenvolver? Como financiá-los?, 3) Com que recursos humanos se conta? Em que se podem empregar? , e 4) Que imagem corporativa há de construir? Como fazer o Marketing?".

Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa (ABRAMOVAY 1998, p.22).

Sobre a atividade rural na pequena propriedade o autor assevera:

A atividade agropecuária tem sido fonte de dinamismo e de riqueza para algumas regiões e de estagnação para outras. A este respeito, não há como os pequenos estabelecimentos prosperarem produzindo grãos e/ou carne bovina por mais produtivos que sejam. Como regra geral, há necessidade de reconversão produtiva do segmento da pequena propriedade produtora de grãos em direção às atividades como fruticultura, horticultura, floricultura, pecuária de leiteira, animais de pequeno porte e genética (ROSA 2011, p.42).

Assevera Rosa (2011) que do ponto de vista tecnológico-produtivo não existem maiores dificuldades para reverter a produção da pequena propriedade que hoje produzem grãos em direção às atividades de elevada densidade de valor como é a fruticultura, por exemplo. Continua que existem dificuldades econômicas de grande monta relacionadas com a inserção do produtor no mercado. E esta inserção de mercado ou se dá diretamente com o elo de comercialização final nos produtos consumidos in natura ou com o elo industrial nos produtos processados.

Em ambos os casos, conforme Rosa (2011), o potencial de produção das regiões com predominância da pequena propriedade excede, em muito, a capacidade de absorção dos mercados locais nos quais estão inseridas, sendo que

na maioria não existe capacidade industrial instalada local. Faz o questionamento, porque não existe capacidade industrial instalada na maioria das regiões? Responde, simplesmente porque estas têm potencial de produção, mas não tem oferta que justifique a instalação de plantas industriais que são, via de regra exigentes em escala.

Conclui que as regiões não produzem frutas, por exemplo, que geram muitas vezes mais valor e lucro por hectare do que os grãos e empregam muitas vezes mais unidade de trabalho, porque não tem mercado. Só que as regiões não têm mercado porque não produzem as frutas nos volumes que viabilizariam a criação de mercado. Isto significa que a maioria das regiões nas quais predomina a pequena propriedade está aprisionada em um círculo vicioso que condena uma parcela expressiva dos seus habitantes a serem pobres (ROSA 2011).

Sinaliza que também na pecuária, os produtores precisam trabalhar para romper com esta circularidade viciosa. Reforça que não é uma empreitada trivial, mas possível de ser levado adiante com casos de sucesso no Brasil, mundo e no RS; são muitos e nem sempre para as soluções e os resultados alcançados foram mais importantes os recursos financeiros e materiais. Na maioria das vezes, uma nova forma de pensar a problemática das regiões e o esforço cooperativo foram os instrumentos decisivos. No RS não tem porque ser diferente. Estes dois instrumentos, se adequadamente mobilizados, podem transformar o círculo vicioso de pobreza em um círculo virtuoso de prosperidade e bem estar para os produtores envolvidos e para as suas comunidades (ROSA 2011).

Sen (2012), explana que a melhor maneira de acabar com a miséria é acabar com a causa da miséria – as verdadeiras carências que afetam as vidas humanas.

Na figura 2 é apresentado o círculo vicioso da pobreza de Porto (2007). Nesta figura estão representadas as relações e condicionantes negativos ao desenvolvimento rural.

Figura 2 – O círculo vicioso da pobreza



Fonte: Porto (2007 p.118), foto do autor.

Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2003) a população em pobreza não chegam a auferir dois salários mínimos nacionais, considerados pelo como um mínimo de sobrevivência com dignidade.

No estudo de Waquil; Mattos (2002) no artigo “Políticas públicas, agricultura familiar e a pobreza rural no Rio Grande do Sul”, concluem que a situação geral do meio rural a renda é pior. E salientam que um terço (entre 32,89% e 37,76%) dos pobres estão localizados no espaço rural. E a linha de pobreza, dois salários mínimos em 2012 (R\$ 622,00 x 2 = R\$ 1.244,00) correspondem a 18,34% da população. Assinalam os autores que além da renda, como as condições de habitação, escolaridade e saúde, com foco na comparação das condições de vida e das situações de pobreza entre o espaço rural e urbano.

Na verdade as maiores dificuldades dos pequenos produtores rurais se concentram no “antes e depois da porteira”, ou seja, os pequenos produtores rurais pagam mais caro pelos insumos, porque compram pequenas quantidades e vendem os seus produtos por valores mais baixos, devido ao reduzido volume, além de não disporem dos meios de transporte, ficando, assim, nas mãos dos atravessadores (SEGATTI, HASPANHOL 2008, p.12).

Precisamos, pois, de um novo paradigma, uma nova visão de realidade, uma mudança fundamental em nossos pensamentos (CAPRA, 1982, p.14).

Zonta (2012) informa a Lei de ATER Nº 12.188/2010 que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e define os objetivos dos serviços de ATER. O seminário nacional ATER (MDA/DESER 2008)- Assistência Técnica e Extensão Rural, que embasou a lei, elaborou o relatório final onde constam em análises: as dificuldades existentes e proposições com foco no Rio Grande do Sul, na Tabela 2:

Tabela 2 - Dificuldades no serviço ATER e proposições para o RS

Dificuldades no serviço ATER no RS:	Proposições para o RS:
<ul style="list-style-type: none"> <li>• ATER deficiente e insuficiente;</li> <li>• Substituição de insumos; valorização/comercialização; falta de pesquisa. Mudança de postura (técnica/ensino); as experiências não tem articulação pública integral;</li> <li>• A produção comercial tem levado ao endividamento; dificuldades no entendimento e no atendimento aos públicos diferentes (descontinuidade das políticas de estado);</li> <li>• A monocultura leva ao empobrecimento; burocracia nos convênios (demora); instituições mal-equipadas;</li> <li>• Deficiência de recursos; muitas famílias para um técnico atender; enquanto entidades não governamentais têm dificuldades de acessar os recursos e executar os projetos;</li> <li>• A invisibilidade da mulher; o trabalho é segmentado na família;</li> <li>• Funcionamento precário dos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável nos municípios e dos movimentos rurais; conselhos pouco representativos e funcionais;</li> <li>• Nível organizativo das entidades ainda precário (dependência do Estado); a agricultura familiar tem pouca representação política efetiva; reestruturar os conselhos;</li> <li>• Desestruturação das universidades por falta de alunos; os currículos escolares não contemplam o rural, ênfase na educação no campo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir que haja decisão política de enfrentar os desafios para implementar a soberania e a segurança alimentar no país. Esta iniciativa deve ser adotada por todos os agentes de desenvolvimento que atuam no segmento da agricultura familiar;</li> <li>• Ampliar o número de profissionais; faltam agentes de extensão;</li> <li>• Qualificar o Pronaf; prioridades de investir em quem precisa;</li> <li>• Potencializar para que os movimentos sociais ampliem o apoio e articular as ações de ATER; Estabelecer prioridades/ investir em quem precisa;</li> <li>• Harmonizar as instituições; aumentar os recursos (financeiro, técnico, material); desburocratizar a liberação e aplicação dos recursos;</li> <li>• Qualificar e preparar ATER para trabalhar com os jovens e mulheres (família num todo); valorizar e preparar os jovens e os pais;</li> <li>• Capacitar os conselheiros, gestores públicos e lideranças locais (encontros, seminários, conferências, etc.);</li> <li>• Intensificar o trabalho de crianças/escolares; valorização da agricultura familiar (quando o jovem tem que fazer um estágio não é considerado a propriedade da família); trabalhar mais as famílias nas comunidades; intensificar o apoio da pedagogia da alternância;</li> <li>• Considerar o produtor como ator do processo; fóruns de discussão da ruralidade brasileira (na agricultura familiar); intensificar o trabalho de territórios; trabalhar o tema com os jovens e escolares; preparar os agentes de ATER (valorizar as metodologias participativas).</li> </ul>

Fonte: MDA/DESER (2008), adaptado pelo autor.

O gerente da coordenação de geografia do IBGE, Figueiredo (2012), informa: “Existem grandes dificuldades por causa da falta de formação dos produtores. Mesmo na agricultura mais simples, cada vez mais teremos uma cobrança do mercado por qualificação e inovações tecnológicas”. Na mesma matéria, o jornalista, entrevista o superintendente do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no Rio Grande do Sul (Senar-RS), que comenta:

São pessoas que o trabalho exigiu tanto durante a juventude, e não tiveram oportunidade de continuar no ensino formal. Tentamos preencher uma lacuna com formações que o agricultor pode exercer na atividade rural. Educação ainda é um obstáculo no meio rural. A formação dos produtores não acompanhou a evolução da tecnologia (TIETBÖHL, 2012, p.16).

Pereira (2006) informa o que é empoderamento. Significa empoderamento, em geral, a ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços de decisões, de consciência social dos direitos sociais. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma situação (realidade), até atingir a compreensão de redes complexas de relações sociais que informam contextos econômicos e políticos mas abrangentes. Também o empoderamento possibilita a emancipação individual quanto à consciência coletiva necessária para a superação da “dependência social e dominação política”. Não deve representar apenas um conceito instrumental de eficiência, a ideia de empoderamento, deve representar um importante papel das possibilidades de realização dos direitos das pessoas.

Segundo Wilkinson (2008) a logística, em particular o transporte e planejamento afetam a produtividade agrícola. Continua o autor que ao adotar uma estratégia, nos módulos menores, de cooperativismo, a cooperativa define diferentes prioridades para a inovação tecnológica e organizacional. Produz padrões específicos de coordenação e cooperação dos produtores com eficiência e competitividade, não no nível individual e sim, na organização global da produção e logística de distribuição.

Valle (2010) comenta a necessidade de integração e parceria entre produtores rurais, organizações governamentais, instituições de ensino e pesquisa, assistência técnica e extensão rural para atender as demandas do mercado. Através

do Programa de Boas Práticas Agropecuárias (BPA), tendo este programa os objetivos principais de aumento da rentabilidade e a melhoria da competitividade dos sistemas produtivos, bem como assegurar ao mercado consumidor a oferta de alimentos seguros. As entidades colaboram no diagnóstico das propriedades, com treinamento e capacitação dos produtores rurais.

Apresenta-se uma alternativa:

As certificações de origem regionais ou indicações geográficas são atribuídas a produtos de determinada região, produzidos sob condições específicas, e que tem padrões de qualidade reconhecidos. Os produtos dessas origens devem ter renome e obedecer a normas de produção e, basicamente ter características definidas pela influência da natureza e, em menor quantidade pela influência do homem. As indicações geográficas determinam boa remuneração aos produtores, sendo normalmente um diferencial fundamental na qualidade de vida e sucesso profissional destes HERTER (2011, p.78-79).

Castells (1999) analisa que no modo de produção, o capitalismo que visa o lucro e o estatismo, visa ou visava à maximização do poder. Expõe a partir do século XX o desenvolvimento se caracterizaria em três modos: o modo agrário, modo industrial e o modo informacional de desenvolvimento. No informacionalismo baseia-se na tecnologia de conhecimentos e informação, e nestes há uma íntima ligação entre cultura e forças produtivas.

### 1.1.2 Desenvolvimento rural neoendógeno

Apresenta-se nesta seção o tema desta dissertação. Sendo o desenvolvimento neoendógeno: o desenvolvimento endógeno e desenvolvimento exógeno se complementando, o local-global.

Recentemente, Alves (2008) apud Buttel (1994), demonstra a necessidade de integrar os modelos endógenos e exógenos, porque segundo ele nenhum deles, isoladamente, é capaz de explicar os processos de desenvolvimento rural. A perspectiva exógena é incapaz de explicar os processos micro-sociais. E a abordagem endógena é incapaz de explicar os processos macro-sociais. Nessas condições, a associação de ambas possibilitaria dispor-se de uma perspectiva teórica apta a apreender a complexidade da realidade sóciorural.

O referido autor, também propõe o entrelaçamento dos modelos da globalização e da re-localização. Seu argumento é de que as teorias micro-sociais, que enfatizam as especificidades do desenvolvimento endógeno, têm mostrado que os fatores locais não desaparecem dentro da dinâmica da globalização, mas se transformam. O argumento fundamental é que a proposta globalizante supervaloriza as forças homogeneizadoras (modernização tecnológica e mercados), negligenciando a diversidade de técnicas e arranjos existentes no espaço local. Além disso, a re-localização coloca em evidência diversas questões, como o papel fundamental que os saberes locais, a complexidade intrínseca na coordenação dos afazeres e das tarefas agrícolas, as questões de gênero e os aspectos domésticos da organização da agricultura – desempenham na dinâmica dos sistemas agrícolas e rurais e nas sociedades em geral.

Diante disso, Alves (2008, p.34) apud Ward et. al. (2005), sugerem a nomenclatura neoendógeno em substituição ao conceito de desenvolvimento endógeno. Para estes autores:

[...] o neoendógeno se inspira em teorias que sustentam que a chave para o desenvolvimento local é a construção de uma capacidade institucional local, simultaneamente capaz de mobilizar recursos internos e de lidar com as forças externas em ação sobre determinada região. Esta perspectiva salienta que não só o econômico ou o desenvolvimento empresarial precisa de ser incorporado na região, mas que o meio de atingir este objetivo é através da participação dos atores locais nos processos de desenvolvimento interno e externo. Além disso, propõem estudar como o nível local interage com o extra-local. Na visão desses pesquisadores o ponto crítico está em como aumentar a capacidade do local para utilizar áreas, recursos, ações e processos mais vastos em seu benefício.

Becerra; Bravo (2009) apresentam um novo planejamento metodológico, que conceituam como desenvolvimento neoendógeno rural. Esse modelo está sustentado em três pilares. O primeiro, está embasado no aproveitamento endógeno. No segundo, o desenvolvimento do capital social (unidades endógenas, atores locais/globais e unidades neoendógenas) E o terceiro, no impulso da democracia participativa. A metodologia dos autores propõem um enfoque multisetorial e transversal. Visam alcançar o desenvolvimento do potencial endógeno com inovação, a participação dos atores e validação de seu capital social.

## 1.2 SÃO BORJA E A SEGUNDA FUNDAÇÃO DE POVOAMENTOS – SETE POVOS DAS MISSÕES

Padilha; Trentin (?) comentam que na primeira fase da civilização Jesuítica-guarani, entre 1626 e 1637, os jesuítas, nas missões Tape, estavam interessados em ensinar os fundamentos da religião cristã aos índios, e com as invasões bandeirantes; os Jesuítas e os guaranis foram obrigados a migrarem para a margem direita do rio Uruguai e ficaram 45 anos longe do território riograndense.

Langer (2005) informa que em detrimento dos avanços dos portugueses (bandeirantes) onde ocorreu a reação das autoridades coloniais espanholas. Foi como medida defensiva, que a Companhia de Jesus retomou a fundação de povoados missioneiros na margem esquerda do rio Uruguai, abandonada desde 1640, dando origem aos chamados Sete Povos da Banda Oriental, entre 1682 e 1707.

Bruxel (1978, p.30) cita os Sete Povos: São Nicolau -1626, São Miguel (Arcângelo)- 1632, São (Francisco de) Borja- 1682, São Luís (Gonzaga)-1687, São Lourenço (Mártir)-1690, São João (Batista)-1697 e Santo Ângelo (Custódio)-1707.

Em 1682, os Jesuítas e os guarani voltaram a cruzar o rio Uruguai para dar início ao que se convencionou chamar de Segunda Fase das Missões no Rio Grande do Sul. A primeira aconteceu entre 1636, quando o padre Roque González de Santa Cruz fundou São Nicolau do Piratini, considerada a Primeira Querência do Rio Grande, e 1638, ano em que os Jesuítas e os guarani abandonaram seus 18 Povos que haviam criado na margem esquerda do rio Uruguai, devido ao ataque dos bandeirantes paulistas. O retorno dos missioneiros ao atual Rio Grande do Sul começou por São Borja e, por isso, essa cidade é conhecida como o Primeiro dos Sete Povos. A fundação de São Borja teve o objetivo militar de dar combate aos portugueses que recém tinham fundado a Colônia do Santíssimo Sacramento (VENTURINI, 2009, 115).

Padilha; Trentin (?) expõe que a redução de São Borja se originou de uma estância organizada pelos Guaranis de San Tomé (Argentina, margem direita do rio Uruguai). O fundador foi o Jesuíta Francisco Garcia de Prada, devido ao grande número de índios que transmigraram de San Tomé, instalando a redução de São Francisco de Borja. Esta era composta da matriz étnica “charrua” e segundo Freitas (1935) eram Guenoas, Charruas e depois Guarani.



Fonte: PADILHA, TRENTIN [?], p.9 apud ABOU, 1996, p.110.

### 1.2.1 O povo de São Borja

A seção aqui desenvolvida tem a finalidade de externalizar a história de São Borja desde a fundação até o século XXI e os recortes complementares.

#### 1.2.1.1 Da formação do povo São Borja ao século XVII

Sempé (1982) comenta que o fundador de São Borja em 1682 é o Padre Francisco Garcia de Prada nascido na Espanha.

Na coleção do tricentenário de São Borja, Sempé (1982, p.94) informa um fato diferente:

Mas em 1682, como vimos, apenas houve a DIVISÃO. A transmigração da qual decorreu o estabelecimento só se deu em 1687. E a carta do padre Francisco Garcia, datada de dezembro de 1683, sem fazer referência a São Borja – cuja DIVISÃO ocorrera no ano anterior conta bem claramente da impossibilidade de estabelecer uma Redução entre os guenoas, assunto tratado em extensa pesquisa que apresentamos por ocasião do III Simpósio<sup>1</sup>.

Flôres (2012) comenta que nos trabalhos de organização da Redução de São Borja, os charruas foram de muita valia ao auxiliarem nas atividades pastoris devido ao amplo conhecimento que tinham das áreas das vacarias, estas localizadas no planalto, de onde retiravam o gado para subsistência das populações reduzidas.

Na revista do Instituto Histórico e Geographico e Ethnographico do Brasil (1863, p.711 e 712), explana sobre São Francisco de Borja:

São Borja que é o mais meridional dos povos jesuíticos da margem oriental do Uruguay, é edificado vinte léguas ao sul de São Nicoláo, e arredado de légua e meia d'este rio para o norte do lado occidental existia o povo de São Tomé, que em 1699 tinha mandado uma colonia fundar o povo de São Borja com índios charruas, sendo os outros seis povos orientaes formados por guaranis. O povo de São Borja no tempo dos jesuítas e dos hespanhóes foi o posto mais commercial de ambas as margens do Uruguay. [...] Pouco antes de mudar o domínio São Francisco de Borja soffreu uma invasão de minuanos que graves estragos lhe causaram e motivaram em parte seu atrazo.

Rodrigues (1982) informa a economia da redução era baseada na indústria agro-pastoril e na erva-mate. Os campos de criação pertencentes ao povo de São

<sup>1</sup> Moarcí Matheus Sempé – “O Padre Francisco Garcia e a fundação de S. Francisco de Borja” – Anais do III Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco – Santa Rosa, RS, out.1979 – com separata.

Borja estavam separados; os campos da sede, entre o rio Icamaquã e Butuí até a serra do Iguaçu, divididos em duas estâncias: a da redução e a de São Gabriel no fundo, e mais um estabelecimento – a capela de Sant’ana.

Bruxel (1978, p.117 e 118) em seu livro escreve sobre as estâncias:

A criação de gado vacum, eqüino e lanígero fazia-se em separado, para facilitar o trabalho e evitar distúrbios (cavalos xucros seriam um perigo para ovelhas e vacas prenhes). [...] A recolhida anual do gado, que podia levar uns dois meses, nunca se fazia por índios particulares, mas sempre pela comunidade, que encarregava dessa tarefa uns 40 a 50 tropeiros.

A pecuária foi de capital importância para os índios missioneiros. Mesmo em tempos de fartura agrícola, a carne era o alimento principal; em época de colheitas escassas, subia até metade da ração ou mais. Difícil, pois, para não dizer impossível, o sustento das Reduções, sem abundância de carne bovina.

Bruxel (1978) comenta que anualmente iam aos ervais uma expedição de voluntários, para colher erva suficiente para o consumo diário em todas as famílias das Reduções e ainda alguma para exportação. São Borja tinha um erval nas proximidades da Lagoa dos Patos, no lugar denominado Serra do Erval.

#### 1.2.1.2 Povo de São Borja no século XVIII

Langer (2005) infere sobre a definição dos limites coloniais ibéricos, instaurados por meio do Tratado de Limites, no ano de 1750, Portugal passava para a Espanha a Colônia de Sacramento em troca das Sete Missões da margem esquerda do Rio Uruguai. Continua o autor que para os guarani dos Sete Povos, o artigo XVI representou uma punição suprema e inconcebível. Este acordo estabelecia nada menos que a entrega das terras e dos povoados edificadas ao longo de décadas aos seus derradeiros inimigos:

O povo de São Francisco de Borja estava mobilizado para efetuar a transmigração, por isso não estava incluído nas ameaças do governador; ao contrário era indicado como exemplo a ser seguido pelos demais (LANGER, 2005, p. 83).

Maurer (2010) comenta que dos povos orientais do rio Uruguai o único a não participar da batalha foi justamente San Borja. Esta questão foi observada em vários trabalhos, nesta linha Rabuske (1985, p.129) afirmaria: Certo que possamos dizer que felizmente os “borjistas” não marcaram presença nem participação em Caibaté no dia 10 de fevereiro de 1756. Chegaram, porém ao lugar depois do combate.

Em junho de 1753, o comissário espanhol Andonaegui e Altamirano enviavam às Missões avisos importantes. O objetivo desses avisos era pressionar a mudança que deveriam ser feita até 15 de agosto do corrente ano, caso contrário seria declarada guerra aos Sete Povos. As cartas eram dirigidas a todos os jesuítas e seis curas dos seis povos, porque já haviam conseguido a obediência da Missão de São Borja (MAURER, 2010 apud GOLIN, p. 268, 2004).

Em outubro de 1756, D. Pedro Cevallos foi nomeado para substituir o governador Andonaegui, denunciado como inepto pelo comissário marquês de Valdelírios. Dirigiu-se às missões descobriu que os jesuítas não instigaram aos índios à revolta. No povoado de São Borja armou um tribunal na praça diante da igreja e junto com Valdelírios, Viana e demais autoridades militares, passou a interrogar, por meios de 2 intérpretes, os caciques e alcaides missioneiros. Os índios foram unânimes em confirmar que conheciam as normas do Rei e que não se mudaram porque pereceriam de fome em outro lugar, pois não teriam tempo de plantar e de conduzir o gado. Responderam também os padres sempre suplicaram que eles obedecessem às ordens. Finalmente, reconheciam a derrota como um castigo de sua desobediência (MAURER, 2010 apud FLORES, 1986).

Conforme Flôres (2012) a sequência da história castelhana de São Borja é marcada pela desestruturação do sistema de reduções, motivada em princípio, pelas Guerras Guaraníticas, que envolveram as forças ibéricas de demarcação, os indígenas e a partir de 1767, pela expulsão dos jesuítas. O período foi caracterizado pela presença militar e administrativa espanhola, do que resultou o início da ocupação privada do espaço missioneiro.

Langer (2005) explana por ocasião das mudanças administrativas, implantadas nas reduções, com a expulsão dos jesuítas, em 1768, os guarani se pronunciaram da seguinte forma: não somos escravos e queremos fazer ver que não nos agrada o costume espanhol que quer que cada um cuide de si, em lugar de se ajudarem mutuamente em seus trabalhos cotidianos<sup>2</sup>. Este pronunciamento indica que os guarani-missioneiros conheciam mais relutavam em aceitar as diretrizes do mercantilismo colonial. Se o empenho dos jesuítas em não introdução de uma economia de mercado nas reduções resultou em fracasso, nessa matéria, foi pela

---

<sup>2</sup> O autor cita como fundamental o trabalho de Meliá. MELIÁ, Bartolomeu. Potyró: La Cuestión del Trabajo Indígena Guaraní. In. Anais do VII Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros. Santa Rosa: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Don Bosco, p. 295-326, 1990.

repulsa dos guarani a qualquer modalidade de trabalho desprovida de caráter coletivo. O autor assevera que há, praticamente, uma unanimidade entre os estudiosos de que a base econômica do modelo reducional, caracterizado por uma expressiva produtividade agropecuária e extrativista, residia na organização comunitária do trabalho e da propriedade. A posse privada da terra e do trabalho individual eram categorias inexistentes na mentalidade socioeconômica dos guarani pré coloniais. A propriedade familiar privada – abambaé – que os jesuítas se empenharam em implantar nos povoados missioneiros foi negligenciada em benefício da propriedade comunal – tupambaé. A predominância do trabalho e das lavouras comunais sobre o modelo familiar europeu é consensual nos estudos relativos a esse assunto.

Rillo (1982) questiona quem administrava São Borja após a expulsão dos jesuítas? Esses administradores espanhóis, em São Borja e nos demais Povos, tratavam os índios como escravos, apossavam-se dos bens materiais que ainda restavam, não impunham métodos corretos de administração, ao ponto de um sem número de índios voltar a sua vida primitiva ou passar a trabalhar nas primeiras estâncias que se plantavam no interior semi-selvagem.

Depois da saída dos jesuítas da província do Paraguai, o governo espanhol concentrou em uma só jurisdição de toda a província das Missões. Os índios continuaram em viver em comunidade. Os guaranis trabalham uma semana para a comunidade e outra semana para si. Foi criado após as expulsão dos jesuítas ,em Buenos Aires, o emprego de intendente geral das Missões. Este era para centralizar a cobrança de lucros. Recebiam produtos a negociar e deduzir a capitação do dízimo. A fazenda Real recebia pouco apesar das ordens e reclamações do gabinete de Madri. Governados com dureza, obrigados algumas vezes a um trabalho forçado prejudicial à saúde, desgostara-se bem depressa deste novo regime e foram fugindo pouco a pouco de seus povos. Os administradores abusaram às vezes da sua autoridade infringindo grandes castigos, rações de má qualidade e insuficientes. Os agentes do governo espanhol e seus empregos eram para enriquecimento, não cuidando do geral (RIHGEB, 1863).

### 1.2.1.3 São Borja e o século XIX

Em 1801, firma-se o tratado Badajoz que expõe termo à guerra entre Portugal e a coligação Franco-Espanhola. Ao incorporar as missões ao Brasil, a gente do rio grande topou naqueles campos uma população seminômade, culturalmente desamparada, à falta de interações culturais estimulantes, o guarani agonizava culturalmente, sem forças para resistir ao mestiço, fosse o correntino, o uruguaio ou o rio-grandense (CESAR, 2002).

Freitas (1935) comenta que José Borges do Canto, desertor do regimento dos Dragões, e Manoel dos Santos Pedroso, cabo; e 47 homens receberam a missão de ajudar o povo de São Lourenço, desejoso de se libertar do jugo espanhol, também tomou São João. São Miguel na data de 13 de agosto de 1801. Pedroso marchava para tomar os Passos do Uruguai, a fim de evitar que viessem recursos do governador geral das Missões, quando “encontrou com uma deputação dos principais habitantes do Povo de São Borja que, conduzindo e manietado seu administrador, se tinha declarado, a favor de Portugal. Pedroso, depois de ter fortificado os Passos de Santa Maria, Santo Izidro, São Lucas e São Marcos, no rio Uruguai, entrou sem oposição no povo de São Borja”.

Flôres (2012) expõe que além de a força militar junto aos limites da fronteira foi providenciado à distribuição de sesmarias entre os principais líderes que comandaram a ocupação das Missões. Visava-se a sustentabilidade da ocupação do povoamento em área geográfica extensa. A sobrevivência econômica dos portugueses que ali se instalaram valeu-se de rebanhos ainda existentes, da produção de charque para o consumo e comércio, bem como da utilização de algumas terras para plantar horta, árvores frutíferas, milho, trigo e feijão. A indústria caseira comparecia com produtos da culinária e fabrico de roupas.

O território missioneiro foi anexado ao município de Porto Alegre, e, assim se conservou até o ano 1809, passando a pertencer ao termo do Rio Pardo pela provisão de 7 de outubro de 1809 (RODRIGUES, 1982).

Através das sesmarias os portugueses conquistaram e povoaram terras que pertenciam à coroa de Espanha. O avanço lusitano se processou em prejuízo das estâncias missioneiras. A sesmaria era uma área de mais ou menos uma légua de largura por três de comprimento, concedida pelo Rei de Portugal a quem provasse que a terra era devoluta e fosse possuidor de bens tais como escravos e gado. (...) As autoridades concediam sesmarias

de preferência a militares. (...) Infelizmente na província a distribuição de terras foi viciosa. Muitas famílias pobres vagavam de lugar em lugar, sem encontrar empregos. Está aí o mistificado gaudério (FLORES, 2004, p.12 e 13).

A luta implacável nas missões. Cesar (2002) relata a caudilhagem em 1811, novas séries de lutas ocorreram com D. José de Artigas. As tropas do caudilho usaram de baixos instintos com a população de São Borja. Em represália, Chagas Santos castigou duramente os adversários, as tropas de Andresito Artigas, filho adotivo de Artigas e nascido em São Borja de origem guarani; tanto no passo de São Borja e do outro lado do rio em São Tomé. Reduziu a escombros as aldeias guaranis, afugentou populações estáveis e nômades, dizimou rebanhos.

O naturalista se refere às casas que contornam a praça não são mais ocupadas pelos índios, mas por brancos que delas pagam o aluguel, sendo algumas utilizadas como lojas. Para cem famílias brancas, apenas uma família indígena em São Borja, considera-se atualmente uma praça de guerra. O reduzido número de índios que pertencem a São Borja, mora em cabanas miseráveis e esparsas na aldeia. Outras choupanas, habitadas pelas mulheres dos militares, apresentam igualmente a pior indigência. A maior parte dessas péssimas moradias são construídas de palha. Uma rede, alguns jiraus, uma cafeteira de cobre, alguns potes compõe o mobiliário e, em apenas duas ou três, havia plantado alguns pés de milho (SAINT HILAIRE, 2002).

Flores (2004) comenta sobre a região das missões, de conquista recente, dividia-se em grandes estâncias com o índio de peão e tropeiro. As trilhas de carretas e tropas de mula cortavam a campanha em diversas direções. O município de São Borja, que abrangia a região das missões, tinha como sede o mais antigo núcleo urbano do Rio Grande do Sul, pois datava de 1682 e sempre esteve habitado. Salienta que a região das missões produzia algodão, milho, fumo, cana-de-açúcar, erva mate, pera, figo, ameixa, marmelo, melão e legumes. Suas estâncias criavam mulas, cavalos e bovinos.

Rillo (1982) informa a segunda invasão sofrida por São Borja. Relata que sob inspiração do caudilho e brigadeiro Frutuoso Rivera que invadira tempos antes o território rio-grandense. Uma coluna importante, comandada por Bernabé Rivera marcha contra São Borja, então sede do comando geral das Missões, dando-lhe cerco nos últimos dias de abril de 1828. São Borja foi abandonada à sua sorte pelo

comandante de suas forças e seu administrador geral,. Após saquear todos os povos das missões, inclusive São Borja, suas casas, estâncias e Igreja. Rivera levava nada menos que uma tropa de 20 mil vacuns, além de um botim de guerra de valor incalculável, carregado por 60 carretas puxadas por boi.

A povoação de São Borja, por ser a sede do comando geral, com a presença das forças da guarnição e com sua proximidade ao Uruguai e o comércio por esse rio cresceu de modo a excluir dos limites urbanos a população indígena, sendo substituída pela população branca. Desde então, tornou-se impossível o aumento das demais reduções (SILVEIRA, 1979, p.104)

A Guarda Nacional nasceu em 18 de agosto de 1831, criação dos Liberais, Flôres (2012) (apud Leal, p.20-21). Esta era uma preocupação da Câmara a promoção da organização das Guardas Municipais.

Rodrigues (1982) informa que São Borja continuou sob o sistema de Comandâncias Militares, por resolução do Governador da Província, Dr. Manuel Antônio Galvão, datada de 11 de março de 1833, São Borja foi desmembrada do município de Rio Pardo e até sua instalação com Termo Municipal em 21 de maio de 1834. Passando a ser Vila de São Francisco de Borja.

Dreys (1990), no período da revolução farroupilha. Comenta que S. Borja, bem que geralmente habitado por índios guaranis, entre os quais existem alguns brancos pertencentes às autoridades civis e militares ou negociantes. Com arquitetura elegante comparativamente, isto é, em referência ao estado geral da arte no país; um colégio que foi dos antigos dos padres da companhia, e hipódromo .

Na revolução Farroupilha de 1835 a 1845, em São Borja a Câmara Municipal, apoiou o movimento chefiado por Bento Gonçalves da Silva para tempos após repudiá-lo e apoiar as forças imperiais e legalistas (RILLO, 1982).

Um viajante Belga A. Baguet (1997), que se adentrou na Vila de São Borja informa que o comandante alojou a equipe no antigo colégio dos jesuítas, plantada com magníficas laranjeiras. Quase todas aquelas belas árvores foram abatidas para se fazer lenha.

Naquela vila vivia miseravelmente, exercendo a medicina e explorando uma botica, Aimé Bonpland, sábio botânico, como tantos outros, outrora companheiro de viagem do ilustre Humboldt. Bonpland, como tantos outros, foi vítima da crueldade do ditador Francia, que manteve preso por muitos anos (BAGUET, 1997).

Flôres (2012) destaca o exemplo de atuação do Magistrado, Juiz de Direito Francisco de Sá Brito, considerado de “inteligência excepcional” e “cultura sólida”. Uma das primeiras providências foi obter uma lista de cidadãos aptos ao exercício de cargos de justiça, o que, para a época 1820-1830, não era muito fácil de ser conseguido, porque a maioria dos “homens bons” não possuía escolaridade.

Assevera Silveira (1979) que por solicitações reiteradas do governo, a Assembléia Legislativa do Império decretou, pelo artigo 36 da lei orçamentária de 21 de outubro de 1843, a incorporação aos próprios nacionais as estâncias dos índios das Missões Orientais. Esta lei acabou de despojar os pobres índios dos poucos bens, com que poderiam ainda voltar a uma vida mais regular, quando cessasse a guerra civil do Rio Grande do Sul, essa lei já encontrou as poucas terras do antigo patrimônio dos índios, em poder de terceiros e estes, em mais de meio século decorrido, não tem sido incomodados com um pleito judicial.

A pecuária, base econômica do município, tomou grande desenvolvimento. Em 1858 antes do desmembramento do Itaqui, contávamos 250 mil reses, 180 mil animais cavalares, 30 mil ovelhas e mil merinos mestiços, muitas invernadas de mulas, que pastando nos campos de São Borja e Itaqui são levados para o mercado de São Paulo (RODRIGUES, 1982).

Silveira (1979, p.109) informa: Em 1856, apresentou-se em São Borja, o primeiro professor público, Felisberto Batista da Costa, instalando sua aula mais de cem alunos. Antes disso, dois anos, ai se instalara a aula primária do sexo feminino.

Em 1860, iniciou-se a navegação a vapor na linha fluvial entre os portos do Salto, Concórdia, Uruguiana, Libres, Itaqui, São Borja e Santo Tomé (RODRIGUES, 1982).

Flôres (2012) em suas pesquisas nos conteúdos das Atas da Câmara de Vereadores encontra indícios de presença na produção econômica de São Borja destinada à subsistência alimentar. Nos dados apresentados no Livro de Ofícios (1861-1866) onde consta existirem 20 moinhos na Vila em 1861. Assevera por que havia uma produção de trigo local, ou decorrência do contrabando da produção de trigais argentinos.

Freitas (1935) informa a invasão pelas forças paraguaias, a terceira invasão em São Borja. Esta ocorre no dia 10 de junho de 1865 às 10 horas da manhã, quando se avistou as tropas e as carretas, cobrindo toda extensão que separa Santo

Tomé ao Formigueiro. O total desta primeira ação desembarcaram 2.670 paraguaios e 4 canhões. Era necessário que as famílias que se achavam na vila tivessem tempo para sair.

Figura 4: Combate em São Borja contra os paraguaios



Fonte: Boeira e Golin (2006, p.111).

Gay (1980, p.153) cita a passagem de Dom Pedro II por São Borja:

Sua Majestade caminhou a pé até o anoitecer pelo Passo de São Borja, manifestando satisfação de ver grandes plantações de laranjeiras, e interrogando várias pessoas sobre o infausto acontecimento da passagem do inimigo no dia 10 de junho 1865. No dia 28 de setembro de 1865, sua Majestade desembarcou às 6 horas da manhã na vila de São Borja.

Informa Rodrigues (1982) que Aparício Mariense da Silva foi a Convenção do Itu, como membro de propaganda republicana no Rio Grande do Sul, e a fundação do clube republicano em São Borja, os republicanos, em cada conquista, tornavam-se mais arrojados, com a demonstração de rebeldia. Em uma moção na Câmara registrada em março 1883.

Rodrigues (1982) informa quanto à agricultura que não houve desenvolvimento notório. Porém todas as propriedades rurais tinham suas lavouras, que produziam para seu consumo. Ressaltavam a mandioca para a produção de

farinha, e a cana-de-açúcar, para a produção de aguardente, rapadura e melado, sendo estes subprodutos comercializados internamente e exportados para os outros municípios. Nas chácaras eram cultivados os produtos como: milho, trigo, feijão, melão, melancia e verduras de todas as espécies. O trigo havia algumas qualidades como o trigo “Napolitano”, “Sarraceno”, “Amarelo do Chile” e outras variedades, e o “trigo de Canjica”. Entretanto, o mesmo também produzia farinha, sendo muito apreciada a farinha de rolão<sup>3</sup>. Os pomares eram fartos. São Borja era chamada “terra dos Laranjais”, cultivados desde a época jesuíticas. Tão grande era a produção que chegaram a apelidar os são-borjenses de “papa laranja”. O pessegueiro era cultivado em boa escala. A indústria caseira de doces secos e em calda, e também os célebres “queijos de origona<sup>4</sup>”. O marmelo do reino constituía uma das frutas mais apreciadas pelo valor vitalício que oferecia.

Silveira (1979) escreve sua chegada a São Borja a cavalo em 1886:

De longe avistávamos as laranjeiras, que calculamos desde muitos anos (sem erro nem exageração) em cerca de 5000 árvores, por quase todos os quintais da povoação e chácaras dos subúrbios.  
O colégio, de que ainda viríamos restos com meia dúzia de celas convertidas em um quartel e prisão militar, as casas antigas de recolhimento, dos teares e oficinas, não mais eram vistas.

Rodrigues (1982) informa que em 1887, após censo populacional, São Borja recebeu o título honorífico de cidade.

Silveira (1979, p.251) “Por lei de 21 de dezembro de 1887, foi a povoação de São Borja elevada a categoria de cidade”.

Rillo (1982) informa que São Borja salientou-se na propaganda republicana, tendo sido um dos primeiros municípios no Rio Grande do Sul – o segundo, na afirmação de um bom número de historiadores – a fundar seu Clube Republicano, tendo como presidente Francisco Gonçalves Miranda e Aparício Mariense da Silva como vice-presidente. Esse movimento eclodiu de forma relevante na chamada “moção plebiscitária” de 13 de janeiro de 1888. Dois anos antes da Libertação dos

---

<sup>3</sup> A parte mais grossa da farinha de trigo que se separa do trigo moído por meio de peneira e com o qual se faz o pão.

<sup>4</sup> O pêssego é exposto ao sol para desidratar. O pêssego é adoçado. A pasta doce de pêssego, que normalmente foi trançada ou colocada numa lata, é inserida ao leite mais o coalho e colocado num sincho. Após o queijo é curado (retirado excesso de líquido) e têm a característica de ser um queijo sem refrigeração.

escravos pela Princesa Isabel, a Câmara de São Borja, pela maioria de seus membros, havia declarado libertos os escravos do município.

A pecuária nesse período, com a instalação de estâncias nos mais diversos pontos do território do município, havia deslanchado, se constituindo no suporte econômico do município. O comércio progredia, acontecendo a exportação de couros, charque, rapaduras e cachaça para outras regiões, pelo rio Uruguai, com a navegação semi-regular naquele tempo (RILLO, 1982).

A revolução de 1893 o combate que atingiu São Borja foi o de Carovy (RODRIGUES, 1982).

Rillo (1982) comenta que na revolução de 1893 São Borja teve participação mais saliente, havendo muitos de seus filhos se integrado à “Divisão Norte”, dentre eles o Cel. Manoel do Nascimento Vargas, como sub-comandante, e o vereador e Coronel comissionado Aparício Mariense da Silva, como comandante do corpo de artilharia.

#### 1.2.1.4 São Borja e o século XX

Na década de 20, existia no interior do município o saladeiro Alto Uruguai, que beneficiava a carne bovina e a exportava, inclusive enlatada para o mercado brasileiro, seja por terra ou por via fluvial (CSCJ, 1992).

Rillo (1982) comenta que na Revolução de 23, em São Borja os federalistas, chamados “maragatos”, tiveram o comando do Dr. Dinarte Rey Dornelles e do Dr. Almeida Castro. Reuniram forças e saíram a campo. A família Vargas, em São Borja, através dos irmãos Protásio e Spartaco, organizou um regimento de “provisórios” para defesa do situacionismo sob o comando de Cel. Deoclécio Motta.

Para O'donnell (1985) a revolução de 1923 os fatos políticos que afetaram São Borja foram: Getúlio Vargas que facilitara a reeleição, e também o ocorrido no assassinato do médico Benjamim Torres, em 12 de Março 1915; e da reintegração do subintendente Apparício Dornelles Mariense pelo Decreto nº 2188 de 6 de junho de 1916. A revolução de 1924 participou de uma revolução nacional.

A Revolução de 1930, que tinha como comandante em chefe o Dr. Getúlio Vargas, então Governador do Estado. Chegando alguns ao Rio de Janeiro, onde no episódio que se tornou célebre, ataram seus cavalos no Obelisco, numa das praças centrais da Capital da República. Em 32, na Revolução Constitucionalista, São Borja

organizou o 14º Corpo Auxiliar da Brigada Militar, sob o comando do Cel. honorário Benjamim Vargas (Beijo), e o Ten. Gregório Fortunato. O “14” tomou parte ativa e até mesmo decisiva nos confrontos travados em São Paulo. Alguns combatentes são-borjenses foram para a vigilância do Palácio do Catete e “guarda-pessoal” de Getúlio Vargas (RILLO, 1982).

Teixeira (2011) informa a invasão em São Tomé (Argentina), pelo Sr. Benjamim Vargas e pessoas do 14º Provisório. Que só retrocederam ao final do dia, deixando para trás um rastro de sangue e rapinagem.

**Getúlio Dornelles Vargas**<sup>5</sup> nasceu em São Borja a 19 de abril de 1883. Foi chefe do governo provisório da Revolução de 1930, presidente eleito pela constituinte em 17 de julho de 1934, até a implantação da ditadura do Estado Novo em 10 de novembro de 1937. Foi deposto em 29 de outubro de 1945, voltou à presidência em 31 de janeiro de 1951 através do voto popular e a 24 de agosto de 1954 comete suicídio no exercício da presidência.

Rillo (1982) informa o deslanche da agricultura em São Borja com o Eng. Italiano Franco César Augusto Baglioni contratado pelo presidente Getúlio Vargas em 1935 e com o apoio do Governo do Estado, fundou a Estação Experimental de Sementes. Trouxe de Córdoba sementes selecionadas de linho, trigo, alpiste, soja, algodão e espécimes de bicho da seda.

Ao comentar sobre o perfil da economia do local no século XX, o autor Rodrigues (1982) observa que:

[...] São Borja sempre lutou e ainda luta com o fator "distância", localizada no extremo sul do país, alcançar o pleno desenvolvimento socioeconômico torna-se uma missão difícil, visto que o município está longe dos mercados consumidores. Apesar de contar com um solo riquíssimo, somente a partir 1930, para cá que a agricultura teve maior incremento, pois até essa data a produção agrícola era somente para o consumo interno, a vinda de colonos trazidos por alguns fazendeiros contribuiu para tal fato, desenvolvendo a cultura do linho, vendido para a Argentina, mas é de justiça de lembrar que as primeiras experiências na agricultura forma feitas por volta de 1908, com o emprego da tração animal com arados de discos em plantações de milho. Em tempos passados o município já foi intitulado o celeiro do estado do RS, onde era o maior produtor de sementes de linhaça e de trigo. Entre outras culturas que ocupam grande destaque no setor agrícola são borjense, destaca-se o arroz, soja e o sorgo, que contribuíram para instalação de um grande número de engenhos e cooperativas no local (RODRIGUES, 1982, p. 149).

---

<sup>5</sup> <http://www.culturabrasil.org/vargas.htm>, acesso 20/10/2011.

No ano de 1954 em fevereiro, fundaram a Cooperativa Regional de Lãs “Missioneira” Ltda, com 74 associados. Em 14 de abril de 1956 ocorre a fundação da cooperativa que tinha denominação de “Cooperativa Agrícola Samborjense Ltda”, e em assembléia geral de 17 de setembro 1957 passou a se denominar “Cooperativa Tritícola Samborjense Ltda” - COTRISAL. O grupo fundador com 20 associados agropecuaristas. No ano de 1958, com a primeira sede com a construção de edificações que hoje constituem o departamento de sementes, com capacidade inicial para 50 mil sacas (FOLHA DE SÃO BORJA, 1981).

Em 1960 o linho foi em São Borja o maior município produtor deste cereal em todo o Brasil (Rillo, 1982).

**João Belchior Marques Goulart**<sup>6</sup> nasceu em São Borja 1º de Março de 1918 na Fazenda Iguariaçá. Faleceu em 6 de Dezembro de 1976, conhecido popularmente como "**Jango**", foi um político brasileiro e o 24º presidente de seu país, de 1961 a 1964. Antes disso, também foi vice-presidente, de 1956 a 1961.

A soja deslançou de maneira acentuada a partir de 1965, revezando-se, como cultura de verão, com as terras plantadas com trigo este cultivado no inverno. Após o arroz é, na atualidade, a lavoura economicamente mais forte no município, dependente sempre da maior ou menor regularidade das precipitações pluviais (RILLO, 1982).

A FAFISB e FESB<sup>7</sup>. O ensino superior nesta iniciou na cidade no dia 16 de dezembro de 1969, foi criada a FAFISB - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Borja. Até 1974, a FAFISB manteve-se como extensão da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), quando foi reconhecida como Universidade autônoma e passou a ser mantida pela FESB (Fundação Educacional de São Borja),

A URCAMP<sup>8</sup>, Universidade da Região da Campanha, comunitária, se instala em São Borja. Fundação em 16 de fevereiro de 1989. Em 1996, inaugurou-se o Campus de São Borja da Universidade Regional da Campanha

A Cooperativa Tritícola Samborjense (Cotrisal)<sup>9</sup> está conseguindo recuperar as finanças e escapar do processo de liquidação. Foi implantada uma comissão responsável pela auto liquidação em 1988, quando em 1989 após a análise de

---

<sup>6</sup> Memorial CASA JOÃO GOULART- São Borja – RS, 20/03/2012.

<sup>7</sup> <http://www.urcamp.tche.br/saaborja/>, acesso:13 Jun. 2012.

<sup>8</sup> <http://www.urcamp.tche.br/saaborja/>, acesso:13 Jun. 2012.

<sup>9</sup> Zero Hora. Domingo, 11 de Março 1990.

balanço foi possível constatar que a Cotrisal está em processo de recuperação, mesmo operando no vermelho.

A Construção da Ponte Internacional São Borja (BR) – Santo Tomé (Arg) em dezembro de 1997. É o único Centro Unificado de Fronteira na América latina<sup>10</sup>.

#### 1.2.1.5 São Borja e o século XXI

Pirahy II<sup>11</sup>. No ano 2000, foi inaugurada a mais moderna planta industrial para beneficiamento de arroz da América Latina. Já no ano de 2002, a empresa passou a denominar-se PIRAHY Alimentos. Em 2007, foi inaugurada a planta própria de arroz parboilizado com tecnologias e processos a frente de seu tempo.

A UERGS<sup>12</sup>, universidade pública estadual, se instala em São Borja. Fundação 10 julho de 2001.

A UNIPAMPA<sup>13</sup>, universidade pública federal, se instala em São Borja. Fundação Lei 11.640 de 11 Janeiro 2008. Ingresso a partir 2010 pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU).

O IFF<sup>14</sup>, Instituto Federal Farroupilha, público federal, se instala em São Borja. Fundação no projeto de Lei 3775/2008. Início das aulas no ano de 2010.

A usina de biomassa<sup>15</sup>. O acionamento da usina termoelétrica movida com a queima da casca de arroz por investidores de um grupo alemão – MPC Münchmeyer Petersen Real Estate Consulting GnbH, da cidade de Hamburgo, com investimento de R\$ 55 milhões em São Borja. A casca de arroz é usada agora para geração de energia e fabricação de sub-produtos a partir da cinza. A usina de biomassa com capacidade plena gerará 12,3 megawatts de energia equivalente ao abastecimento de uma cidade de 80 mil habitantes. Inaugurada em 25 de maio 2012.

---

<sup>10</sup> <http://www.mercovia-sa.com//>, acesso:13 Jun. 2012.

<sup>11</sup> <http://www.pratofino.com.br/historia-pirahy/> acesso: 13 Jun. 2012.

<sup>12</sup> <http://www.uergs.edu.br>, acesso: 13 Jun. 2012.

<sup>13</sup> <http://www.porteiras.unipampa.edu.br/saoborja/>, acesso: 13 Jun. 2012.

<sup>14</sup> <http://www.sb.iffarroupilha.edu.br>, acesso: 13 Jun. 2012.

<sup>15</sup> Folha de São Borja. Caderno Especial p.12, 10 de Março 2012.

## 1.2.2 Recortes complementares – São Borja

Esta seção será sub-dividida em: a influência indígena; a Influência jesuítica – guarani: período missioneiro; os fatores étnicos-políticos-culturais com foco para São Borja; Todos estes pertencendo ao contexto histórico do território.

### 1.2.2.1 Influência indígena

Freitas (1935) comenta os guarani (guerreiros) estavam situados entre o Paraguai e entre o Paraná e o Uruguai, ocupando também a margem esquerda deste. Não formavam uma nação íntegra, apesar do curioso fenômeno de falarem a mesma língua, designada sob o nome geral de “Guaranis”. Charruas – Dominavam a região entre o Rio da Prata, Lagoa Mirim e Uruguai, citando Gay. Perseguidos pelos espanhóis e paulistas, fixaram-se a margem setentrional do rio Negro e alguns sertões do Rio Grande. Guenoas, na região compreendida entre as nascentes do rio Negro e as do Vacacaí.

Os guaranis tinham uma organização social complexa, no qual a liderança era obtida através de prestígio. O melhor guerreiro, melhor caçador, que tivesse o melhor discurso e que fosse o mais generoso era considerado o chefe”, (SOARES e KLAMT, 2005, p.53).

### 1.2.2.2 Influência jesuítica – guarani: período missioneiro

Entre 1568 e 1768 a presença jesuíta e seu modo de evangelizar mudaram o continente americano, especialmente no momento em que assumiram o lado dos nativos, no caso dos guaranis pela busca portuguesa de escravos para suas lavouras, especialmente de São Paulo, ou pelos espanhóis que buscavam índios para suas encomendas, que não eram nada diferentes que da escravização (OLIVEIRA 2011a).

O jesuíta procurou adaptar-se à vida do índio e adaptar a vida do índio a seus princípios. Acho que não houve violência ao índio no sentido de substituir uma cultura por outra, mas uma atuação, que foi aceita, comunitária, conviver de forma mais livre, com mais amor e compreensão. O resultado foi um coletivismo fraterno, de justiça elevada, uma organização comunal solidarista, em que o mais forte não engolia o mais fraco. As outras experiências socialistas de inspiração religiosa tentadas até aqui fracassaram por não terem desenvolvido formas práticas de convivência igualitária. A república guarani escapou desse defeito, com seus artesãos, artífices, músicos e agricultores a caminho do campo entoando cânticos e

carregando imagens nos ombros (OLIVEIRA, 2011a, p. 14 apud LUGON, 1979).

Freitas (1998) informa sobre as missões jesuíticas - guarani. Estas desmentiram, concreta e eloquentemente, a abusão colonialista de que os índios seriam incapazes para a vida sedentária e formas superiores de civilização, argumento usado para escravizá-los ou exterminá-los. Numa réplica a um colonialismo fundado no latifúndio e na escravidão criaram comunidades livres, fraternais e igualitárias, sem usar outras armas que a compreensão e a persuasão, em contraste com a maciça e inumana violência que marcou o empreendimento colonial. A redução constituía uma unidade urbano-rural rigorosamente planejada. Havia em cada redução trinta ou quarenta oficinas manufactureiras, em que trabalhavam ferreiros, tecelões, chapeleiros, curtidores, carpinteiros, oleiros, escultores, pintores, etc. Caracterizando-se um caráter altamente especializado e avançado. Não havia desocupados ou parasitas nas reduções.

Esta extraordinária nexperiencia de jesuítas y guaraníes, que fueron de una excepcional solidaridad mutua, sinala uno de los más grandiosos intentos Del hombre para promover el desarrollo de um pueblo primitivo, dentro de la justicia social y el respeto..." (VENTURINI, 2009, p.61).

### 1.2.2.3 Fatores étnicos – políticos – culturais com foco para São Borja

Langer (2005) relata que por ocasião das mudanças administrativas, implantadas nas reduções, com a expulsão dos jesuítas, os guarani se pronunciaram da seguinte forma: não somos escravos e queremos fazer ver que não nos agrada o costume espanhol que quer que cada um cuide de si, em lugar de se ajudarem mutuamente em seus trabalhos cotidianos. Os guarani eram contrários ao mercantilismo colonial. A posse privada da terra e o trabalho individual eram categorias inexistentes na mentalidade socioeconômica dos guarani pré-coloniais.

Putnam (2002) argumenta que os latino-americanos foram prejudicados pelo autoritarismo centralizado, o familismo e o clientelismo que haviam herdado da Espanha medieval, sendo legadas as tradições de dependência vertical e exploração.

Langer (2005) aprofunda a análise da cultura individualista. E relata que para os estancieiros portugueses, vincular os guarani - missioneiros com uma suposta

propensão natural às habilidades de peão era interessante por dois motivos: primeiro, porque tal formulação ideológica legitimava a descarada expropriação fundiária dos índios, pois, na lógica social do trabalho da época (a ainda hoje), um peão nunca era e nem precisava ser proprietário. Segundo, porque o trabalho juridicamente livre se adaptava melhor à realidade da pecuária extensiva, propiciando uma exploração mais eficaz e menos onerosa da mão-de-obra.

Torronteguy (1994) insere que a formação do tipo gaúcho sul-riograndense remonta às lutas de fronteira entre Portugal e Espanha. Os bandeirantes, os tropeiros e contrabandistas paulistas e lagunenses, os jesuítas, os aventureiros espanhóis, os santafesinos, os indígenas tape, minuanos, charrua e guarani, os escravos africanos e os soldados e aventureiros portugueses foram os tipos humanos que, numa mistura cultural e racial, compuseram por dois séculos, desde o primeiro quartel do século XVII até o primeiro quartel do século XIX, um tipo humano distinto: o gaúcho sulino. Suas atividades econômicas se restringiam à criação de gado, à agricultura e ao contrabando.

Convenhamos, também, que essa escassa preocupação em aprofundar na escala realmente regional do fenômeno do “gaúcho” – isto dito sem esquecer os excelentes esforços realizados por destacados investigadores rio-grandenses, argentinos e uruguaios – respondia a uma situação geral de distanciamento de nossos respectivos países entre si. Sobretudo, desde finais do século XIX se haviam consolidado estratégias políticas de crescimento econômico e integração ao mundo baseado num total individualismo nacional. A correlação historiográfica dessa “ordem” – verdadeira “des-ordem”, na realidade – de países sul-americanos isolados, desconhecendo-se entre si e, sobretudo, cheios de histórias nacionais feitas **“para viver solos”**, como, já faz vários anos, disse com clareza Alberto Methol Ferre. Com anterioridad a la “pátria gaúcha” (por esencia mestiza) existió uma dilatada y claramente definida “pátria missioneira (esencialmente indígena) que esteve na base de todo o desenvolvimento de um amplo espaço territorial que, ao fragmentar-se com a Revolução (1810-1828), passou a pertencer aos nascentes Estados do Paraguai, Brasil, Argentina e Uruguai”(VENTURINI 2009, p. 62 e 63, apud FAVRE).

Refere-se o autor sobre a origem da propriedade privada, através da sesmaria, que se estabeleceu as normas de uma economia nitidamente pastoril e o gado que povoava as pastagens, as coxilhas, o pampa e os campos gaúchos, constituiu sempre a maior riqueza do rio-grandense. Laytano (1983, p.33): “A palavra estância significa moradia fixa, mansão onde alguém passa”.

No livro de Torrorteguy (1994) é buscado explicar alguns pontos sobre a instalação do capitalismo no Rio Grande do Sul e a formação do segmento social

marginalizado. Informa quando dos cercamentos dos campos, ficaram do outro lado da cerca de arame, fora do mundo dos proprietários rurais; os despossuídos. Os despossuídos ajudaram a construir uma sociedade de classes voltada para os valores impostos por aqueles proprietários, que na época estavam envolvidos com a economia exportadora.

Venturini (2009) escreve que a produção agrícola passou do roçado para a lavoura organizada, inclusive novas culturas trazidas da Europa como algodão, trigo, videira (parreira). Além da bebida imprescindível o mate, com seus benefícios à saúde. O gado bovino foi a criação mais importante introduzidas pelos jesuítas, que garantiu a alimentação dos povos missioneiros e produziu couro, sebo para exportação, tornando-se o produto mais importante nas Missões. Outros cultivos também participaram como produtos agrícolas o fumo e cana-de-açúcar.

As diferentes perspectivas históricas apontam para uma cultura regional dita caudilhesca, muito próxima das atitudes, ações políticas e controle social militaristas, praticados por estancieiros platinos como agentes de governos, estando assim regulados por normativas do Estado (FLÔRES, 2012).

Bakos (1982) comenta a importância da escravidão que se acentua no Rio Grande do Sul, na medida em que se desenvolve a agricultura extensiva e o comércio de carne salgada nas décadas finais do século XVIII. Um levantamento populacional de 1780 revela a presença do escravo nas regiões da cultura do trigo, nas charqueadas, nos primeiros centros urbanos e nas primeiras estâncias gaúchas de criação.

Zarth (2006) comenta a escravidão que em São Borja, na região missioneira, eram áreas onde a presença de uma população livre dedicada ao extrativismo da erva-mate pressionava os índices para baixo.

No século XIX a concentração de terras, as dificuldades de abastecimento e a escravidão eram os problemas estruturais mais importantes apontados pelos analistas políticos e pelo próprio governo. A alternativa com maior repercussão para esses problemas foi à política de imigração e colonização, aliada a outros projetos de melhoria de transporte e inovação tecnológica (ZARTH,2006).

A multiculturalidade era composta por outras etnicidades, especialmente no meio urbano pela imigração espontânea. Em sua viagem militar ao Rio Grande do Sul, Gastão de Orléans (Conde d'Eu) comenta que, durante a ocupação das tropas

paraguaias, várias cidades fronteiriças como São Borja, Itaqui e Uruguaiana, arvoraram bandeiras diversas nacionalidades para se proteger das pilhagens e mesmo da morte (CORRÊA, 2006).

Informa Rillo (1982) que após a proclamação da república, na última década do século passado, com a chegada desde a Argentina, da família do colono de origem germânica Pedro Gottfried. Após 1910, por iniciativa da família Vargas e Batista, colonos de sobrenome Frederich, Krug e Ramboner (tronco de famílias até hoje radicadas), vieram estabelecer-se em São Borja, dedicando especialmente à cultura do milho e linho, nas propriedades de Protásio Vargas (Estância Santos Reis) e de Pedro Baptista, chamado “Rinção dos Baptistas”.

Um conceito chave nesta forma de abordagem histórica é sem dúvida “violência”. O período que se estende entre a Revolução Federalista de 1893 e a Revolução de 1923 são riquíssimos em episódios, quer de violência coletiva e ou individual. Nesse contexto, entrelaçasse-se o poder do estado borgista e do PRR (Partido Republicano Riograndense) e as relações coronelistas que ampliaram significativamente o uso da violência partidária e de cooptação política na formação do complexo teatro de operações (COLUSSI, 2008).

Em relação ao prestígio, a valorização da personalidade; a revista<sup>16</sup> “o Rio Grande em Revista – [1928?]”, com foto registra na localidade do Passo em São Borja um concorrido “picnic” em oferecimento ao então Presidente da Província, na figura 5.

---

<sup>16</sup> Revista “O Rio Grande em Revista” [1928?]. Biblioteca Municipal Apparício S. Rillo. São Borja.

Figura 5 – Prestígio em São Borja no Bairro do Passo



Fonte: O Rio Grande em Revista – [1928?], foto do autor.

### 1.3 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DO LEVANTAMENTO RURAL DAS PEQUENAS E MÉDIAS PROPRIEDADES

Esta seção abrangerá a caracterização do ambiente do levantamento rural em São Borja-RS. Também a educação como assunto correlato.

A área do município é de 3610.0 km<sup>2</sup>. A bacia hidrográfica é do Rio Uruguai e os rios Butuí, Piratinim, Icamaquã. No sub-solo, ocorrem o reservatório do aquífero Guarani. O relevo predomina 0-2% de declividade com 72% do território. O perfil econômico está baseado no setor primário com as atividades rurais de agricultura, esta de como carro chefe da economia local, e pecuária no município (LAGEOLAM, 2007).

No *Censo cidades (2010)* consta as informações do município:

Tabela 3- São Borja Censo Cidades (2010) população rural, urbana e total

População Rural	População Urbana	População Total
6.533	55.138	61.671
10,6 %	89,4 %	100%

Fonte: IBGE Cidades (2010) Código 431.800. Adaptado pelo autor.

Percebe-se pela tabela 3, a escassa população rural no município de São Borja.

Tabela 4- População residente rural, faixa etária e percentual

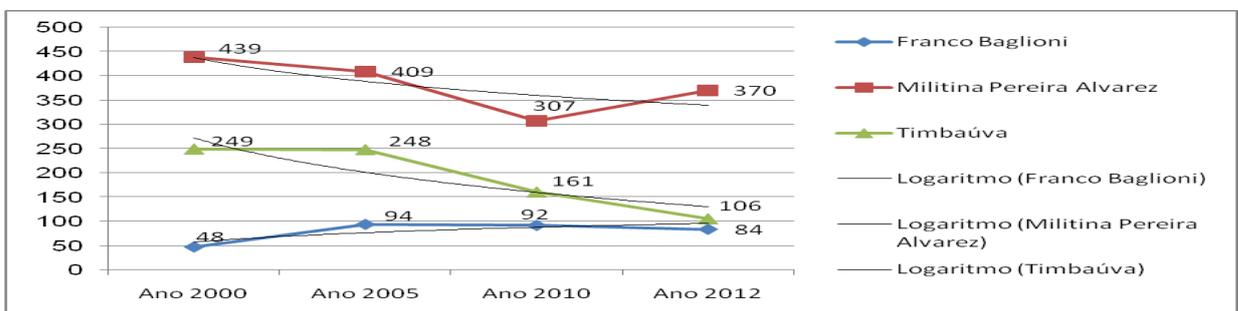
População residente – total – rural	6.533	peessoas
População residente – rural – grupos de idade De 0 a 5 anos de idade	8,2	%
População residente – rural – grupos de idade De 6 a 14 anos de idade	16,0	%
População residente – rural – grupos de idade De 15 a 24 anos de idade	14,6	%
População residente – rural – grupos de idade De 25 a 39 anos de idade	20,5	%
População residente – rural – grupos de idade De 40 a 59 anos de idade	27,8	%
População residente – rural – grupos de idade De 60 ou mais anos de idade	12,8	%

Fonte: IBGE Cidades (2010) Código 431.800. Adaptado pelo autor.

Esta tabela 4, tem maior percentual no estrato de população residente rural na faixa etária de 40 a 59 anos. E decréscimo acentuado na população acima de 60 anos. Observa-se também que há um decréscimo em percentual que corresponde a faixa de 15 a 24 anos na população rural indicando o êxodo rural e percentualmente há insuficiente população de 0 a 5 anos, menor número de nascimentos.

Conforme informações disponibilizadas através da 35ª Coordenadoria de Educação – São Borja – RS, nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental Franco Baglioni e Militina Pereira Alvarez; Escola Estadual Ensino Médio Timbaúva onde constam os dados nos anos 2000, 2005, 2010 e 2012 do número de matrículas iniciais dos alunos pelas respectivas escolas rurais no município.

Gráfico 1 – Involução do número de alunos por escolas rurais dos anos 2000 à 2012 no município de São Borja - RS



Fonte: Censo Escolar (2000,2005,2010) e PROCERGS 2012, adaptados pelo autor.

No gráfico 1 pelas tendências indicam involução de alunos em duas escolas rurais e uma com estabilidade. A escola Franco Baglioni recebeu alunos assentados rurais a partir de 2005, estabilizando, porém com tendência de decréscimo posteriormente.

## 2. METODOLOGIA

Na realização do estudo adotou-se uma abordagem qualitativa para identificação dos principais fatores envolvidos com a problemática pesquisada e as possíveis alternativas de intervenção. Para Gil (1991), este tipo de pesquisa favorece a consideração dos fatores históricos, que são fundamentais para a compreensão das estruturas sociais. Nessa direção, configuraram-se procedimentos destinados à compreensão de concepções, percepções, comportamentos, sentimentos, significados e mudanças inerentes ao contexto do fenômeno pesquisado. Já, na tradução de opiniões e informações em números, sua classificação e análise utilizou-se a abordagem quantitativa, mediante o emprego de técnicas estatísticas (SILVA, 2004).

No que concerne aos seus objetivos, na ótica de Cooper e Schindler (2001), o estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo. Exploratório enquanto intencionou conhecer um universo insuficientemente pesquisado no que diz respeito à análise de fatores determinantes, seu correlacionamento com o atraso da região pesquisada e a proposição de “novas” estratégias de desenvolvimento sustentável. E descritivo, por também buscar o aprofundamento de informações e dados sobre esses aspectos. Para Gil (1994), a pesquisa exploratória tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições e a pesquisa descritiva possibilita levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população.

Quanto aos procedimentos técnicos, com base em Silva (2004), empregou-se:

A Pesquisa Bibliográfica, a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e material disponibilizado na Internet;

A Pesquisa Documental, a partir de materiais que não receberam tratamento analítico;

O Levantamento, tipo *survey*, envolvendo a interrogação direta à produtores caracterizados como da “agricultura familiar”, cujo comportamento se pretendeu conhecer;

O Estudo de Caso, envolvendo a avaliação profunda e exaustiva das especificidades de uma problemática singular, de maneira a obter o seu amplo e detalhado conhecimento;

A Pesquisa Ex-Post-Facto, dado que o estudo tratou de fatos já acontecidos, apesar de a conjuntura analisada ser contemporânea; e

A Pesquisa Ação, uma vez que o estudo foi concebido e realizado em estreita associação com a proposição de alternativas de resolução de um problema coletivo, na qual o pesquisador e os integrantes da situação-problema envolveram-se de modo participativo.

A obtenção dos dados e informações necessários à consecução do estudo foi efetuada por intermédio de quatro instrumentos básicos: o “Levantamento do referencial teórico sobre desenvolvimento endógeno, exógeno e neoendógeno; o “Levantamento da história do município de São Borja-RS”; o “Levantamento da situação socioprodutiva das pequenas e médias propriedades rurais do município de São Borja-RS”; o “Levantamento da capacidade humana e social no desenvolvimento do município de São Borja-RS”, com a finalidade de abranger aspectos cognitivo-comportamentais não contemplados no levantamento anterior;

O detalhamento do método empregado em cada um, é apresentado a seguir.

## 2.1 LEVANTAMENTO DO REFERENCIAL TEÓRICO SOBRE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO, EXÓGENO E NEOENDÓGENO

As informações e dados pesquisados nesta seção originaram-se basicamente de fontes secundárias, em especial de livros, dissertações, teses e artigos científicos.

Para interpretação dos dados, empregou-se o método da análise de conteúdo, mediante a técnica da análise temática. Segundo Bardin (2011), este procedimento implica na avaliação de um ou vários temas ou itens de significação, previamente codificados.

Nesta tarefa pretendeu-se colocar em relevo informações importantes para subsidiar a confecção de questões incluídas nos levantamentos da situação socioprodutiva e a definição das possibilidades de desenvolvimento neoendógeno.

## 2.2 LEVANTAMENTO DA HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA – RS

Roesch (2010) *apud* Patmore (1998) considera que o método histórico permite gerar e testar teorias numa perspectiva de longo prazo, possibilitando aos

pesquisadores desenvolverem enfoques dinâmicos em contextos de mudanças econômicas, políticas e sociais. Por si só, este método é insuficiente para investigar o grau de associação e causalidade entre as variáveis. Porém, é muito útil na definição e justificativa dos aspectos importantes a serem investigados.

Costa; Barros; Martins (2010) comentam a posição integracionista que também pode ser identificada na abordagem da história da gestão (*management history*). A ideia é que a análise histórica não substituiria as teorias existentes, mas enriqueceria a compreensão do contexto atual por meio de conexões com as disciplinas humanísticas. Adotar a posição integracionista significa reconhecer que eventos do passado atuam no presente, sendo úteis para a identificação e escolha de oportunidades atuais.

Uma razoável parcela do referencial histórico apresentado na seção 1.2 vinha sendo, pesquisada pelo autor em livros, trabalhos e documentos sobre o período missionário jesuítico-guarani, espanhol e português, e posteriormente brasileiro e sobre a história dos 330 anos de São Borja. O autor, inclusive, participou, em 2012, da comissão apoiadora do evento comemorativo dos 330 anos de São Borja, no qual ministrou palestra sobre o povoado de São Francisco de Borja das Missões de 1801 a 1834: sua formação luso-brasileira, invasões e fatores étnicos, políticos e culturais (SOUTO, 2012).

Os dados coletados na pesquisa histórica originaram-se de fontes documentais, constituídas principalmente por manuscritos, impressos e fotografias; e secundárias, por livros, teses, revistas e jornais.

Para interpretação dos dados, empregou-se o método da análise de conteúdo, mediante a técnica da análise temática. Segundo Bardin (2011), este procedimento implica na avaliação de um ou vários temas ou itens de significação, previamente codificados.

Nesta tarefa pretendeu-se colocar em relevo informações importantes para subsidiar a confecção de questões incluídas nos levantamentos do perfil socioproductivo; e a proposição de alternativas de intervenção – com foco na identificação dos principais fatores sociais, políticos e econômicos pretéritos, presumivelmente determinantes da conjuntura recente. Tudo em consonância com os objetivos específicos do estudo e a fundamentação teórico-empírica subjacente.

### 2.3 LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DAS PEQUENAS E MÉDIAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA - RS

As propriedades com tamanho inferior a 100 ha representam quase 73% do total computado pelo Censo Agropecuário de 2006 (Tabela 5).

Tabela 5 – Número de propriedades rurais do município de São Borja-RS, por estratos de área

<b>Estratos</b>	<b>Nº Propriedades</b>
Mais de 0 a menos de 0,1 há	3
De 0,1 a menos de 0,2 há	0
De 0,2 a menos de 0,5 há	1
De 0,5 a menos de 1 há	1
De 1 a menos de 2 há	36
De 2 a menos de 3 há	43
De 3 a menos de 4 há	29
De 4 a menos de 5 há	30
De 5 a menos de 10 ha	89
De 10 a menos de 20 ha	168
De 20 a menos de 50 ha	179
De 50 a menos de 100 ha	111
De 100 a menos de 200 ha	108
De 200 a menos de 500 ha	151

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Agropecuário (2006).

Além disso, a grande maioria das referidas propriedades pode ser definida como de “agricultura familiar”, de acordo o critério de tamanho contido na Declaração de Apoio ao Pronaf – DAP. Diante destas circunstâncias e principalmente o fato de tais estabelecimentos concentrarem os estratos mais empobrecidos e carentes, optou-se por considerar a população do estudo como sendo 690, ou seja, as com áreas inferiores a 100 ha.

Para determinação do tamanho da amostra, levou-se em conta o nível de confiança desejado e a margem de erro admitida. A fórmula adotada para determinar o tamanho da amostra, extraída de Rea & Parker (2000), é

$$n = \frac{Z^2 [p(1-p)]N}{Z^2 [p(1-p)] + (N-1)C^2} \quad (1)$$

onde  $C$  é a precisão ou erro máximo admissível em termos de proporções;  $Z$  é o nível de confiança em unidades de desvio padrão (intervalo desejado);  $p$  é a proporção do universo;  $N$  é o número de elementos na população; e  $n$  é o número de elementos da amostra.

Na efetuação do cálculo, definiu-se um intervalo de confiança desejável de 95% e uma margem de erro máxima de  $\pm 5\%$ , resolvendo a equação (1) para  $C = 5\%$ ,  $Z = 1,96$ ,  $P = 50\%$  (percentual conservador que resulta na maior taxa de respostas possível) e  $N = 690$ . O resultado para  $n$  é 248.

Resultado similar também foi encontrado para o cálculo de acordo com a metodologia recomendada pelo SEBRAE (2005) para a realização de pesquisas de mercado.

A estratificação das propriedades, para fins de realização da amostragem, atendeu satisfatoriamente a proporção de 35,9% (248/690). Os números percentuais a menor, ocorridos em dois estratos e, a maior, em um, não comprometem a representatividade da amostra como um todo. O estrato populacional mais numeroso restou contemplado com uma cobertura de 41% (Tabela 6).

Tabela 6 – Determinação do tamanho da amostra das propriedades rurais

Grupos de área total	População (A)	Amostra (B)*	B/A (%)
De 0 a menos de 10 há	232	74	32
De 10 a menos de 50 há	347	141	41
De 50 a menos de 100 há	111	33	30
Total	-	248	-

Fonte: Elaboração do autor.

\* Erro amostral= $\pm 5\%$  [Equação (1)]; e Erro amostral= $\pm 5\%$  com *Split 50/50* (SEBRAE, 2005).

Para subsidiar a definição das perguntas do formulário de coleta de dados, além dos resultados da análise léxica dos achados históricos apurados na seção 1.2, providenciou-se na análise de conteúdo dos demais referenciais teórico-empíricos compilados nas seções 1.1 e 1.3.

Neste estudo intentou-se colocar em informações reveladoras de presumíveis fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças e de factíveis alternativas de intervenção – com foco na identificação dos principais fatores sociais, políticos e econômicos, supostamente determinantes da conjuntura recente e de suas

perspectivas de desenvolvimento. Tudo em consonância com os objetivos específicos do estudo e a fundamentação teórico-empírica subjacente.

Para determinação da renda bruta mensal (item do formulário), utilizaram-se os dados sobre as vendas informadas, passíveis de quantificação e a classificação socioeconômica. Em alguns casos o autor/pesquisador lançou mão de critérios que definiu, colocando-se na posição de especialista. Primeiramente, quantificaram-se os itens sobre comercialização agrícola, bovina, ovina, suína, mel e o número de aposentadorias convertidas em valores. O valor dos produtos vendidos foi calculado a partir das quantidades e preços médios tomando-se por base os dados fornecidos pela Emater/São Borja, referentes ao período set.-dez.2011; e os extraídos de uma edição mensal do encarte do jornal Zero Hora, suplemento Campo e Lavoura de jan.-jul. de 2012. Com relação às vendas de culturas de subsistência, hortaliças, aves e ovos, peixes, fruticultura e outros, não se processou a quantificação do valor vendido, tendo em vista a precariedade de tais informações.

Outro critério para estimativa da renda mensal bruta foi a classificação socioeconômica, seguindo o procedimento adotado pela Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado – ABIPEME (2008). Nesta tarefa, o autor mais uma vez agiu como especialista, definindo a faixa de enquadramento, na falta de dados sobre comercialização, questionando e tabulando às informações sobre a posse de televisores a cores, vídeo cassete ou DVD, rádios, banheiros, automóveis, empregadas mensalistas, máquina de lavar, geladeira e freezer.

Não obstante a subjetividade envolvida nesta ingerência do autor, o esforço foi válido, uma vez que não se tratou de determinar custos e despesas rurais, mas apenas estimar a receita bruta mensal, para fins de enquadramento de cada propriedade na classificação socioeconômica adotada.

Na elaboração do formulário de coleta de dados foram utilizadas perguntas fechadas (sim/não), abertas e de múltipla escolha, com e sem opção de escala de atitude de Likert (Apêndice A).

O levantamento de campo foi efetuado no período de set./2011 a jul./2012, sendo a pesquisa registrada no Sistema de Apoio a Gestão em Pós-graduação e Extensão (SAPE) – Urcamp/RS, sob nº 612/2011.

A coleta foi realizada por intermédio de visitas aleatórias aos agricultores, nas propriedades existentes ao longo das estradas. Para isso foram empregados mapas

fornecidos pela Secretaria Municipal de Planejamento, listas de telefones dos produtores, além de agendamentos conseguidos em eventos, festas rurais, missas rurais, etc.

Para análise qualitativa dos dados foi usado o método da análise de conteúdo, por meio da técnica de análise léxica. Esta abordagem consiste em computar o número total de palavras presentes ou “ocorrências”; ou número total de palavras diferentes ou “vocábulos” e a relação ocorrências/vocábulos, contidas nas respostas das perguntas abertas (BARDIN, 2011).

Na análise quantitativa dos dados, empregou-se o método estatístico, através das técnicas de participação relativa (%), tabulações (simples, cruzadas e múltiplas) e correlações.

Nos processamentos quali-quantitativos foi usado o *software* SPHINX, atualmente utilizado por mais de 200 institutos de pesquisa e universidades brasileiras, entre as quais a FGV, USP, UFRGS, UFSC, etc.

Também utilizado para a apresentação de tabelas em Excel e o software livre Freemind, para formatação gráfica ramificada.

## 2.4 LEVANTAMENTO DA CAPACIDADE HUMANA E SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL – SÃO BORJA- RS

Para verificar a opinião dos moradores urbanos e rurais, acerca da situação vigente quanto às suas relações de confiança, iniciativas de liderança, de empreendedorismo e estágio de escolaridade-escolarização, empregou-se a mesma metodologia utilizada por Oliveira (2011b). Apesar da população-alvo ser o urbano e rural, mensuraram-se os respectivos índices com finalidade exclusivamente complementar.

Na definição do tamanho da amostra, aplicou-se a Tabela 7. Para uma população do município de São Borja de 61.671 habitantes (IBGE 2010), selecionou-se uma amostra de 100 pessoas para serem entrevistadas através do formulário com perguntas quantitativas e qualitativas, constando no Anexo A. Para averiguar outras opiniões qualitativas, empregou-se uma amostragem não probabilística intencional, na qual ouviu-se 5 pessoas através de uma entrevista gravada. Sendo os entrevistados o prefeito municipal gestão 2009-2012, um pequeno produtor rural tecnificado e especialista em irrigação, um trabalhador rural aposentado que foi peão

de estância do ex-Presidente Jango Goulart e presenciou visitas do ex-Presidente Vargas na estância que trabalhava, um produtor rural assentado (líder comunitário), um Padre da Paróquia Nossa Senhora da Conceição – bairro do Passo, que atua com a economia solidária e a agricultura familiar.

Para a coleta de dados, a estratificação amostral seguiu o mapeamento da Secretaria da Saúde do Município de São Borja – PSFs (Programa de Saúde das Famílias).

Tabela 7- Determinação da amplitude de uma amostra da população

Amplitude da população (Universo)	Amplitude da amostra com as margens de erro	
	+ - 5 %	+ - 10 %
6.000	375	98
15.000	390	99
100.000	398	100
Mais de 100.000	400	100

Fonte: Elaborada por OLIVEIRA (2011b) (apud GIL, p.124, 2002).

Já, para as estimativas referentes à educação-escolarização, as informações foram obtidas do IBGE (2012).

Os dados foram tabulados e analisados através do *software* SPHINX, sendo que os dados qualitativos foram submetidos à uma análise de conteúdo, com o auxílio da análise léxica.

### 3. RESULTADOS E ANÁLISE

Apresentam-se neste capítulo os principais resultados e as respectivas análises realizadas a partir dos dados e informações obtidos nas investigações sobre o referencial teórico-empírico-histórico, a situação socioprodutiva, a capacidade humana e social; referentes à região pesquisada.

#### 3.1 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO, EXÓGENO E NEOENDÓGENO

Utilizando-se das análises de conteúdo e de citações efetuadas nos textos consultados e sintetizados nas subseções 1.1.1 e 1.1.2 do Capítulo 1 (Referencial teórico-empírico) empregou-se a metodologia definida na subseção 2.1 do Capítulo 2, onde enquadraram-se os conteúdos nas categorias, subcategorias e fontes das citações (Tabela 8).

Tabela 8 – Identificação dos principais aspectos nas categorias, subcategorias a considerar em projetos de desenvolvimento neoendógenos

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Fontes das citações</b>
I) Capital Humano/Cultural	<p><b>I.1) Indivíduos e famílias;</b></p> <p><b>I.2) Intelecto-Capacidades:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Habilidades Conceituais- Ética;</li> <li>• Habilidades Humanas- Comunicação, Motivação, Liderança, Trabalho em equipes, Empoderamento;</li> <li>• Habilidades Técnicas – (Ter o Saber) Conhecimento, fazer coisas concretas e práticas;</li> <li>• Habilidades Gerenciais- Planejamento, Organização, Direção, Controle;</li> <li>• Atitude- (Querer fazer) – Vocação empreendedora, assumir riscos, inovação;</li> </ul> <p><b>I.3) Educação continuada;</b></p>	<p>Bordieu (2000), Chiavenato (2000,2004), Dallabrida (2011), Fukuyama (1996), Higachi;Clemente (2000), Haucap;Wey (2000), Lucas (1988), Paiva (2001), Schultz (1962);</p> <p>-----</p> <p>Chiavenato (2004,2007), Friedmann (1966), Guha (1981), Hirschman (1958;1961;1977), Katz;Khan (1987), Marshall (1982), Perroux (1955;1959;1967;1977), Radomsky (2011); Rambo;Costa (2011),Schumpeter (1961,1985), Silva (2004), Stoner; Freeman (1995), Wilkinson (2008);</p> <p>-----</p> <p>Abascal;Bilbao (2010),Baquero (2008), Barros; Mendonça (1997),Bordieu (1998), Breitenback;Brandão (2009), Eco (1998), Freire (1985),Gadotti (2002),Jacobi (2003), Keil;Barquero (2008), Marshall (1982), Milinski;Campanhol;Silva (2008), Oliveira (2011), Rostow (1961), Rotta (2007),Sen (2000),Valdiviedo (2003).</p>
II) Capital Social	<p><b>II.1) Atores em comunidade;</b></p> <p><b>II.2) Diversidade cultural:</b></p>	<p>Abramovay (1998), Allebrandt, Büttenbender, Siedenbergl (2010) Alves (2008), Bikhölzer (2005), Brum (2005), Clemente; Higachi (2000), Dallabrida (2011), Gazolla;Pelegrini (2011), Giddens (1984), Fukuyama (1996), Long (2006), Long;Ploeg (2011), Mior (2005), Schneider (1999),Yunus (2000).</p> <p>-----</p> <p>Cremonese (2011), Long;Ploeg (2011),</p>

Categorias	Subcategorias	Fontes das citações
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Etnias;</li> <li>• Gênero;</li> <li>• Saberes locais;</li> </ul> <p><b>II.3) Confiança;</b></p> <p><b>II.4) Redes e Parcerias;</b></p> <p><b>II.5) Empreendedorismo (individual e coletivo);</b></p> <p><b>II.6) Associativismo e Cooperativismo;</b></p>	<p>Radomsky (2011); Rotta (2007,2011), Sauer; Correa (2011), Sen (2000), Silva (2009), Schneider; Gazolla (2011), Souza;Souza (2011),Veiga (2005);  -----  Baquero (2003),Fukuyama(1996), Kliksberg (2000),Pase;Santos (2008), Putnam (1996;2002);  -----  Abascal; Bilbao (2010);Alves (2008), Araújo (2005),Atria (2003),Birkhölzer (2005) Castells(1999;2002),Julien(2010), Mance(2001);Milinski;Campanhol;Silva (2008), Radomsky (2011); Souza;Souza (2011), Putnam (2002),Vaz (2010)  -----  Abramovvay (1998),Ansoff (1991), Antunes;Ries(2001),Cella;Peres(2002), Chiavenato (2008),Gimenez;Tóffolo (2005), Hisrish;Peters (2006), Julien (2010) Longenecker;Moore; Petty (1998), Machado et.al(2000),Schumpeter (1985) Shapero (1975),Zuin;Queiroz (2006);  -----  Albano (2001), Araújo (2005), Baquero (2008), Büttendender (2010), Campos (1998), Crúzio (1997), Duarte (1986), Franco (1985), Moura (1964), Oliveira (2011), Perius (1983), Riesgo;Brezolin (1988), Silva et. al (2008);</p>
III) Capital Político	<p><b>III.1) Estrutura de poder;</b></p> <p><b>III.2) Liderança política;</b></p> <p><b>III.3) Participação política</b></p> <p><b>IV.4) Empoderamento;</b></p>	<p>Allebrandt (2008), Alves (2008), Baquero (2007), Baquero, Cremonese (2008), Baran (1977), Bendix (1996), Bordieu (1998;2000;2003), Castells (1999),Clemente (2000), Daniel (1982), Ellis; Biggs (2001), Esteves (2009), González (2007;2008), Jaguaribe (1972),Kebauy; Assumpção (2011), Schugurensky (2003), Veiga (2001), Weber (1984), Weyh (2008);  -----  Gadotti (2002), Hannes (2005),Morgan (2006) Schumpeter (1985), Wagner III;Hollenbeck (2002);  -----  Bordieu(1998;2000;2003),Freire(1999), Jaguaribe (1972), Julien (2010), Schugurensky (2003),Weyh (2008);  -----  Baquero (2005), Durston (2001;2003), Freire (1985), Gadotti (2002), Gohn (2004), Hannes (2005), Pase (2001), Pase,Santos (2008), Pereira (2006), Schumpeter (1985), Rambo;Costa (2011),Wallerstein;Bernstein (1994), MDA/DESER (2008);</p>
IV) Recursos Financeiros	<p><b>IV.1) Recursos externos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A fundo perdido;</li> <li>• Disponibilidade de crédito;</li> </ul> <p><b>IV.2) Recursos internos/poupança;</b></p>	<p>Alves (2008), Barea; Miorin (2008), Boisier (2007), Breitenbach; Brandão (2009), Cardoso; Falleto (1985), Dallabrida (2011), Furtado (1970), Keynes (1985),Lucas (1988), Prebisch (1961), Rostow (1961), Schumpeter (1961;1985), Solow (1956), Swan (1956), Veiga (2001);  -----  Birkhölzer (2005), Rostow (1961), Putnam (2002);</p>
V) Recursos Físicos e Materiais	<p><b>V.1) Terra;</b></p> <p><b>V.2) Água;</b></p> <p><b>V.3) Energia elétrica;</b></p> <p><b>V.4) Insumos;</b></p> <p><b>V.5) Estradas;</b></p> <p><b>V.6) Semoventes;</b></p> <p><b>V.7) Infraestrutura;</b></p>	<p>Antunes; Ries (2001),Clark (1940), Dallabrida (2011), Ferreira (1989), Hirschman (1958;1961;1977), Isard (1956,1972),Marshall (1982), Myrdal (1962,1968), North (1955, 1977a,1977b), Perroux (1955;1959;1967;1977), Porto (2007) Rosa (2011), Rosenstein-Rodan(1963),</p>

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Fontes das citações</b>
	<b>V.8) Máquinas e Equipamentos;</b>	Schultz (1965;1975), Schumpeter (1961);
VI) Recursos das Atividades Operacionais	<b>VI.1) Produtos;</b> <b>VI.2) Processos;</b> <b>VI.3) Diversificação;</b>	Abramovay (1998), Abascal;Bilbao (2010), Antunes;Ries(2001), Boisier (2005), Castells (1999;2002), Cella (2002), Clark (1940), Franck (1980), Perroux (1955;1959;1967;1977), Rosa (2011), Rosenstein-Rodan(1963),Rostow (1961), Schneider (2003;2006), Schumpeter (1961;1985), Triches;Froehlich;Schneider (2011);Wilkinson (2008), Vaz (2010);
VII) Recursos Mercadológicos	<b>VII.1) Compradores locais;</b> <b>VII.2) Compradores externos;</b> <b>VII.3) Contratos;</b> <b>VII.4) Hábitos de consumo;</b>	Abramovay (1998), Castells (2002), Dallabrida (2011), Gazzola; Pelegri (2011), Harris (1954), Höfling (2001), Julien (2010), Keynes (1985), Myrdal (1962,1968), North(1955;1977a;1977b),Schneider (2003), Schumpeter (1961), Schultz (2011), Schwartzman (1977), Souza;Souza (2011), Triches;Froehlich;Schneider (2011), Valle (2010);Wilkinson (2008);
VIII) Recursos Institucionais	<b>VIII.1) Assistência técnica e extensão rural;</b> <b>VIII.2) Instituições de ensino (Universidades e Institutos federais);</b> <b>VIII.3) Organizações Governamentais;</b> <b>VIII.4) Organizações Não Governamentais;</b>	Abascal;Bilbao (2010), Capoa;Costabeber(2001), Carmo (1998), Cella (2002), Dallabrida (2011),Marin,Trentin (2010), Esteves (2009),Ferreira (1989), Furtado (1985,2004), MDA/DESER(2008), Milinski;Campanhol; Picolotto (2011); Rangel (1957;1986;1990;1992),Sachs (1998), Silva (2008), Schultz (1965;1975), Souza (1983), Triches;Froehlich;Schneider (2011), Valle (2010),Zonta (2012);
IX) Recursos Logísticos	<b>IX.1) Armazenagem e estocagem;</b> <b>IX.2) Transporte interno;</b> <b>IX.3) Transporte externo;</b>	Dallabrida (2011),Isard (1956;1972),Marshall (1982), Triches;Froehlich;Schneider (2011), Wilkinson (2008)
X) Recursos Tecnológicos/ Informativos	<b>X.1) Tecnologia;</b> <b>X.2) Informação</b>	Castells(1999,2002),Dallabrida (2011), Fukuyama(1996),Higachi;Clemente (2000), North (1955; 1977a;1977b), Padovese (2009), Rosenstein-Rodan(1963), Rostow (1961), Schultz (1965;1975),Schwartz (2000),Vaz (2010)

Fonte: Elaboração do autor com base em Bardin (2011); Meireles e Cendón (2010); e nas subseções 1.1.1 e 1.1.2.

A Tabela 8 sintetiza os principais categorias, subcategorias e fontes de citações do referencial e outras obras consultadas. São explicitadas as categorias capital humano/cultural, capital social, capital político, recursos financeiros, recursos físicos e materiais, recursos das atividades operacionais, recursos mercadológicos, recursos institucionais, recursos logísticos e recursos tecnológicos/informativos. As categorias citadas foram reunidas e representam pelas análises de conteúdo realizadas a referida metodologia. Estas categorias e subcategorias serão relacionadas na seção 3.5.

### 3.2 HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA-RS

Para fins de facilitar a visualização global da evolução temporal dos registros históricos do município de São Borja-RS, apresenta-se na Tabela 9 a síntese dos

principais aspectos referentes ao povoamento (etnias), aos produtos primários e aos sistemas produtivos, em diferentes épocas.

Tabela 9 – Análise histórica-sociológica de São Borja: povoamento (etnias), produtos primários e sistemas produtivos

Época	Povoamento (etnias)	Produtos primários	Sistemas produtivos
Século XVII	Indígenas, Jesuítas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• colhedores de frutos nativos;</li> <li>• caça;</li> <li>• pesca;</li> <li>• culturas de subsistência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• florestas nativas;</li> <li>• campos nativos;</li> <li>• áreas das reduções jesuíticas.</li> </ul>
Século XVIII	Indígenas, jesuítas, espanhóis.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• erva mate;</li> <li>• bovinos, muares, equinos;</li> <li>• culturas de subsistência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• áreas das estâncias jesuítas;</li> <li>• vacarias da região missioneira;</li> <li>• tropeirismo, principalmente, de muares para São Paulo e Minas Gerais.</li> </ul>
Século XIX	Indígenas, espanhóis, portugueses, africanos, brasileiros, imigrantes: prussianos-alemães.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• bovinos, muares, equinos, ovinos;</li> <li>• laranjeiras, pessegueiros;</li> <li>• mandioca, trigo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• sesmarias, estâncias luso-brasileiras e chácaras;</li> <li>• tropeirismo para as charqueadas de bovinos em Pelotas;</li> <li>• início da agricultura no município;</li> <li>• fábricas de farinha de mandioca e trigo.</li> </ul>
Século XX	missioneiros, brasileiros, afrodescendentes, imigrantes descendentes: alemães, russos, italianos, poloneses “branquiamento” e árabes.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• bovinos, equinos, ovinos;</li> <li>• trigo, linho, linhaça;</li> <li>• soja, arroz, milho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• estâncias e chácaras;</li> <li>• charqueada Alto Uruguai (São Borja) de bovinos e enlatados;</li> <li>• frigorificadores de carne bovina fora do município;</li> <li>• cooperativismo agrícola: início, apogeu e declínio;</li> <li>• engenhos de arroz;</li> <li>• propriedades: pequenas (início do termo agricultura familiar), médias e grandes propriedades privadas.</li> </ul>
Século XXI	mescla étnica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• bovinos, equinos, ovinos;</li> <li>• arroz, soja, trigo, milho;</li> <li>• energia casca do arroz.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• engenhos de arroz;</li> <li>• propriedades: pequenas (agricultura familiar), médias, grandes propriedades privadas e grandes propriedades de empresas;</li> <li>• agroindústrias de beneficiamento e produtos agregados;</li> <li>• Frigorificação fora do município.</li> </ul>

Fonte: pesquisa histórica dos 330 anos de São Borja, adaptadas pelo autor

No século XVII com o segundo povoamento das reduções jesuíticas o território era povoado por diferentes etnias indígenas. Estas com diferentes tradições. A tradição guarani mantinham pequenas roças com diferentes cultivos, pescavam, caçavam e eram coletores de frutos silvestres. Eram livres e faziam migrações. No sistema cultural-político era utilizado o cacicado e o prestígio. Com a

vinda dos missionários alguns aceitaram a catequização com os benefícios de ter comida regular, mas tendo a necessidade de atender a organização e os sistemas da redução, além da conversão à religião católica. Alguns indígenas não aceitaram e foram viver nas matas. Nesta época surge as lavouras coletivas e as lavouras da família, instituídas pelos jesuítas no coletivismo. Também é introduzida o gado vacum pelos padres como fonte de alimentação às reduções, além de equinos e muares que são introduzidos, e o costume indígena da bebida da erva mate. A fruticultura foi introduzida e a agricultura de subsistência.

No século XVIII as reduções e estâncias jesuíticas cresceram e se desenvolveram a ponto de despertar a cobiça dos reinos ibéricos, os colonialistas e individualistas. Estes fizeram uma guerra contra os índios guaranis forçando ao mercantilismo da época. A erva mate foi alvo da cobiça, no mercantilismo. Em 1756 ocorre o julgamento em San Borja dos líderes indígenas que combateram a aliança ibérica. Ocorreram vários tratados na qual a região missioneira dos Sete Povos das Missões era espanhol e após era português. E novamente voltava para o domínio da coroa espanhola. Neste contexto está o povoado de San Borja (os Borjistas). Com o domínio espanhol extingue-se o modelo de trabalho coletivo nas lavouras, na expulsão dos jesuítas em 1759. Os indígenas eram explorados, foram expropriados pois não tinham educação formal e se tornaram os despossuídos. Em conjunto com o aumento do gado bovino aumentou os equinos e com cruzamentos de burros com éguas ocorria as mulas. Estas foram de interesse econômico pela capacidade de transporte para o mercado paulista e mineiro - o tropeirismo. Os bovinos eram abatidos e pouco se aproveitava: couro, chifres, sebo e a língua; e a carne se aproveitava apenas para saciar a fome.

O século XIX inicia e as lutas se intensificam, mas a adesão dos guaranis aos portugueses em detrimento dos espanhóis, em 1801, que tomaram o povoado com pouca resistência. Inicia-se o domínio português com o seu individualismo. O período jesuítico-guarani era tratado com esquecimento, pois era ligado ao domínio espanhol. As sesmarias e logo grandes estâncias são concedidas a militares portugueses e/ou com pessoas de posses. Dominam pela poder das armas os indígenas. Estes são usados no manejo do gado pois já estavam adaptados às lidas campeiras. Uma domínio providencial, de sujeito (homem, branco e europeu) com objetos (índios, analfabetos, passivos e manipuláveis) pois bastava um pedaço de

carne, erva mate, um casebre e a companheira para se consolidar o domínio aos indígenas. Surgem as chácaras e as moradias de posteiros nas grandes estâncias. Eram os peões e soldados, os gaúchos missioneiros (gaudérios) a serviço dos com poder e posses. Instala-se o período das comandâncias militares. Houve a primeira invasão caudilhesca 1816 (Andresito Artigas, platino oriental-guarani), portanto muita morte e resistência dos portugueses-guarani no povoado de São Borja. Forçou os portugueses a tornar o povoado de São Francisco de Borja numa guarnição militar, e com isto o jovem indígena era destinado às práticas militares em vez da agricultura.

Em 1821 o viajante Saint Hilaire permanece de fevereiro a março no povoado de São Borja. Descreve a miséria indígena verificando como se tornaram em párias e andarilhos, o descaso com a redução e apenas o foco militar. Em 1822 se instaura o Império do Brasil, portanto São Borja é gaúcha missioneira e brasileira. Em 1828 novamente a invasão, do caudilho Fructuoso Rivera (argentino-guarani); este causando muitos danos e saques. Fructuoso criou por oito meses a Província Oriental do Uruguai, cuja a capital provincial era San Borja. Em 1831 organiza-se as Guardas Nacionais.

Em 1834 o povoado se torna Vila. Nos intervalos das “peleias” o gado que restou se reproduzia e ocorreu o tropeirismo mas para as charqueadas de Pelotas. Têm-se a revolução Farroupilha onde ocorreram poucos combates em São Borja. No ano de 1843 foi decretado a posse das terras, nas antigas estâncias dos índios das missões orientais, para o Império. 1850 entra em vigor a Lei da Terra onde as terras podem ser vendidas. Escravidão em São Borja, no ano 1859, constava 1.240 escravos. Em 1865 ocorre a invasão paraguaia, combates, mortes, heroísmos e saques. Após um período de reconstrução, longo, ocorre o movimento de propaganda republicana contra a escravatura e a monarquia, 1874. Período este do coronelismo e grandes estancieros onde o paternalismo-clientelismo-familismo emperavam. Foi providenciado a vinda de colonos prussianos-alemães e deu-se um impulso a agricultura, principalmente o trigo e linho em 1885. São Borja era conhecida como “terra dos laranjais” e os são-borjenses como “papa laranjas”. Em 1887, São Borja, é elevada a cidade e constava apenas 6 escravos. Continua as tropas de gado para as charqueadas em Pelotas. Em 1888 foi aprovada pela Câmara Municipal a Moção Plebiscitária Republicana. Existência de fábricas artesanais de farinha de mandioca e moinhos de trigo. Em 1889 é proclamada à

República. Ocorre a revolução de 1893, consolidando o comando político dos Vargas.

No século XX na pecuária são introduzidas raças européias e zebuínas melhoradoras. Também ocorrem a vinda de colonos alemães e russos brancos para as propriedades de estancieiros famosos. Em 1911 formaliza-se a parceria da Charqueada Alto-Uruguai, com capital uruguaio-inglês e parceiros brasileiros. Período forte de política, abusos e violência relacionados ao PRR (Partido Republicano Riograndense). Início da ferrovia em 1913, a B.G.S.(Brazilian Great Southern Railways Extensions Ltd.), ligando São Borja. Término da Charqueada Alto-Uruguai em 1914 em virtude da guerra e da mudança da tecnologia dos concorrentes. Em 1920 inicia-se a frigorificação Wilson-Armour em Santana do Livramento. Em 1923 ocorre a revolução contra Borges de Medeiros e a situação vence, o coronelismo. 1928 Getúlio Dornelles Vargas é proclamado Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Ocorre a revolução nacional de 1930 onde são-borjenses participam diretamente e é colocado no poder o Presidente Getúlio Dornelles Vargas. Em 1933 é invadido Santo Tomé (Arg.) por são-borjenses. Continua a política de domínio das grandes estâncias assim chácaras, posteiros continuam como agregados. 1935 é fundada a Estação Experimental de Sementes. São Borja foi considerada a terra da produção de trigo, linho e linhaça.

O segundo modelo cooperativista teve fomento governamental a partir de 1950. Vinda de descendentes italianos para São Borja. Jango sobe ao poder, mas é exilado em 1964. Há consolidação na década de 1970 do cooperativismo. As décadas de 1980 e 1990 o cooperativismo entrou em crise. Vieram o ciclo da soja, trigo e arroz. O arroz se fortaleceu e vieram os engenhos de arroz de empreendedores de origem italiana e alemã. É adotado no Brasil o termo “agricultura familiar” no governo de Fernando Henrique Cardoso. Nos governos Lula são planejados e implementados programas visando a agricultura familiar.

E nos anos finais de século XX e início do século XXI, o cooperativismo agrícola está desacreditado em decadência em São Borja. Carecendo de fortalecimento dos princípios cooperativistas como: a fidelidade aos estatutos, participação efetiva, comunicação, profissionais de gestão, alternância de lideranças e autogestão. No final do século XX e XXI percebeu-se o declínio das famílias tradicionais em pecuária, até pelos inventários familiares, em detrimento do

crescimento e aumento de importância dos empreendedores individuais com origem italiana e alemã, preferencialmente. Estes com predomínio no poder econômico e político de São Borja, tanto na agricultura, pecuária, comércio, agroindústria e serviços no município.

Os novos perfis históricos-rurais no decorrer do século XXI advêm também de empreendedores rurais que adquiriram terras de menores preços em São Borja do que seus locais de origem; e investem na área rural do município. Adquirindo de proprietários com perfil tradicional, pouco produtivos e ineficientes; portanto os que vendem suas terras e bens por não serem competitivos aos novos tempos de globalização ou ainda a ocorrência das partilhas familiares fragmentando as antigas áreas rurais. Neste segmento incluem profissionais liberais (médicos, advogados, etc.) que com excedente de renda investem em terras para incrementar o patrimônio ou por recreação rural.

Também neste desenrolar histórico é representativo e crescente a vinda de empresas privadas: gaúchas, nacionais e estrangeiras em todos os segmentos econômicos-produtivos para o município. Estas empresas privadas estão atuando fortemente no segmento do agronegócios do município, principalmente no vácuo da decadência do cooperativismo, onde visualizaram oportunidade de negócios em terras, beneficiamento/comercialização de commodities e energia. São profissionalizadas com poder econômico e tecnificam a pecuária, a agricultura e silvicultura; porém minimizam a mão de obra. Portanto em oportunidade de negócios, adquirem propriedades rurais de pequenos, médios e grandes proprietários; ou por troca de dívidas com as próprias empresas aumentando sua economia de escala. Já modificaram o perfil rural estratificado com grandes extensões de terra em São Borja.

As análises de conteúdo e de citações efetuadas nos textos consultados e sintetizados na Seção 1.2 do Capítulo 1 (Referencial teórico-empírico) foram conduzidas com o propósito primordial de identificar fatores pretéritos, presumivelmente determinantes e condicionantes do desenvolvimento rural no município de São Borja-RS. Empregando-se a metodologia definida na Seção 2.1 do Capítulo 2, enquadraram-se os conteúdos e citações em categorias, subcategorias e fontes das citações (Tabela 10).

Tabela 10 – Identificação de fatores pretéritos presumivelmente determinantes e condicionantes do desenvolvimento rural no município de São Borja-RS

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Fontes das citações</b>
I) Organização do trabalho e da propriedade	I.1) Modelo de trabalho coletivo advindo das reduções jesuíticas.	Bruxel (1978); Flores (1986); Flôres (2012); Freitas (1998); Langer (2005); Maurer (2010); Oliveira (2011a); Ornellas (1976); RIHGEB (1863); e Venturini (2009) (10 citações)
	I.2) Individualismo: Espanhol, Português, Brasileiro, Missioneiro e São-Borjense.	César (2002); Flores (1986); Flôres (2012); Langer (2005); Laytano (1983); Porto (2007); Putnam (2002); RIHGEB (1863); Rillo (1982); Rosa (2011); Saint Hilaire (2002); Silveira (1979); Torronteguy (1994); Vergara (2010) e Venturini (2009) (15 citações)
II) Atividade produtiva	II.1) Fruticultura: Na introdução jesuítica. E posterior como “terra dos laranjais”, com o apelido dos são-borjenses de “papa laranja”, até a decadência dos laranjais (cancro cítrico); e os pessegueiros.	Baguet (1997); Cotrinotícias (1983) Flôres (2012); Silveira (1979); Saint Hilaire (2002); Dreys (1990); Gay (1980); Rodrigues (1982); Rosa (2011) (9 citações)
	II.2) Bovinocultura: Da introdução do gado na margem oriental do rio Uruguai em 1635 pelos padres jesuítas, Pedro Romero e Cristobal de Mendoza, até o século XXI.	Bruxel (1978); César (2002); Dreys (1990); Flores (2004); Flôres (2012); Langer (2005); Maurer (2010); Marques (1987); Marques (2010); Rodrigues (1982); Rillo (1982); e Saint Hilaire (2002) (12 citações)
	II.3) Agricultura: Dos imigrantes prussianos-alemães no final do séc.XIX com o trigo, para a “capital da produção” de trigo, linho e linhaça; ao predomínio atual do arroz e soja.	A Tribuna (1969); Cotrinotícias (1983); Flôres (2012); Folha de São Borja (1981); Rodrigues (1982); Rillo (1982) (6 citações)
	II.4) Indústria caseira, fabricação de farinha de mandioca e farinha de trigo no século XIX.	Flores (2004); Flôres (2012); Rodrigues (1982); Rillo (1982); Silveira (1979); (5 citações)
III) Renda	III.1) Falta de renda/falta de comercialização: pobreza e miséria desde os grupos “despossuídos” do passado (indígenas, africanos, peões, gaudérios) do século XVIII até os “despossuídos” rurais de hoje.	Abramovay (1998); Bakos (1982) Cardoso; Falletto (1979); César (2002) Cunha (2006); Flores (1986); Flôres (2012); Langer (2005); Laytano (1983); Machado (1999); Ornellas (1976); Pesavento (1988); Porto (2007); Rodrigues (1982); Rosa (2011); Silveira (1979); Torronteguy (1994); Venturini (2009); Waquil e Mattos (2002); Wilkison (2008); e Zarth (2006); (23 citações)
IV) Educação	IV.1) Educação em São Borja: dos analfabetos dos séculos XVIII, a escolarização a partir de 1880 na cidade e nos distritos da campanha. Até os com escassa escolarização no século XXI.	CSCJ (1992); Flôres (2012); Langer (2005); Silveira (1979); Torronteguy (1994); Venturini (2009); e Zero Hora (Out.2012) (7 citações)
V) Assistência Técnica	V.1) Assistência técnica em São Borja: da “estação experimental de sementes”	A Tribuna (1969); Folha de São Borja (1981); Cotrinotícias (1983); Rillo

Categorias	Subcategorias	Fontes das citações
	dirigida por Franco Baglioni, por intercessão de Getúlio Vargas, às assessorias das cooperativas. Estas após o declínio vieram a assessoria governamental, profissionais liberais e de empresas.	(1982); e Rodrigues (1982) (6 citações)
IV) Lideranças Políticas	IV.1) Cultura caudilhesca e Coronelismo. Desde os caudilhos que invadiram São Borja: Andresito Artigas em 1816 e Frutuoso Rivera 1828. Até a continuidade da política caudilhista, a coronelista no século XX no município.	Cardoso e Falleto (1979), César (2002), Flores (2004), Flôres (2012), Colussi (2008), Khanna (2009), Laytano (1983), Machado (1999), Marques (1987), O'donnell (1985), Pesavento (1988), Rillo (1982), Silveira (1979), Teixeira (2011), Torronteguy (1994), Venturini (2009) (16 citações)

Fonte: Elaboração do autor com base em Bardin (2011); Meireles e Cendón (2010); e na Seção 1.2.

Utilizando-se, na Tabela 10, da análise de conteúdo e análise de citações, nas subcategorias, por autores e reportagens de jornais. Nesses onde foram encontrados os temas mais abordados no levantamento histórico:

- **1º Falta de renda/ falta de comercialização** – 23 citações. É a constatação de que São Borja, após o domínio ibérico (espanhol e português), nunca foi e não é igualitaria na distribuição de renda. Principalmente na relação grandes propriedades com as pequenas e que historicamente as pequenas propriedades são relegadas apenas o papel de agregadas, com pouca atenção política/pública. Os incentivos são pontuais, apenas para atender “o povo despossuído” com atitudes paliativas. Não atacam as causas da miséria, não há interesse político;

- **2º Cultura caudilhesca, coronelismo** – 16 citações. Em reforço do primeiro quesito, o segundo aprofunda o perfil individualista dos detentores do poder (sujeitos- homem, branco, com posses, armas e poder x objetos – os despossuídos: indígenas, afro descendentes, missioneiros, gaudérios, peões, soldados, analfabetos, pobres, agricultura familiar, pouca instrução). São populistas, com ações de preservação no poder (para seus interesses e auto promoção), aumentando suas posses e com influências políticas (cacicado, clientelismo-familismo). Não visam o bem para os despossuídos, e estes são massa de manobra historicamente. Uso da política do apadrinhamento, valorização do prestígio e da cultura do silêncio (violência);

- **3º Modelo Individualista** – 15 citações. O modelo individualista é a raiz dos problemas de renda e do baixo desenvolvimento do município historicamente. Poucos dominam e prevaescem seus interesses em detrimento da grande maioria da população. Na pesquisa dos perfis socioprodutivos são detalhadas em minúcias e com profundidade as relações do modelo individualista como a falta de renda, pouca instrução, falta de atitude; ou seja baixo desenvolvimento nas propriedades analisadas tanto no qualitativo como no quantitativo no município. Na pesquisa da análise da capacidade humana e social também são explanados os fatores que condicionam negativamente como: saídas de jovens para outras cidades ou seja baixa confiança, pouco empreendedorismo, baixo cooperativismo, baixa escolarização-escolaridade e chefes políticos caudilhos, coronelistas; tudo sendo influenciado diretamente pela cultura individualista;

- **4º Bovinocultura** – 12 citações. Historicamente do início no século XVII até a metade do século XX a atividade mais importante economicamente no município. Depois da metade do século XX, prevaleceu a agricultura em importância econômica. Pelo fator histórico é bem citado;

- **5º Modelo Coletivista** – 10 citações. Sendo o início da história de San(São) Borja e pelo fascínio que este modelo impressionou aos autores, e a vasta literatura sobre os Sete Povos das Missões – período Missioneiro. Hoje por este trabalho, os fundamentos coletivistas seriam vitais para a agricultura familiar para se desenvolver. É dedectado, pela falta do modelo coletivista, como limitante ao desenvolvimento nas pesquisas dos perfis socioprodutivos e da pesquisa análise da capacidade humana e social;

- **6º Fruticultura** – 9 citações. A fruticultura historicamente iniciada pelos jesuítas no período missioneiro e com larga utilização, não economicamente, até o final do século XIX. No século XX no ano 1983 ocorreram as erradicações pelo cancro cítrico. É destacado na pesquisa dos perfis socioprodutivos como sugestão de revitalização de atividade produtiva aos atores da agricultura familiar por ser uma alternativa história, fomentadora de renda, necessitando união de produtores e com muita utilização de mão de obra (familiar e não familiar). Porém há riscos que podem afetar a atividade relacionados aos herbicidas aéreos. Necessita escala de produção (volume), assistência técnica com extensão rural, qualidade de frutos e busca de

comercialização em diversos mercados compradores(clientes)- empreendedorismo coletivo;

- **7º Educação** – 7 citações. A educação começou tardiamente para a população em geral, apenas no século XIX. Hoje o município é considerado mediano pelos órgãos públicos e independentes de avaliação educacional. Na pesquisa dos perfis socioprodutivos são detalhadas em profundidade de relações de fraca instrução do grau de instrução do chefe da família nas propriedades analisadas, sendo considerado a educação um desafio no município. Na pesquisa da análise da capacidade humana e social é considerada uma limitação a baixa escolarização-escolaridade;

- **8º Agricultura** – 6 citações. Com a vinda dos imigrantes europeus no final de século XIX para a agricultura, e após no início de século XX e no meio deste, estes imigrantes e descendentes mudaram o perfil vocacional produtivo de São Borja. Branquiaram a população e a partir de meio do século XX a agricultura assumiu a liderança econômica do município. É pouco citada pela falta de autores a partir da década de 1990 em relação a São Borja. Porém é de vital importância social, econômica e política;

- **8º Assistência Técnica** – 6 citações. Considerada recente na história do Brasil, no Rio Grande do Sul e em São Borja. Mas sendo o suporte fundamental na agricultura familiar. Na pesquisa dos perfis socioprodutivos foi considerada abaixo da capacidade de prestação de serviço e da necessidade das propriedades-proprietários da agricultura familiar e não familiar até 100 ha em São Borja (principalmente a pública, pois a privada é paga e poucas propriedades tem condições financeiras de bancar os pagamentos). É um desafio para os atores da agricultura familiar. Pequena quantidade de referência foi encontrada, por isto poucas citações;

- **9º Indústria caseira, fabricação de farinha de mandioca e farinha de trigo** – 5 citações. Basicamente referências históricas. Hoje as indústrias caseiras são consideradas inexistentes. Indústrias de farinha de mandioca não constam a existência. Um moinho de trigo existe mas atende o mercado local.

### 3.3 SITUAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DAS PEQUENAS E MÉDIAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA – RS

Nesta seção expomos os principais resultados e comentários a partir da pesquisa de campo com 248 propriedades rurais de até 100 hectares no município de São Borja - RS.

De conformidade com os procedimentos metodológicos definidos na Seção 2.3, procedeu-se a elaboração e aplicação do formulário referente ao levantamento do perfil socioprodutivo das pequenas e médias propriedades rurais. A tabulação completa dos dados coletados está no Apêndice A nas páginas 138-144.

Com a finalidade de estabelecer uma caracterização geral da situação levantada, apresenta-se na Tabela 11 uma síntese dos principais resultados apurados.

Tabela 11 – Principais resultados do levantamento do perfil socioprodutivo das pequenas e médias propriedades rurais do município de São Borja-RS

<b>Características</b>	<b>Proporção de ocorrência com relação às propriedades amostradas (%)</b>
<u>Complementação de renda:</u>	
- Aposentadoria e auxílio doença	64,13
<u>Mão de obra para terceiros</u>	23,2
<u>Migração de jovens</u>	57,3
<u>Agricultura familiar</u>	Sim: 85,1 Têm DAP: 34,3
<u>Energia elétrica</u>	Sim: 99,6
<u>Água:</u>	
- Consumo humano	Boa: 63,7
- Para criação	Escassa: 41,5
- Para lavoura	Inexistente: 61,3
- Comunitária	Sim: 67,7
<u>Renda familiar</u>	Até R\$1.194,53: 67,3
<u>Grau de instrução do chefe da família:</u>	
- Analfabetos e até a 3ª série fundamental	28,6
- 4ª série fundamental	33,9
<u>Localização em área própria</u>	71,9
<u>Principais culturas agrícolas</u>	Soja, trigo, milho (grão, espiga, uso criação), arroz, e sorgo
<u>Assistência técnica agrícola</u>	Sim: 11,3
<u>Uso de insumos</u>	Baixo: 24,2 e regular: 13,3
<u>Investimentos para aumento de</u>	

<b>Características</b>	<b>Proporção de ocorrência com relação às propriedades amostradas (%)</b>
<u>produtividade:</u> - Volume de recursos necessários - Condições próprias para investir	Alto: 71,9 Baixa: 84,2
<u>Satisfação com a comercialização agrícola</u>	Sim: 3,2
<u>Uso de maquinário:</u> - Em parceria - Próprios - Patrulha agrícola comunitária	11,7 19 27,8
<u>Custeio das culturas agrícolas</u>	Recursos próprios: 48,4
<u>Culturas de subsistência (mandioca e secundariamente moranga/abóbora, melancia, melão e batata doce):</u> - Assistência técnica - Comercializa a produção - Satisfação com a comercialização	Sim: 7,7 Sim: 26,2 Sim: 15,7
<u>Hortaliças:</u> - Produzem - Tecnologia - Compostagem - Adubação orgânica - Comercializam a produção - Satisfação com a comercialização	Sim: 83,1 Baixa: 65,3 Sim: 23,0 Sim: 84,7 Sim: 21,4 Sim: 12,9
<u>Bovinos:</u> - Consumo próprio - Relação Vendas/Nº total de animais - Satisfação com a comercialização	Sim: 41,5 24,4 (Baixo) Sim: 14,9
<u>Tambo de leite:</u> - Assistência técnica periódica de um profissional - Emater - Coptec - Satisfação com a comercialização - Uso de maquinário	Sim: 5,2  Sim: 6,1 Sim: 10,5 Sim: 13,3 Próprio 12,5 Em parceria: 1,2 Não tem: 20,2
<u>Animais de pequeno porte:</u> - Ovinos Relação Vendas/Nº total de animais - Suínos (maior gerador de renda) - Satisfação com a comercialização - Custeio - Assistência técnica visita periódica de um profissional - Emater - Coptec	Consumo próprio: 29,8  18,3 (Baixo) Consumo próprio: 48,8 Sim: 12,9  Recursos próprios: 49,5 Sim: 3,6  Sim: 2,8 Sim: 2,8
<u>Aves:</u> - Galinhas e galos - Satisfação com a comercialização	Consumo próprio: 83,9 Sim: 17,3
<u>Aquicultura:</u> - Açudes e tanques	Sim: 9,3

<b>Características</b>	<b>Proporção de ocorrência com relação às propriedades amostradas (%)</b>
- Principal espécie - Nº prop. que comercializam; e nº das satisfeitas com a comercialização	Carpa: 33,3 3; e 1
<u>Apicultura:</u> - Caixas - Satisfação com a comercialização	Nº: 505 Sim: 10,1
<u>Pomar – Fruticultura:</u> - Espécies  - Assistência técnica - Prefeitura - Emater - Coptec - Satisfação com a comercialização	Laranjeira: 21,8; bergamoteira: 20,6; pessegueiro: 12,3; e mangueira: 5  Sim: 1,9 Sim: 6,9 Sim: 6,3 Sim: 13,3
<u>Associado em cooperativa ou união de produtores:</u> <u>Concordância com:</u>	Sim: 34,7 Comercialização coletiva: 33,9; compras coletivas: 28,6; vendas para Cooperativas: 29,4; e Vendas para Associações: 24,6
<u>Principais necessidades para aumento da competitividade:</u> - Irrigação - Assistência técnica - Recursos financeiros - Açudes - Correção de solo - Poços artesianos - Comercialização	Sim: 39,1 Sim: 33,5 Sim: 31,8 Sim: 29,4 Sim: 23,8 Sim: 14,1 Sim: 13,7
<u>Principais ameaças à competitividade:</u> - Estiagem, seca - Falta de renda - Herbicida aéreo - Falta de comercialização - Abigeato - Endividamento	Sim: 73,0 Sim: 48,4 Sim: 39,1 Sim: 19,3 Sim: 12,9 Sim: 10,5
<u>Principais cursos de curta duração de interesse:</u> - Irrigação - Bovinocultura - Administração rural - Industrialização alimentos e conservas - Aproveitamento de alimentos – desperdício - Horticultura - Empreendedorismo rural - Fruticultura - Avicultura	Sim: 24,2 Sim: 23,8 Sim: 14,9 Sim: 13,7 Sim: 12,9 Sim: 11,7 Sim: 11,3 Sim: 10,1 Sim: 10,1

Características	Proporção de ocorrência com relação às propriedades amostradas (%)
<u>Comercialização de produtos caseiros:</u> - Leite - Ovos - Queijo - Doces - Cuca - Rapadura	Sim: 12,9 Sim: 10,0 Sim: 9,7 Sim: 9,7 Sim: 7,0 Sim: 5,6

Fonte: Elaboração do autor.

Através da Tabela 11, observa-se que das 248 propriedades amostradas, 71,9% ocupam áreas próprias, 85,1% dedicam-se predominantemente à agricultura familiar e 14,9% são integradas por um reduzido contingente de agricultores empresariais. Não obstante, quanto à declaração de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), verifica-se que somente 34,3% possuem a documentação colocando-se aptos a acessar créditos bancários.

A sustentação econômica das propriedades é precária. A renda familiar para 67,3% das famílias é de até R\$1.194,53. Uma expressiva parcela dessa renda é oriunda de aposentadorias 46% e de benefícios de auxílio doença, auferidas por 46 e 18,13% das pessoas nelas residentes, respectivamente. Mesmo assim, 23,2% das propriedades disponibilizam mão de obra da família para terceiros. Isso indica escassez de oportunidades de trabalho e atuações solidárias, coletivas exíguas relações de reciprocidade. E, na raiz deste contexto, está a baixa escolaridade dos chefes de família, dos quais 62,5% apresentam instrução até a 4ª série do ensino fundamental, incluindo-se nesta proporção um bom número de analfabetos.

As principais culturas agrícolas exploradas são soja, trigo, milho (grão, espiga, uso criação), arroz, e sorgo. A realização dessa produção é custeada com recursos próprios e em apenas 11,6% das propriedades são aportados recursos de empresas e bancos.

Quanto à disponibilidade de alguns fatores de produção, a situação é preocupante no caso da água para consumo na criação, que é escassa em 41,5% das propriedades e, para utilização nas lavouras, que é inexistente em 61,3%, comprometendo seriamente o desenvolvimento dessas atividades. No tocante à

água para consumo humano, água comunitária e energia elétrica a situação é satisfatória.

O uso de insumos é insatisfatório em 37,5% das propriedades e somente 42% delas empregam maquinário na produção, sendo que, em 19% dos estabelecimentos, eles são próprios e, nos demais, utilizados em parceria 11,7% ou alugados 11,3%. Mesmo assim, apenas 27,8% das famílias utilizam os maquinários da patrulha agrícola, revelando um insuficiente grau de tecnificação.

A assistência técnica não é efetuada, ou seja, inexistente, em 78,1% das unidades produtivas.

Diante deste quadro nem um pouco animador, ainda transita um bom número de outros inquietantes efeitos. Por exemplo, nas propriedades que fazem a comercialização agrícola, a insatisfação é generalizada, segundo opinião expressa em 96,8% delas. Outro efeito, a intensa evasão de jovens do campo (êxodo rural) constatada em 57,3% das famílias.

Para o aumento de produtividade, o nível de exigência dos investimentos necessários é considerado alto por 71,9% dos respondentes. Em contrapartida, as condições de realização de tais investimentos são consideradas deveras insuficientes em 84,2% das propriedades.

Nas culturas de subsistência predomina a da mandioca e secundariamente a moranga/abóbora, melancia, melão e batata doce. Também é expressivo o cultivo de hortaliças com adubação orgânica em 83,1% das propriedades. Em 41,5% das unidades é praticada a criação de bovinos para consumo próprio, sendo que do rebanho total apenas 24,4% das cabeças são comercializadas. No caso dos ovinos, estas relações são, respectivamente, 29,8% e 18,3%. No conjunto dos animais de pequeno porte, os suínos, além de constituírem alimento para 29,8% das famílias, são a maior fonte de renda nas propriedades que têm pequenos animais. A contribuição das aves na dieta alimentar, também é muito importante para quase 84% das famílias.

Por seu turno, a aquicultura, a apicultura e a fruticultura têm diminuta expressão e importância no sistema produtivo das atividades agrícolas familiares. São Borja já foi denominada “terra dos laranjais” e os São Borjenses chamados de “papa laranja”. Hoje, a atividade está em franco declínio devido à concorrência das áreas de arroz, soja/trigo e ao uso de herbicidas aéreos.

De uma maneira geral, nas culturas de subsistência (mandioca e secundariamente moranga/abóbora, melancia, melão e batata doce), no cultivo de hortaliças e de frutas; na criação de bovinos (e produção de leite), de ovinos, de suínos, de aves e de abelhas – a proporção das propriedades satisfeitas com a comercialização é muito pequena, variando de 10,1 a 17,3%. A atividade leiteira está fracamente atendida tendo em vista a diminuição da produção causada pela seca, que reduziu a oferta abaixo da quota mínima requerida pela empresa compradora, que encerrou seus negócios na região. No caso da aquicultura, apesar de 23 propriedades possuírem açudes e tanques, apenas 3 delas comercializam a produção e, destas, somente uma se declara satisfeita com a venda dos peixes. No que se refere à comercialização de produtos caseiros, sua prática é realizada em 13% das unidades (leite); cerca de 10% (ovos, queijo e doces); e aproximadamente 7% (cuca e rapadura).

Para agravar o precário quadro desenhado até aqui, junta-se o fato de que apenas 34,7% das propriedades integram cooperativas ou união de produtores, porém com índices de concordância bem díspares quanto à comercialização e compras coletivas e vendas para cooperativas e/ou associações.

Com a utilização da análise léxica processada no *software* SPHINX computou-se a percepção sobre as principais necessidades para aumento da competitividade. Os agricultores apontam a irrigação (39,11%), a assistência técnica (33,46%), os recursos financeiros (31,85%) e os açudes (29,43%). A correção do solo (23,8%), os poços artesianos (14,1%) e a comercialização (13,7%), também são mencionadas.

É evidente a preocupação prioritária com a sobrevivência das culturas e criações, diante da recorrência frequente e prolongada de períodos de seca e estiagens. Também, é confirmada a necessidade de soluções para a falta de assistência técnica e o aporte de recursos financeiros para investimentos em correção de solo e açudagem.

No tocante às principais ameaças à competitividade, a análise léxica revela que 73% das unidades apontam a seca/estiagem, 48,4%, a falta de renda e, 39,1%, o herbicida aéreo; e, ainda, porém com ênfases bem menores, a falta de comercialização, o abigeato e o endividamento. Durante os levantamentos em campo, pode-se perceber que, devido à seca/estiagem e consequente esgotamento

das fontes de renda, as propriedades estão sendo abandonadas e as casas desabitadas transformadas em “taperas”. Outra ameaça muito preocupante para a saúde são os herbicidas aéreos, cujo lançamento foi registrado pelo pesquisador. O avião, após a colocação do herbicida, ainda sobreviveu as casas do assentamento Caçacã.

Por fim, na indicação dos principais cursos de curta duração de interesse, os agricultores elegem no intervalo de 24,2 a 13%, em ordem decrescente, treinamentos sobre irrigação, bovinocultura, administração rural, industrialização de alimentos/conservas e aproveitamento de alimentos - desperdício; e, entre 10 e 12%, a horticultura, o empreendedorismo rural, a fruticultura e a avicultura.

Com a finalidade de se obter resultados e constatações mais especializadas e aprofundadas, processaram-se no *software* SPHINX alguns cruzamentos de interesse para a pesquisa.

Primeiramente, confrontou-se as situações “é associado ou cooperativado?”, “comercialização coletiva”, “compras coletivas”, “vendas para cooperativas” e “vendas pelas associações” (Tabela 12). As opiniões “indiferente”, “discordo”, “discordo totalmente” e “não” foram apontadas simultaneamente por 68,8% dos entrevistados. Essa postura é mais uma forte evidência da manifestação do modelo individualista, apontado em 15 fontes na análise de conteúdo e de citações realizada na Seção 3.2 (Tabela 10, item I.2).

Tabela 12 - Análise múltipla: é associado ou cooperativado? ; comercialização coletiva ; compras coletivas ; vendas para cooperativa e vendas pelas associações

<b>Resultados</b>			
[Venda pelas Associações]	Categoria nº 3	Indiferente 171	14,4%
[É associado ou cooperativado?]	Categoria nº 2	Não 152	12,8%
[Compras coletivas]	Categoria nº 3	Indiferente 151	12,7%
[Vendas para Cooperativa]	Categoria nº 3	Indiferente 146	12,3%
[Comercialização coletiva]	Categoria nº 3	Indiferente 135	11,3%
[É associado ou cooperativado?]	Categoria nº 1	Sim 86	7,2%
[Comercialização coletiva]	Categoria nº 4	Concordo 76	6,4%
[Vendas para Cooperativa]	Categoria nº 4	Concordo 66	5,5%
[Compras coletivas]	Categoria nº 4	Concordo 64	5,4%
[Venda pelas Associações]	Categoria nº 4	Concordo 57	4,8%
[Vendas para Cooperativa]	Categoria nº 2	Discordo 15	1,3%
[Comercialização coletiva]	Categoria nº 2	Discordo 11	0,9%
[Compras coletivas]	Categoria nº 1	Discordo Plenamente 9	0,8%
[Comercialização coletiva]	Categoria nº 5	Concordo Plenamente 8	0,7%
[Compras coletivas]	Categoria nº 2	Discordo 8	0,7%
[Comercialização coletiva]	Categoria nº 1	Discordo Plenamente 7	0,6%
[Compras coletivas]	Categoria nº 5	Concordo Plenamente 7	0,6%
[Vendas para Cooperativa]	Categoria nº 5	Concordo Plenamente 7	0,6%

<b>Resultados</b>			
[Vendas para Cooperativa]	Categoria nº 1	Discordo Plenamente 5	0,4%
[Venda pelas Associações]	Categoria nº 2	Discordo 4	0,3%
[Venda pelas Associações]	Categoria nº 5	Concordo Plenamente 4	0,3%
[Venda pelas Associações]	Categoria nº 1	Discordo Plenamente 3	0,3%
	TOTAL	1192	100%

Fonte: Elaboração do autor.

Nos cruzamentos entre a renda mensal estimada, o nível de exigência de investimentos e a condição de investimento na propriedade (Tabela 13) verifica-se que 167 propriedades, 67,34 % enquadram-se em faixas de renda compreendidas entre R\$ 276,70 e R\$ 1.194,53 – categorias N°1”E”, N°2”D”, N°3”C2” e N°4”C1”. Isto significa que essas unidades, não chegam a auferir dois salários mínimos nacionais, considerados pelo IPEA (2003) como um mínimo necessário à sobrevivência com dignidade. Esta constatação do IPEA refere-se às populações urbanas. Nas rurais a situação é pior, uma vez que as mesmas necessitam investir, custear insumos, animais e maquinários, além de atender as demais despesas da propriedade - Waquil; Mattos (2002) classificam esta situação como de “pobreza rural”. Nessas condições apenas 81 propriedades (32,66 %) detêm possibilidades de realizar algum investimento, cobrir custos e despesas e auferir excedentes.

Ainda nesta análise, observa-se que, nas unidades com renda mensal estimada de até R\$ 1.194,53, 55 delas avaliam como alto o nível de exigência de seus investimentos e 62 consideram insuficientes suas condições para investir com recursos próprios.

Tabela 13 – Cruzamentos entre a renda mensal estimada, o nível de exigência de investimentos e a condição de investimento na propriedade

Renda Estimada	Nível de Exigência de Investimentos	Condição de Investimento na Propriedade
Categoria n° 1, "E>R\$276,70" (17)	Categoria n° 3, Alto (3)	Categoria n° 1, Baixo (3)
Categoria n° 2, "D>R\$484,97" (33)	Categoria n° 3, Alto (13) Categoria n° 2, Médio (2)	Categoria n° 1, Baixo (15)
Categoria n° 3, "C2>R\$726,26" (59)	Categoria n° 3, Alto (19) Categoria n° 2, Médio (5)	Categoria n° 1, Baixo (23) Categoria n° 2, Médio (1)
Categoria n° 4, "C1>R\$1194,53" (58)	Categoria n° 3, Alto (20) Categoria n° 2, Médio (3)	Categoria n° 1, Baixo (21) Categoria n° 2, Médio (2)
Categoria n° 5, "B2>R\$2012,67" (45)	Categoria n° 3, Alto (13) Categoria n° 2, Médio (7)	Categoria n° 1, Baixo (18) Categoria n° 2, Médio (2)
Categoria n° 6, "B1>R\$3479,36" (21)	Categoria n° 3, Alto (10) Categoria n° 2, Médio (6)	Categoria n° 1, Baixo (11) Categoria n° 2, Médio (5)
Categoria n° 7, "A2>R\$6563,73" (7)	Categoria n° 2, Médio (4) Categoria n° 3, Alto (2)	Categoria n° 1, Baixo (3) Categoria n° 2, Médio (3)
Categoria n° 8, "A1>R\$9733,47" (8)	Categoria n° 2, Médio (4) Categoria n° 3, Alto (2) Categoria n° 1, Baixo (1)	Categoria n° 2, Médio (4) Categoria n° 1, Baixo (2) Categoria n° 3, Alto (1)
<b>CONJUNTO (248)</b>	<b>Categoria n° 3, Alto (82)</b> <b>Categoria n° 2, Médio (31)</b> <b>Categoria n° 1, Baixo (1)</b>	<b>Categoria n° 1, Baixo (96)</b> <b>Categoria n° 2, Médio (17)</b> <b>Categoria n° 3, Alto (1)</b>

Fonte: Elaboração do autor.

Na averiguação da associação entre o grau de instrução do chefe de família e as diversas modalidades de assistência técnica recebidas pela propriedade, considerou-se a efetuada na cultura agrícola e na cultura de subsistência, o assessoramento nos grandes animais prestado pela Emater e a Coptec, a prestação de serviços pontuais nos grandes animais, a visita periódica de profissional e o

assessoramento de técnicos da Emater e da Coptec para atendimento de pequenos animais (Tabela 14).

Tabela 14 – Análise múltipla: grau de instrução do chefe de família e as diversas modalidades de assistência técnica recebidas pela propriedade

Grau de instrução do chefe da família	Assistência técnica culturas agrícolas	Assistência técnica na cultura de subsistência	Emater presta assessoramento nos grandes animais	Coptec assessora nos grandes animais	Serviços pontuais nos grandes animais	Profissional visita periodicamente pequenos animais	Emater assessora pequenos animais	Coptec assessora pequenos animais
Categoria nº1 Analfabeto até a 3ª série do fundamental (71 proprietários)	Sim (2)	Sim (2)	Sim (2)	Sim (11)	Sim (5)	Sim (4)	Sim (3)	Sim (3)
	Não (32)	Não (62)	Não (18)	Não (3)	Não(27)	Não (19)	Não (11)	Não (5)
Categoria nº2 4ª Série do fundamental incompleto (84 proprietários)	Sim (7)	Sim (5)	Sim (5)	Sim (11)	Sim (12)	Sim (1)	Sim (3)	Sim (3)
	Não (34)	Não (75)	Não (18)	Não (4)	Não (26)	Não (31)	Não (21)	Não (6)
Categoria nº3 Fundamental completo (60 proprietários)	Sim (12)	Sim (6)	Sim (4)	Sim (3)	Sim (6)	Sim (2)	Não (10)	Sim (1)
	Não (23)	Não (44)	Não (8)	Não (5)	Não (14)	Não (13)		Não (4)
Categoria nº4 Ensino Médio (22 proprietários)	Sim (4)	Sim (3)	Sim (1)	Sim (1)	Sim (3)	Sim (2)	Não (7)	N/C
	Não (9)	Não (15)	Não (3)	Não (0)	Não (3)	Não (6)		
Categoria nº5 Superior Completo (11 proprietários)	Sim (3)	Sim (3)	Sim (3)	N/C	Sim (3)	Não (2)	Sim (1)	N/C
	Não (2)	Não (2)	Não (1)		Não (1)		Não (1)	
Conjunto 248 Propriedades	Sim (28)	Sim (19)	Sim (15)	Sim (26)	Sim (29)	Sim (9)	Sim (7)	Sim (7)
	Não (100)	Não (201)	Não (48)	Não (12)	Não (71)	Não (71)	Não (50)	Não (15)

Fonte: Elaboração do autor.

A Tabela 14 evidencia a baixa disponibilização da assistência técnica e/ou baixo interesse em acessá-la. Em reduzidíssimo número, seus proprietários obtém algum tipo de assistência técnica. Nas três primeiras categorias, isso ocorre no assessoramento de grandes animais prestado pela Coptec. No caso dos agricultores com ensino médio e curso superior completo, a desassistência é generalizada e mais intrigante quanto aos motivos que os colocam à margem, pois tratam-se de agricultores com maior grau de estudo.

Nessas condições é flagrante a ausência de efetividade na assistência técnica, tanto pública como privada, ao conjunto das 248 propriedades pesquisadas, independentemente do grau de instrução do chefe de família. Sem dúvida, a assistência técnica rural é um grande desafio a ser enfrentado pelos atores rurais no município de São Borja.

Para examinar os graus de instrução exibidos pelos agricultores nos diferentes estratos de rendimentos, efetuou-se o cruzamento dessas variáveis (Tabela 15).

Tabela 15 – Análise múltipla: renda mensal estimada e grau de instrução do chefe da família

Renda Estimada	Grau de Instrução chefe da Família
Categoria n° 1, "E>R\$276,70" (17)	Categoria n° 2, 4ª Série Fundamental + (8 ; 47,1% ; 1,39) Categoria n° 4, Médio Completo + (2 ; 11,8% ; 1,33) Categoria n° 3, Fundamental Completo + (4 ; 23,5% ; 0,97) Categoria n° 1, Analfabeto até 3ª Série Fundamental + (3 ; 17,7% ; 0,62)
Categoria n° 2, "D>R\$484,97" (33)	Categoria n° 1, Analfabeto até 3ª Série Fundamental + (12 ; 36,4% ; 1,27) Categoria n° 3, Fundamental Completo + (10 ; 30,3% ; 1,25) Categoria n° 2, 4ª Série Fundamental + (10 ; 30,3% ; 0,90) Categoria n° 4, Médio Completo + (1 ; 3,0% ; 0,34)
Categoria n° 3, "C2>R\$726,26" (59)	Categoria n° 1, Analfabeto até 3ª Série Fundamental + (20 ; 33,9% ; 1,18) Categoria n° 3, Fundamental Completo + (16 ; 27,1% ; 1,12) Categoria n° 2, 4ª Série Fundamental + (19 ; 32,2% ; 0,95) Categoria n° 4, Médio Completo + (3 ; 5,1% ; 0,57) Categoria n° 5, Superior Completo + (1 ; 1,7% ; 0,38)
Categoria n° 4, "C1>R\$1194,53" (58)	Categoria n° 5, Superior Completo + (4 ; 6,9% ; 1,56) Categoria n° 1, Analfabeto até 3ª Série Fundamental + (18 ; 31,0% ; 1,08) Categoria n° 2, 4ª Série Fundamental + (20 ; 34,5% ; 1,02) Categoria n° 3, Fundamental Completo + (12 ; 20,7% ; 0,86) Categoria n° 4, Médio Completo + (4 ; 6,9% ; 0,78)
Categoria n° 5, "B2>R\$2012,67" (45)	Categoria n° 2, 4ª Série Fundamental + (22 ; 48,9% ; 1,44) Categoria n° 4, Médio Completo + (4 ; 8,9% ; 1,00) Categoria n° 5, Superior Completo + (2 ; 4,4% ; 1,00) Categoria n° 1, Analfabeto até 3ª Série Fundamental + (12 ; 26,7% ; 0,93) Categoria n° 3, Fundamental Completo + (5 ; 11,1% ; 0,46)
Categoria n° 6, "B1>R\$3479,36" (21)	Categoria n° 4, Médio Completo + (3 ; 14,3% ; 1,61) Categoria n° 3, Fundamental Completo + (7 ; 33,3% ; 1,38) Categoria n° 5, Superior Completo + (1 ; 4,8% ; 1,07) Categoria n° 1, Analfabeto até 3ª Série Fundamental + (6 ; 28,6% ; 1,00) Categoria n° 2, 4ª Série Fundamental + (4 ; 19,1% ; 0,56)
Categoria n° 7, "A2>R\$6563,73" (7)	Categoria n° 4, Médio Completo + (3 ; 42,9% ; 4,83) Categoria n° 5, Superior Completo + (1 ; 14,3% ; 3,22) Categoria n° 3, Fundamental Completo + (3 ; 42,9% ; 1,77)
Categoria n° 8, "A1>R\$9733,47" (8)	Categoria n° 5, Superior Completo + (2 ; 25,0% ; 5,64) Categoria n° 4, Médio Completo + (2 ; 25,0% ; 2,82) Categoria n° 3, Fundamental Completo + (3 ; 37,5% ; 1,55) Categoria n° 2, 4ª Série Fundamental + (1 ; 12,5% ; 0,37)
<b>CONJUNTO (248)</b>	<b>Categoria n° 2, 4ª Série Fundamental (84)</b> <b>Categoria n° 1, Analfabeto até 3ª Série Fundamental (71)</b> <b>Categoria n° 3, Fundamental Completo (60)</b> <b>Categoria n° 4, Médio Completo (22)</b> <b>Categoria n° 5, Superior Completo (11)</b>

Fonte: Elaboração do autor

Observa-se na Tabela 15 (última linha, segunda coluna) que os graus de instrução predominantes são a 4ª série fundamental (84 proprietários) e os analfabetos até a 3ª série fundamental (71 proprietários), perfazendo 62,5% do total dos chefes de família com incipiente nível de escolaridade.

Ainda, na primeira coluna da Tabela 15 visualiza-se que o número de agricultores passa de 17 para 59, da categoria nº 1 para a nº 3. Nas duas categorias seguintes, seu quantitativo ainda se mantém em patamares não muito diferentes do atingido na categoria 3. Nos 3 últimos estratos, de rendas mais elevadas, diminui de 21 para 8 proprietários. Para investigar a evolução registrada nas três primeiras categorias de renda, elaborou-se a Tabela 16, vinculando esses estratos com as categorias representativas dos diferentes graus de instrução dos chefes de família.

Tabela 16 – Análise múltipla: graus de instrução do chefe da família nos 3 primeiros estratos de renda mensal estimada

<b>Categorias de Instrução</b>	<b>Categoria nº 1, "E&gt;R\$276,70" (17)</b>	<b>Categoria nº 2, "E&gt;R\$484,97" (33)</b>	<b>Categoria nº 3, "E&gt;R\$726,26" (59)</b>	<b>Total</b>
Categoria nº 1 Analfabeto até 3ª Série Fundamental (71 proprietários)	3	12	20	35
Categoria nº 2 4ª Série Fundamental incompleto (84 proprietários)	8	10	19	37
Categoria nº 3 Fundamental Completo (60 proprietários)	4	10	16	30
Categoria nº 4 Médio Completo (22 proprietários)	2	1	3	6
Categoria nº 5 Superior Completo (11 proprietários)	-	-	1	1
<b>Total</b>	17	33	59	109

Fonte: Elaboração do autor.

Assim, nessa mesma tabela, constata-se que o contingente total de proprietários aumentou 247% (de 17 para 59) do primeiro para o terceiro estrato de renda, mantendo-se relativamente estável da primeira para a terceira categoria, referente ao grau de instrução. Este desempenho reflete uma boa influência do grau de instrução sobre a renda familiar, embora num intervalo limitado. Mesmo assim, isso é um estimulante potencial de resposta para o planejamento e implementação

de ações de expansão e melhoramento da educação formal, principalmente profissional.

Isso vem confirmar a visão de Figueiredo (2012) sobre a persistência de enormes entraves devido à falta de formação dos produtores rurais no Rio Grande do Sul e em São Borja. Para Tietböhl (2012), é preciso superar a deficiência acumulada no ensino formal, com formações que o agricultor possa exercer na atividade rural e vencer o atraso educacional em relação à evolução da tecnologia.

Com a finalidade de analisar alguns aspectos inerentes às unidades integradas por chefes de família com curso superior completo, selecionou-se deste estrato elementos de interesse, especialmente quanto à relação entre individualismo e a não utilização de assistência técnica ou uso parcial desta (Tabela 17).

Tabela 17 – Alguns aspectos inerentes às unidades integradas por chefes de família com curso superior completo e identificação de suas características quanto ao perfil gerencial

Renda Estimada	Grau de instrução do chefe da família (ocorrências)	Descrição sobre as propriedades	Comentários sobre o uso da assistência técnica e perfil
R\$ 726,26 (59 propriedades)	1 superior completo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Propriedade nº 152 - 22 hectares. Produtora rural. Atividades: agricultura, horta, ovinocultura, aves e as principais a bovinocultura de corte e leite. Pouca venda de bovinos. Perda pela seca da cultura do milho. Não faz análise de solo e custos de produção, baixo uso de insumos, sem maquinário. Perdeu a produção da cultura de subsistência. Não gerencia corretamente a propriedade. É associada mas têm respostas sempre indiferente nas perguntas comercialização coletiva, compras coletivas, venda para cooperativas e vendas pelas associações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pesquisada nº 152 – Produtora diversificada porém baixa produção e comercialização. Sem assistência técnica, admite a falta de renda nas ameaças. Pecuarista tradicional. <b>Perfil individualista.</b></li> </ul>
R\$ 1.194,53 (58 propriedades)	4 superior completo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Propriedade nº 128 – 30 hectares. Atividades: bovinocultura, ovinocultura e culturas de subsistência. Produtora rural e têm outra atividade profissional. Área em condomínio. 1 Aposentado na família. Têm algum grau de gerenciamento. Não é associada ou cooperativista; mas concorda com comercialização coletiva, compras coletivas e vendas pelas associações. Indiferente na venda para cooperativas. Propriedade em estruturação.</li> <li>Propriedade nº 197 – 60 hectares. Atividades: culturas de subsistência, horticultura,</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pesquisada nº 128 - Sem assistência técnica. Pecuarista tradicional. Falta atitude. Investimentos lentos por que não se enquadra no Pronaf. Não é empreendedora. <b>Perfil individualista.</b></li> <li>Pesquisado nº 197 – Sem assistência técnica. Pecuarista tradicional. Falta</li> </ul>

		<p>ovinocultura e bovinocultura. É produtor rural aposentado com sobrenome das primeiras famílias portuguesas que receberam terras no século XIX em São Borja. Perdeu as culturas de subsistência com a seca. Produção bovina exclusivamente a campo nativo. Pouca venda de bovinos e comercialização com intermediários. Tem grau mínimo de gerenciamento. Não é associado ou cooperativista e têm respostas sempre indiferente nas perguntas comercialização coletiva, compras coletivas, venda para cooperativas e vendas pelas associações.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Propriedade nº 250 – 6 hectares. 1 aposentado. Atividades: culturas agrícolas, culturas de subsistência, hortaliças, bovinocultura, suinocultura e aves. Produtor rural de origem alemã, comercialização apenas os suínos, ovos e produtos caseiros. Faz pastagem anual de inverno e tem pastagem perene de verão. É cooperativista (Cotrisal) concordando com comercialização coletiva, compras coletivas, venda para cooperativas e venda pelas associações.</li> <li>• Propriedade nº 253 – 18 hectares. Ex-produtora rural. 2 aposentadorias, esposo com problema de saúde. Foram assaltados na propriedade rural. Faz culturas de subsistência, hortaliças, piscicultura; todas sem foco de produção e comercialização.</li> </ul>	<p>atitude pela aposentadoria. Admite falta de renda nas ameaças e perdeu animais por falta de fazer pastagem. <b>Perfil individualista.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisado nº 250 – Têm assistência técnica da Emater no milho semestralmente, e pequenos animais. Relaciona a falta de renda como ameaça. Têm perfil cooperativista mas não comercializou a produção bovina. É diversificado. Falta produção para comercialização. Portanto, <b>Perfil individualista.</b></li> <li>• Pesquisada nº 253 – Sem assessoria técnica por não ter foco de produção e comercialização. Ameaça é a insegurança da propriedade da família. <b>Perfil individualista.</b></li> </ul>
R\$ 2.012,67 (45 propriedades)	2 superior completo	<p>Propriedade nº 3 – 5 hectares. Produtor rural. Atividades: culturas de subsistência, hortaliças e fruticultura. 2 trabalhadores eventuais no ano. Comercializa todas as atividades que realiza: direto ao consumidor, restaurantes e fruteiras. É associado nos feirantes. Têm gerenciamento. Concorda com comercialização coletiva, compras coletivas e venda pelas associações. É indiferente com a venda para cooperativas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Propriedade nº 4 – Produtor rural. 18,5 hectares. 8,5 hectares próprios e 10 hectares arrendados. Atividade bovinocultura de leite. Têm pastagem anual de inverno e verão, além de pastagem perene. Suplementa os animais com ração e feno. Custeia a atividade com recursos próprios e Banco do Brasil. É associado da Nhupoleite. Faz gerenciamento. Têm opinião concordando com comercialização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisado nº 3 – É empreendedor individual e empreendedor coletivo. Têm assistência técnica da Emater. Necessita infraestrutura e a ameaça considera os herbicidas aéreos para as suas atividades. <b>Perfil Não Individualista.</b></li> <li>• Pesquisado nº 4 – É empreendor individual. Têm médico veterinário no tambo que visita periodicamente e assistência da Emater. É especializado, mas não têm ordenhadeira. Pouco insatisfeito com a remuneração do leite. Necessita: reduzir custos de nutrição, necessita patrulha agrícola e açúde. As ameaças são o clima, herbicida aéreo e</li> </ul>

		coletiva, compras coletivas, plenamente para venda para cooperativas e concorda com a venda pelas associações.	abigeato. <b>Perfil Não Individualista.</b>
R\$ 3.479,36 (21 propriedades)	1 superior completo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Propriedade nº 22 – 60,5 hectares. 55,5 hectares próprios e 5 hectares arrendados. Produtor rural com sobrenome de família tradicional em São Borja, é agrônomo. Têm outras atividades no comércio. 2 trabalhadores com carteira assinada. Atividades: culturas agrícolas, culturas de subsistência, hortaliças, bovinocultura de leite, aves, apicultura. Comercializa todas as atividades desenvolvidas: direto ao produtor, consumidor, mercado público e pelas associações. Associado da Nhupoleite. Suplementa o tambo: rações, silagem de sorgo e feno de pastos. Custeia o tambo com recursos próprios e recursos dos Bancos de Brasil e Sicredi. Têm ordenhadeira própria e avançada. Têm gerenciamento. Concorde com comercialização coletiva, compras coletivas, venda para cooperativas e venda pelas associações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pesquisado nº22 – É empreendedor individual, empreendedor coletivo, associado e cooperativado. É agrônomo e têm assistência técnica veterinária. É diversificado na propriedade. Necessita barragem ou açúde, equipamento de irrigação, e mão de obra qualificada. Ameaças considera as estradas mal conservadas, critica a comercialização do leite e os critérios de exigência da qualidade do leite sem assistência técnica da empresa compradora. <b>Perfil Não Individualista.</b></li> </ul>
R\$ 6.563,73 (7 propriedades)	1 superior completo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Propriedade nº 91 - 16 hectares. Produtor rural arrendatário. Têm outra atividade principal. Foco na culturas agrícolas: milho, sorgo e trigo. Maquinário em parcerias. Custeia as atividades com recursos próprios e utiliza recursos dos bancos Bannisul e Sicredi. Não é associado ou cooperativado, mas têm opinião de concordância com comercialização coletiva, compras coletivas, venda para cooperativas e venda pelas associações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proprietário nº 91 – É empresário rural. Empreendedor individual especializado. Têm agrônomo contratado com frequência periódica. Necessita correção de solo, irrigação e recursos financeiros. Enumera nas ameaças a propriedade: a estiagem, os preços agrícolas e falta de mão de obra. <b>Perfil Não Individualista.</b></li> </ul>
R\$ +9.733,47 (8 propriedades)	2 superior completo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Propriedade nº 184 – 11 hectares. Produtor rural, de família de origem italiana, é agrônomo. 1 aposentadoria. 3 trabalhadores com carteira assinada e 14 trabalhadores eventuais. Atividades: cultura de subsistência, hortaliças, ovinocultura, aves e a principal atividade a fruticultura. Têm maquinário próprio. Muito satisfeito com a vitivinicultura. É cooperativado da Agrocooper. Têm opinião de plenamente concordância com comercialização coletiva, compras coletivas, venda para cooperativas e concordância na venda pelas associações.</li> <li>Propriedade nº 236 – 100 hectares. Produtora rural com sobrenome de família tradicional em São Borja. 2 aposentadorias. 1 trabalhador com carteira assinada e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proprietário nº 184 – É empresário rural. É empreendedor individual e cooperativado. Têm assistência técnica permanente na vitivinicultura com técnico e consultoria internacional. Necessita recurso financeiro, maquinário adequado ao tamanho da propriedade e fontes de suprimento de mudas. Enumera as ameaças nos problemas climáticos e o problema cultural (individualismo) da sociedade de São Borja. <b>Perfil Não Individualista.</b></li> <li>Proprietária nº 236 – É uma empresária rural. Empreendedora individual. Propriedade diversificada e especializada em leite. Têm</li> </ul>

		1 trabalhador eventual ao ano. Atividades: culturas agrícolas, hortaliças, ovinocultura e a principal a bovinocultura de leite. Propriedade extremamente organizada, planejada e metodicamente controlada nos custos. Maquinários próprios e custeia com recursos próprios e com recursos do Banco do Brasil. Utiliza pastoreio rotativo e é referência em sistema de irrigação. Têm pastagem anual de inverno e verão, além de pastagem perene. Concorda com comercialização coletiva e compras coletivas. Mas é indiferente nas vendas para cooperativas e venda pelas associações.	assessoria de médico veterinário no tambo e da Emater. Necessita mão de obra qualificada, assistência técnica contínua, generalista e melhor remuneração dos produtos agrícolas. Nas ameaças cita a seca e a limitação da água para a irrigação. <b>Perfil Não Individualista.</b>
Total 248 propriedades	Total 11		

Fonte:Elaboração do Autor.

Nos primeiros cinco proprietários enquadrados na tabela 17, no perfil gerencial individualista (PI), encontram-se pecuaristas e produtores rurais tradicionais, de ambos os sexos. Geralmente, eles não gerenciam corretamente a propriedade, as pessoas e os meios de produção. Não usam ou usam minimamente as técnicas agrícolas e pecuárias atuais, como cerca elétrica, pastoreio rotativo, mineralização (por categorias e idade animal diferenciadas) e investem timidamente em maquinário (plantio direto), pastagens melhoradas e suplementação animal. Não utilizam ou fazem com baixo uso muito limitado de insumos. Não contam com assistência técnica ou a recebem eventualmente. Não têm gerenciamento e quando fazem apontamentos, não os empregam como subsídios na tomada de decisão e implementações de ações. São causadores, pela falta de ação, e “vítimas” pela falta de gerenciamento dos efeitos climáticos, portanto mais suscetíveis à seca, estiagens e intempéries por falta de planejamento, organização e ação. Interagem o mínimo com os vizinhos, a localidade e a sociedade. Promovem mínima produção e comercialização. São resistentes às inovações e avessos aos riscos da atividade. Investem minimamente, têm retornos insuficientes e com passar dos anos, dilapidam o seu patrimônio por imobilismo. São céticos e reativos. Seus modelos ainda são do século XIX. Em resumo, traduzem a expressão da cultura individualista na área rural, conforme Vergara (2010), especialmente quanto ao individualismo e a educação.

Para Capra (1982), que considera como novo paradigma o método holístico ou sistêmico, em contraposição ao anterior, o método científico tradicional, as propriedades rurais passam a progredir quando deixam de ser administradas de forma individualista. Esta mudança, balizada por Capra de “ponto de mutação” começa a se manifestar nas propriedades investigadas, a partir de uma renda mensal estimada de R\$ 2.012,67 (Tabela 17).

Dentre os 6 (seis) proprietários classificados na Tabela 17, como detentores de perfil gerencial não individualista (PNI) encontra-se o empreendedor individual, o empreendedor coletivo e o associativista e cooperativista ativos, detentores de satisfatória operacionalidade. Eles distinguem pelo gerenciamento correto da propriedade (receitas, custos, despesas e investimentos); e manejos adequados (sanitário, animal e agrícola) dos fatores de produção e gestão de pessoas. Empregam técnicas agrícolas e pecuárias atuais, como cerca elétrica, pastoreio rotativo e mineralização diferenciada por categorias e idade animal. Realizam investimentos em infraestrutura, investem em maquinário e no plantio direto, utilizam o consórcio de plantas, a rotação de culturas, pastagens melhoradas, suplementação animal e irrigação. Usam insumos ou produção orgânica e se valem de assistência técnica. Estabelecem parcerias. Organizam-se, elaboram planejamentos e os executam. Operam diversificada e especializadamente. Produzem e comercializam com abrangência local, regional e global. Interagem com dados e informações, com o ambiente externo, utilizando informatização e conectividade. Têm atitude, inovam, são pró-ativos e submetem-se a riscos. Sua atuação converge para consolidá-los como empresários rurais. Representam o contraponto da cultura individualista na área rural.

Procedimento similar foi estendido às demais 237, aplicando-se a análise de conteúdo (BARDIN, 2011) para os mesmos perfis gerenciais analisados no caso dos chefes de família com curso superior completo, acrescidos de um outro perfil intitulado “individualista + intermediário” (PII). Com este perfil abrange-se as unidades em fase de transição para o perfil não individualista. A intenção é captar a ocorrência, nessa fase, de iniciativas de gerenciamento, de acesso à assistência técnica, incremento de produção e comercialização, dentre outras, que evidenciam comportamentos típicos de empreendedores individuais. Nesta situação, tais unidades, estariam mais preparadas para receberem o “empurrão inicial”

preconizado por Veiga (2001) citado por Breirenbach e Brandão (2009). O “empurrão inicial” se caracterizaria por ações exógenas como assistência técnica com extensão rural, crédito, incubação; preferencialmente.

No estrato das unidades com área compreendida no intervalo “>0 a <10,1 ha” (Tabela 18) observa-se que 90,5% (67) das propriedades são administradas de conformidade com o perfil individualista e apenas uma unidade está em processo de mudança. Apenas 8,1 % (6) propriedades tem o perfil não individualista. Essa situação, histórica e culturalmente, tem sua origem na dominação espanhola e portuguesa, cujas chácaras e/ou posteiros eram agregadas das grandes sesmarias e estâncias, nos períodos do tropeirismo e, posteriormente, das charqueadas. Essas pequenas propriedades eram fornecedoras especialmente de mão de obra, produtos agrícolas de subsistência, frutas e doces em compotas, desde o período jesuítico-guarani.

Tabela 18 – Análise múltipla: perfil gerencial, renda estimada e grau de instrução chefe da família para unidades com área compreendida no intervalo “>0 a < 10,1ha”

---	Renda Estimada	Grau de Instrução chefe da Família
Categoria nº1 ,Perfil Individualista – PI (67 unidades)	Categoria nº 1, "E>R\$276,70" + (12) Categoria nº 2, "D>R\$484,97" + (11) Categoria nº 4, "C1>R\$1194,53" + (15) Categoria nº 3, "C2>R\$726,26" + (24) Categoria nº 5, "B2>R\$2012,67" + (5)	Categoria nº 1, Analfabeto até 3ª Série Fundamental + (29) Categoria nº 3, Fundamental Completo + (12) Categoria nº 2, 4ª Série Fundamental + (22) Categoria nº 4, Médio Completo + (3) Categoria nº 5, Superior Completo + (1)
Categoria nº2 ,PI Intermediário- PII (1 unidade)	Categoria nº 3, "C2>R\$726,26" + (1)	Categoria nº 2, 4ª Série Fundamental + (1)
Categoria nº 3, Perfil Não Individualista – PNI (6 unidades)	Categoria nº 5, "B2>R\$2012,67" + (1) Categoria nº 4, "C1>R\$1194,53" + (2) Categoria nº 3, "C2>R\$726,26" + (3)	Categoria nº 5, Superior Completo + (1) Categoria nº 4, Médio Completo + (2) Categoria nº 2, 4ª Série Fundamental + (2) Categoria nº 3, Fundamental Completo + (1)
Total (74 unidades)	Categoria nº 3, "C2>R\$726,26" (28) Categoria nº 4, "C1>R\$1194,53" (17) Categoria nº 1, "E>R\$276,70" (12) Categoria nº 2, "D>R\$484,97" (11) Categoria nº 5, "B2>R\$2012,67" (6)	Categoria nº 1, Analfabeto até 3ª Série Fundamental (29) Categoria nº 2, 4ª Série Fundamental (25) Categoria nº 3, Fundamental Completo (13) Categoria nº 4, Médio Completo (5) Categoria nº 5, Superior Completo (2)

Fonte: Elaboração pelo autor.

A excessiva precariedade na situação econômica e instrucional dos agricultores permanece até hoje. Sua etnia é composta por indígenas, afro descendentes, espanhóis e portugueses, enfim pela mescla de gaudérios que

prestavam algum serviço e vieram a constituir a formação do conhecido gaúcho missioneiro. Instaurada a república com a força política, do poder, do dinheiro e de armamentos ostentados pelos grandes estancieiros e chefes políticos, o povo vivia das benesses dos grandes proprietários e do seu trabalho em serviços rurais e nas cozinhas das fazendas. Eram fiéis aos seus patrões, proprietários das grandes estâncias e quando se subvertiam à ordem dos poderosos, sabiam que sofreriam violências. Sobreviviam também do contrabando que é histórico na região. E valiam-se da cultura do medo e do silêncio para conservar a vida.

Com a vinda dos colonos prussianos-alemães no final do século XIX começou o “branquiamento” da população. A agricultura tomou impulso. A vinda de famílias italianas e polonesas no século XX, reforçou o clareamento da população. A herança destes episódios no estrato em questão, está no elevado contingente de aposentados rurais (Tabela 11), os quais participaram do início, do apogeu e do declínio do cooperativismo agrícola no município. Isso explica a aversão ao cooperativismo e a grande discordância com relação às vendas para cooperativas e às compras coletivas. Daí em diante esse perfil individualista proliferou na região, onde ainda hoje é deveras expressivo nas unidades com até 10,1 ha.

No estrato das unidades com área compreendida no intervalo “=>10 a <50 ha”, a presença do perfil individualista é expressiva, porém 18 unidades enquadraram-se como PII, considerando todas as categorias de renda estimada, todos os graus de instrução e sem distinção de gênero (Tabela 19).

É muito provável que as 18 unidades com tamanho entre 10 e 50 ha e perfil gerencial individualista + intermediário (tabela 19), em decorrência desta condição, sejam mais susceptíveis à empreenderem mudanças e ações neoendógenas. Por conseguinte, o efeito demonstração da implementação de tais alternativas atrairia naturalmente os vizinhos com perfil individualista, tanto do primeiro quanto do segundo estrato (67 e 105, respectivamente). E, assim, estar-se-ia iniciando o desencadeamento do processo de desenvolvimento local.

Tabela 19 – Análise múltipla: perfil gerencial, renda estimada e grau de instrução do chefe da família para unidades com área compreendida no intervalo “=>10 a <50 ha”

Perfil Gerencial	Renda Estimada	Grau de Instrução chefe da Família
Categoria nº1 ,Perfil Individualista - PI (105 unidades)	Categoria nº 2,"D>R\$484,97" + (21) Categoria nº 1,"E>R\$276,70" + (5) Categoria nº 3,"C2>R\$726,26" + (28)	Categoria nº 1, Analfabeto até 3ª Série Fundamental + (34) Categoria nº 2, 4ª Série Fundamental + (41)

	Categoria nº 4, "C1>R\$1194,53" + (24) Categoria nº 5, "B2>R\$2012,67" + (22) Categoria nº 6, "B1>R\$3479,36" + (5)	Categoria nº 3, Fundamental Completo + (24) Categoria nº 5, Superior Completo + (3) Categoria nº 4, Médio Completo + (3)
Categoria nº 2, PI + Intermediário - PII (18 unidades)	Categoria nº 7, "A2>R\$6563,73" + (2) Categoria nº 6, "B1>R\$3479,36" + (3) Categoria nº 4, "C1>R\$1194,53" + (7) Categoria nº 3, "C2>R\$726,26" + (3) Categoria nº 5, "B2>R\$2012,67" + (3)	Categoria nº 4, Médio Completo + (3) Categoria nº 3, Fundamental Completo + (9) Categoria nº 2, 4ª Série Fundamental + (5) Categoria nº 1, Analfabeto até 3ª Série Fundamental + (1)
Categoria nº 3, Perfil Não Individualista - PNI (18 unidades)	Categoria nº 8, "A1>R\$9733,47" + (1) Categoria nº 7, "A2>R\$6563,73" + (3) Categoria nº 6, "B1>R\$3479,36" + (4) Categoria nº 5, "B2>R\$2012,67" + (8) Categoria nº 4, "C1>R\$1194,53" + (2)	Categoria nº 5, Superior Completo + (3) Categoria nº 4, Médio Completo + (5) Categoria nº 3, Fundamental Completo + (3) Categoria nº 2, 4ª Série Fundamental + (4) Categoria nº 1, Analfabeto até 3ª Série Fundamental + (3)
TOTAL (141 unidades)	Categoria nº 4, "C1>R\$1194,53" (33) Categoria nº 5, "B2>R\$2012,67" (33) Categoria nº 3, "C2>R\$726,26" (31) Categoria nº 2, "D>R\$484,97" (21) Categoria nº 6, "B1>R\$3479,36" (12) Categoria nº 1, "E>R\$276,70" (5) Categoria nº 7, "A2>R\$6563,73" (5) Categoria nº 8, "A1>R\$9733,47" (1)	Categoria nº 2, 4ª Série Fundamental (50) Categoria nº 1, Analfabeto até 3ª Série Fundamental (38) Categoria nº 3, Fundamental Completo (36) Categoria nº 4, Médio Completo (11) Categoria nº 5, Superior Completo (6)

Fonte: Elaboração do autor.

Na Tabela 19 visualiza-se que as categorias PII e PNI são integradas por 18 unidades cada uma. No grupo PNI, em comparação com o grupo PII, predominam as unidades incluídas nos estratos de maior renda e de maior instrução.

No estrato das unidades com área compreendida no intervalo "=>50,1 a <100,1 ha" (Tabela 20), o perfil individualista continua predominando e repete-se o fenômeno observado no parágrafo anterior, quanto aos estratos de renda e de instrução.

Tabela 20 – Análise múltipla: perfil gerencial, renda estimada e grau de instrução do chefe da família para unidades com área compreendida no intervalo "=>50,1 a <100,1 ha"

Perfil Gerencial	Renda Estimada	Grau de Instrução chefe da Família
Categoria nº 1, Perfil Individualista - PI (24 unidades)	Categoria nº 5, "B2>R\$2012,67" + (5) Categoria nº 2, "D>R\$484,97" + (1) Categoria nº 3, "C2>R\$726,26" + (1) Categoria nº 4, "C1>R\$1194,53" + (9) Categoria nº 6, "B1>R\$3479,36" + (5) Categoria nº 7, "A2>R\$6563,73" + (1) Categoria nº 8, "A1>R\$9733,47" + (2)	Categoria nº 1, Analfabeto até 3ª Série Fundamental + (3) Categoria nº 3, Fundamental Completo + (10) Categoria nº 2, 4ª Série Fundamental + (8) Categoria nº 4, Médio Completo + (2) Categoria nº 5, Superior Completo + (1)

Perfil Gerencial	Renda Estimada	Grau de Instrução chefe da Família
Categoria nº2 ,PI + Intermediário - PII (04 unidades)	Categoria nº 8,"A1>R\$9733,47" + (2) Categoria nº 6,"B1>R\$3479,36" + (1) Categoria nº 4,"C1>R\$1194,53" + (1)	Categoria nº 2, 4ª Série Fundamental + (2) Categoria nº 3, Fundamental Completo + (2)
Categoria nº 3, Perfil Não Individualista - PNI (05 unidades)	Categoria nº 7,"A2>R\$6563,73" + (1) Categoria nº 8,"A1>R\$9733,47" + (2) Categoria nº 6,"B1>R\$3479,36" + (2)	Categoria nº 5, Superior Completo + (2) Categoria nº 4, Médio Completo + (3)
TOTAL (33 unidades)	Categoria nº 4,"C1>R\$1194,53" (10) Categoria nº 6,"B1>R\$3479,36" (8) Categoria nº 8,"A1>R\$9733,47" (6) Categoria nº 5,"B2>R\$2012,67" (5) Categoria nº 7,"A2>R\$6563,73" (2) Categoria nº 2,"D>R\$484,97" (1) Categoria nº 3,"C2>R\$726,26" (1)	Categoria nº 3, Fundamental Completo (12) Categoria nº 2, 4ª Série Fundamental (10) Categoria nº 4, Médio Completo (5) Categoria nº 1, Analfabeto até 3ª Série Fundamental (3) Categoria nº 5, Superior Completo (3)

Fonte: Elaboração do autor.

Prevalence na tabela 20 o perfil individualista nas unidades acima de 50 ha até 100 ha.

Novamente prevalece o perfil individualista na tabela 21.

Tabela 21 – Análise múltipla: perfil gerencial, renda estimada e grau de instrução do chefe da família para unidades com área compreendida no intervalo “>0 a <100,1ha”

Perfil Gerencial	Renda Estimada	Grau de Instrução chefe da Família
Categoria nº1 ,Perfil Individualista - PI (194 unidades)	Categoria nº 1,"E>R\$276,70" + (17) Categoria nº 2,"D>R\$484,97" + (33) Categoria nº 3,"C2>R\$726,26" + (52) Categoria nº 4,"C1>R\$1194,53" + (46) Categoria nº 5,"B2>R\$2012,67" + (33) Categoria nº 6,"B1>R\$3479,36" + (10) Categoria nº 8,"A1>R\$9733,47" + (2) Categoria nº 7,"A2>R\$6563,73" + (1)	Categoria nº 1, Analfabeto até 3ª Série Fundamental + (66) Categoria nº 2, 4ª Série Fundamental + (70) Categoria nº 3, Fundamental Completo + (45) Categoria nº 5, Superior Completo + (5) Categoria nº 4, Médio Completo + (8)
Categoria nº2 ,PI + Intermediário - PII (23 unidades)	Categoria nº 7,"A2>R\$6563,73" + (2) Categoria nº 8,"A1>R\$9733,47" + (2) Categoria nº 6,"B1>R\$3479,36" + (4) Categoria nº 4,"C1>R\$1194,53" + (8) Categoria nº 3,"C2>R\$726,26" + (4) Categoria nº 5,"B2>R\$2012,67" + (3)	Categoria nº 3, Fundamental Completo + (11) Categoria nº 4, Médio Completo + (3) Categoria nº 2, 4ª Série Fundamental + (8) Categoria nº 1, Analfabeto até 3ª Série Fundamental + (1)
Categoria nº 3, Perfil Não Individualista - PNI (31 unidades)	Categoria nº 7,"A2>R\$6563,73" + (4) Categoria nº 8,"A1>R\$9733,47" + (4) Categoria nº 6,"B1>R\$3479,36" + (7) Categoria nº 5,"B2>R\$2012,67" + (9) Categoria nº 4,"C1>R\$1194,53" + (4) Categoria nº 3,"C2>R\$726,26" + (3)	Categoria nº 5, Superior Completo + (6) Categoria nº 4, Médio Completo + (11) Categoria nº 2, 4ª Série Fundamental + (6) Categoria nº 3, Fundamental Completo + (4) Categoria nº 1, Analfabeto até 3ª Série Fundamental + (4)
	Categoria nº 3,"C2>R\$726,26" (59) Categoria nº 4,"C1>R\$1194,53" (58) Categoria nº 5,"B2>R\$2012,67" (45)	Categoria nº 2, 4ª Série Fundamental (84) Categoria nº 1, Analfabeto até 3ª Série Fundamental (71)

TOTAL (248 unidades)	Categoria n° 2, "D>R\$484,97" (33) Categoria n° 6, "B1>R\$3479,36" (21) Categoria n° 1, "E>R\$276,70" (17) Categoria n° 8, "A1>R\$9733,47" (8) Categoria n° 7, "A2>R\$6563,73" (7)	Categoria n° 3, Fundamental Completo (60) Categoria n° 4, Médio Completo (22) Categoria n° 5, Superior Completo (11)
-------------------------	--	--

Fonte: Elaboração do autor.

Em síntese, em todos os estratos de área e para todas as propriedades, a proporção de unidades com gerenciamento individualista, nunca é inferior a 72,73% do total delas em cada estrato (Tabela 22). Na consolidação de todas as 248 propriedades (Tabela 22), conclui-se que o perfil individualista (PI) é expressivamente prevalecente 78,23%.

Tabela 22 – Composição dos perfis gerenciais por estratos de área, em todas as propriedades pesquisadas

Estratos de área (em ha)	PI	PII	PNI	Propriedades
>0 a <10,1	<b>90,54%</b>	1,35%	8,11%	<b>74</b>
=>10 a <50,1	<b>74,48%</b>	12,76%	12,76%	<b>141</b>
=>50,1 a <100,1	<b>72,73%</b>	12,12%	15,15%	<b>33</b>
>0 a <100,1	<b>78,23%</b>	9,27%	12,50%	<b>248</b>

Fonte: Elaboração do autor

### 3.4 ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA CAPACIDADE HUMANA E SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO LOCAL – SÃO BORJA- RS.

Verifica-se a análise dos dados da pesquisa onde se plotaram os índices de confiança, liderança, empreendedorismo e escolarização-escolaridade, no município de São Borja. Nesta apresentam os dados referentes ao município de São Borja: confiança 0,39, liderança 0,33, empreendedorismo 0,36 e escolarização-escolaridade 0,52.

Em análise dos dados de São Borja que são explicados pelos respondentes sobre o índice de confiança que é considerado insuficiente. Porém na criação da UNIPAMPA e Instituto Federal Farroupilha (IFF), em São Borja, ambas a partir do ano 2008 e aulas em 2010, como fator positivo na educação que incrementou o índice. Não foi mais impactado o índice, pelo desejo dos jovens e pessoas de média idade de saírem do município, por falta de emprego e oportunidade de melhoria de renda. Na visão dos respondentes há demasiadamente discurso e insuficiente ação.

Comentam que querem menos promessa e mais atitude. Dos pesquisados (39) não confiam num desenvolvimento do município a curto prazo. A pesquisada Nº 74 faz uma crítica construtiva: "Falta educação. Respeito é a base da educação. O ser humano tem que se desafiar! "

Os respondentes sobre o índice de liderança consideraram-o insuficiente, e externalizaram comentários de que em geral os políticos atuam para se auto-promover, para os próprios interesses e fracamente atuam para a comunidade. Há falta de união, ocorrem brigas partidárias e o clientelismo. Quanto às lideranças econômicas comentam que fazem o mínimo para a comunidade, citando pontualmente empresários como exemplo positivo. A pesquisada Nº 74 afirma: "Falta responsabilidade aos políticos. As pessoas que tem que fazer. Os votantes não cobram dos políticos, falta atitude de cobrar e não cobram dos políticos".

Quanto ao índice de empreendedorismo os respondentes classificaram como insuficiente. Explicam em parte pela natureza "cultural", origem de "pelo duro" – sangue mestiço com indígena; que caracterizaria "comodismo" ou "passividade". Minimamente se tem "atitude" e "perseverância", tendo "medo de investir" ou "preguiça". Os empreendedores que existem, fazem por necessidade de sobrevivência. Salientam a dificuldade de empreender por necessitar de um capital inicial e ainda referem-se a não facilidade de empreender em termos de normas, tributos e taxas. As empresas abrem e fecham. Quanto ao povo da agricultura familiar, é sem coragem de empreender. Os "de fora" são mais empreendedores, alemães e italianos. O cooperativismo agrícola é decadente.

Apresenta São Borja a escolaridade de 6,21 anos. Este dado em relação a diferença entre a menor e a maior escolarização dos municípios do Rio Grande do Sul resulta no índice de escolarização em 0,52.

Finaliza-se com o resultado de São Borja entre os índices, com 0,40 de proporção em relação a 1,0.

Visualiza-se a necessidade do município em evoluir e desenvolver-se nos aspectos desta pesquisa que são: confiança, liderança, empreendedorismo, escolaridade-escolarização. Representam os resultados no município de um índice considerado insuficiente, 0,40. Há muito a que ser feito pela sociedade são-borjense e o desafio é incrementar a educação continuada, para aumentar a confiança, a

participação das lideranças na comunidade, aumento do empreendedorismo individual e coletivo; e cíclicamente aumento da escolaridade-escolarização.

### 3.5 POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO NEOENDÓGENO DA REGIÃO, DIANTE DAS ANÁLISES TEÓRICO-EMPÍRICA E SITUACIONAL REALIZADAS

Nesta subseção apresenta-se a análise de cada um dos principais aspectos (categorias e subcategorias) que devem ser considerados em projetos de desenvolvimento neoendógeno identificados na Tabela 8, associada ao seu enquadramento nos termos: ponto forte, ponto fraco, ameaça e oportunidade. A utilização dos termos citados visam exclusivamente a criação de uma nomenclatura padronizada, a fim de facilitar a compreensão às indicações de alternativas de intervenção:

#### Categoria Capital Humano/Cultural –

##### **I.1) Indivíduos e famílias**

- População em declínio. Expressivo número de aposentados e em auxílio doença (64,23%). Êxodo rural excessivo. Baixa atratividade para os jovens continuarem no meio rural (Ponto Fraco).

##### **I.2) Intelecto – Capacidades-**

- Habilidades Conceituais-Ética
  - Razoável habilidade para atingir metas e objetivos. Percepções de ética. Considerando a cultura individualista reinante é necessário reciclar periodicamente os princípios de convivência em comunidade. Aspecto não impeditivo do desenvolvimento rural;
- Habilidades Humanas – Comunicação, Motivação, Liderança, Trabalho em equipe, Empoderamento
  - Estas capacidades carecem de qualificação e desenvolvimento, em especial com relação aos jovens (Ponto Fraco);
- Habilidades Técnicas – (Ter o saber) Conhecimento. Fazer coisas concretas e práticas.
  - Estas habilidades também necessitam de treinamento, qualificação e desenvolvimento. Há forte tendência à resistência e ao ceticismo. Insuficiência de

oportunidades de treinamento prático e de suporte técnico, pois somente 11,3% dos agricultores contam com assistência técnica (Ponto Fraco);

- Habilidades Gerenciais – Planejamento, Organização, Direção, Controle.
  - Insuficiente número de proprietários com habilidades gerenciais. Em geral, eles têm fraca ou nenhuma habilidade gerencial (62,5% estudaram até a 4ª série fundamental). Este Ponto Fraco pode ser revertido com educação continuada, interações e parcerias institucionais em atividades de capacitação; e
- Atitude – (Querer fazer) Vocação empreendedora, assumir riscos, inovação.
  - Historicamente este aspecto tem sido reprimido pelo poder e pela política. Sua reversão depende de educação continuada, capacitação para o empreendedorismo, disponibilidade de fomento e iniciativa de inovação. O empoderamento individual tem de ser exercitado com liberdade e autonomia decisória (Ponto Fraco).

### **I.3) Educação continuada**

- Grande fraqueza.
  - O grau de instrução dos chefes de família é demasiadamente insuficiente (62,5% estudaram até a 4ª série fundamental; e o índice de escolarização-escolaridade, obtido na avaliação da capacidade humana e social, foi de apenas 0,52);

Apresenta-se uma alternativa:

**a) Casa Familiar Rural (2012).** Uma recente iniciativa para tratar esta questão é a Casa Familiar Rural (CFR) que integra o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Constitui-se em um local dentro do município ou dentro de uma região, destinado à formação técnica, humana e gerencial dos jovens do meio rural e pesqueiro. A Casa permite que as pessoas se qualifiquem e possam adaptar-se e evoluir na profissão, em conjunto com a sua família e a comunidade onde vivem. Visa incentivar a permanência do jovem na sua própria região, criando alternativas de trabalho e renda, numa perspectiva da Economia Solidária. Os cursos profissionais oferecidos, sob o enfoque da Pedagogia da Alternância, integram a formação geral (interdisciplinaridade), a educação social e humana e o desenvolvimento do espírito do trabalho em equipe. Uma CFR está sendo instalada no município vizinho de Santo Antônio das Missões, com previsão de início das

aulas para 2014. É uma boa referência para São Borja também reivindicar a sua Casa.

---

## II) Capital Social

- Atualmente é um ponto fraco e um grande desafio. Porém, encerra um grande potencial, desde que se resgate a tradição de trabalho coletivo, que havia nas comunidades indígenas ancestrais.

### II.1) **Atores em comunidades**

- A cultura individualista dificulta as possíveis experiências dos atores em articulações para acesso à recursos institucionais, financeiros, operacionais, mercadológicos e logísticos. A cultura individualista está presente e arraigada na comunidade e nos produtores rurais. O comércio local é inerte quanto a qualquer tipo de ação neste sentido. Os assentamentos têm dificuldades quanto à cooperação e confiança, porém já existem grupos se organizando através de iniciativas baseadas na economia solidária e feiras com a participação dos produtores e a Igreja Católica do Bairro do Passo, Também existem iniciativas de Universidades e do Instituto Federal. O poder político local não vê esta questão como prioridade. Há associações que existem no papel, mas que não são ativas e, também, existem associações como a Nhupoleite que reivindica, realiza ações para melhoria nos equipamentos, etc. Falta integração dos produtores rurais com o poder político, institucional e econômico. É um enorme desafio vencer esses obstáculos e passar a contribuir efetivamente para o desenvolvimento rural.

### II.2) **Diversidade cultural**

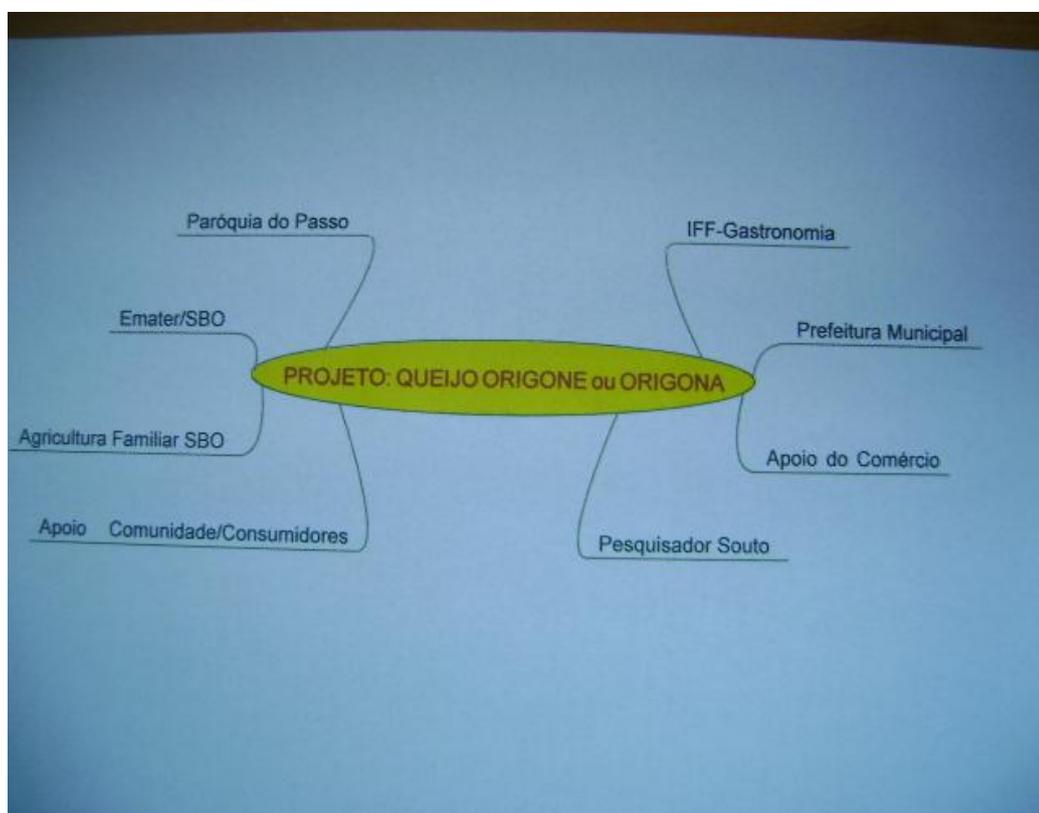
- Bastante rica na região e carecendo de valorização e oportunidades;
- Etnias
  - Na região predomina a população indígena. Os indígenas ainda são relegados como despossuídos e tratados com discriminação, situação também enfrentada pelos afrodescendentes. Iniciativas de cidadania geram oportunidades e têm sido realizadas ações pelo Governo Federal. Porém, ainda estão longe de incluir essas populações com dignidade, a partir da geração de trabalho e renda.
- Gênero
  - O gênero feminino, historicamente reconhecido como “as batalhadoras” na área rural, a despeito da influência do machismo gaúcho, tem forte potencial

empreendedor. As mulheres têm habilidades humanas mais potencializadas e já estão assumindo tarefas gerenciais nas propriedades. Elas devem ser incentivadas com educação continuada, treinamento e capacitação. Configuram uma grande oportunidade para o desenvolvimento rural;

- Saberes locais

- Aspecto fracamente valorizado na região. Porém, em fins de 2012, a Comissão dos Festejos dos 330 anos de instalação do município de São Borja recomendou o projeto do “Queijo Origona ou Origone”, apresentado pelo autor (Figura 6) e constando no Anexo B a recomendação da Comissão dos 330 anos. Este projeto é uma oportunidade para resgatar um queijo do tempo da dominação espanhola/portuguesa e do tropeirismo no território de São Borja. Ele é feito de pêssego, oreado no sol, adoçado e transformado em queijo sem refrigeração. Sua implementação proporcionará uma certificação de origem regional, conforme Herter (2011), para os atores da agricultura familiar em São Borja.

Figura 6 - Proposta de projeto queijo Origona ou Origone



Fonte: Elaboração do autor.

### II.3) Confiança

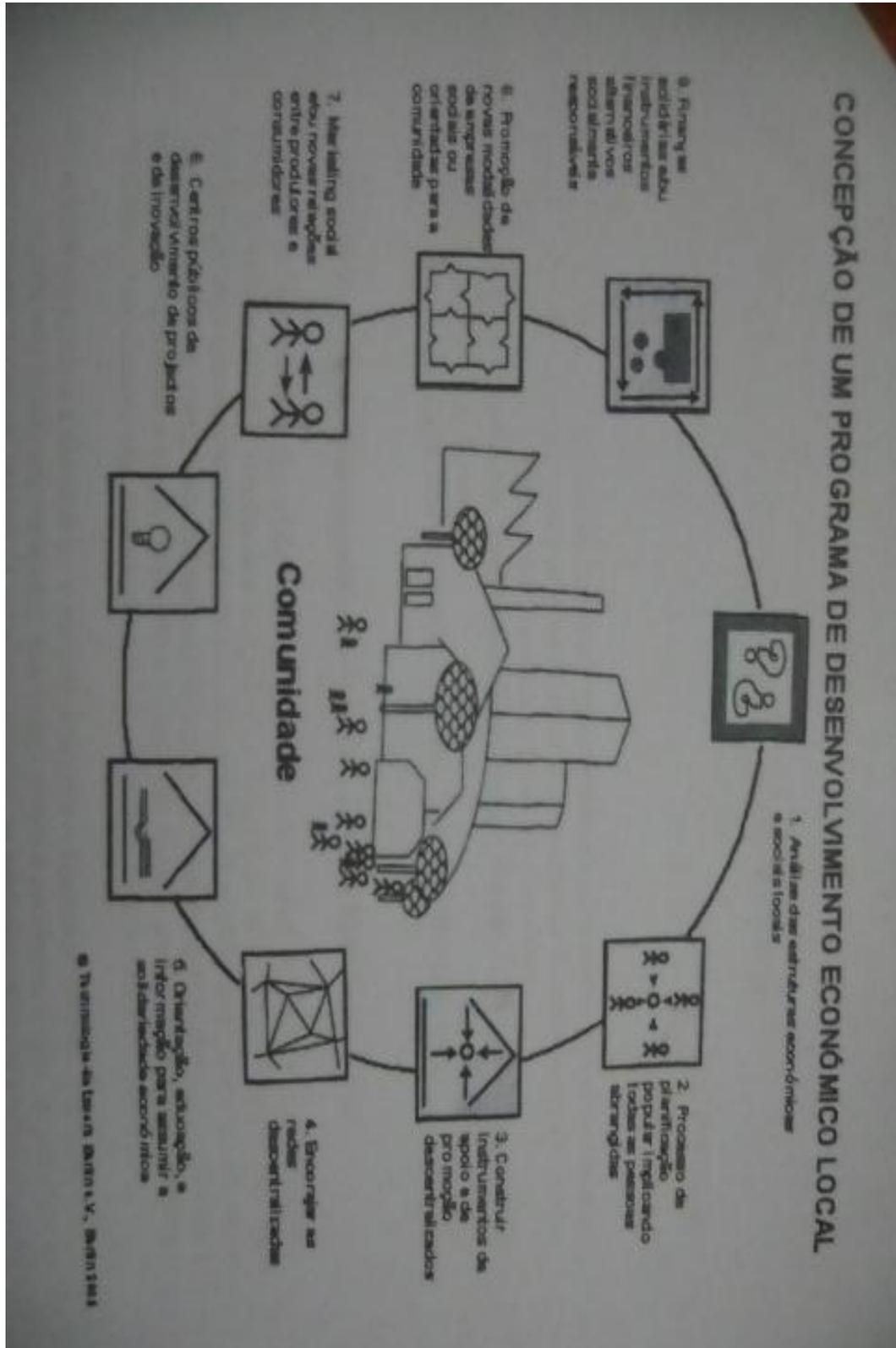
- Apenas 34,7% dos agricultores são associados em cooperativas ou participam de união de produtores e o índice de confiança apurado na cidade foi de 0,39. Nestas condições, o nível de confiança é bem precário, caracterizando um ponto fraco. A reversão deste desempenho deve transitar por ações de melhoria na educação, aumento do índice de empreendedorismo e fomento das lideranças locais.

**II.4) Parcerias e Redes** – Incipientes e pontuais. Nesta análise é determinada como ponto fraco. Porém foram plotadas sugestões de modelos que se adequam ao desenvolvimento neoendógeno na região:

**a) Concepção de um programa de desenvolvimento local.** O modelo proposto por Birkhölzer (2005) da Universidade Técnica de Berlin que apresenta um conceito de um programa estratégico de desenvolvimento econômico local. O modelo descreve o desenvolvimento econômico local como um processo (e não um resultado), que ocupa tempo e paciência. Este modelo pode ser útil a uma organização ou a uma comunidade para identificar a situação que já atingiu, o que falta e o que deve empreender a seguir. Envolve o processo de desenvolvimento em três fases:

- A primeira fase de construção comunitária (etapas 1 a 4): a primeira etapa corresponde a análise das estruturas econômicas e sociais locais; a segunda, o processo de planificação popular implicando todas as pessoas abrangidas; a terceira, construir instrumentos de apoio e de promoção descentralizados e a quarta, encorajar as redes descentralizadas;
- Segunda fase de desenvolvimento comunitário (etapas 5 a 7): a quinta etapa, a orientação, educação e informação para assumir a solidariedade econômica; a sexta, a promoção de centros públicos de desenvolvimento de projetos e inovação; a sétima, o marketing social e/ou novas relações entre produtores e consumidores;
- Terceira fase estabelece uma economia comunitária funcional (etapas 8 e 9): a oitava etapa é a promoção de novas modalidades de empresas sociais ou orientadas para a comunidade; e a última a nona, finanças solidárias e/ou instrumentos financeiros alternativos socialmente responsáveis.

Figura 7: Concepção de um programa de desenvolvimento econômico local



**b) Cooper Jeito Caseiro - São Francisco de Assis (Cooper Jeito Caseiro, 2012).** Segundo o técnico agrícola a Cooperativa Jeito Caseiro consta com 33 sócios e a quota capital de R\$ 50,00 e mensalidade de R\$ 12,00.

Com ajuda de custo da prefeitura de São Francisco de Assis, visa: suprir a demanda local de alimentos, gerar renda a nível da propriedade, agregar valor a produção, organização do setor produtivo, promover o comércio local, manutenção e sucessão da propriedade, foco na agroindústria e acompanhar o produtor.

O programa tem como objetivos:

- Suprir a demanda local de alimentos;
- Gerar renda a nível da propriedade;
- Agregar valor a produção;
- Organização do setor produtivo;
- Promover o comércio local;
- Manutenção e **sucessão** da propriedade;
- Foco na agroindústria;
- Acompanhar o produtor.

Os fatores em consideração na análise interna e externa:

- Formação de parcerias (Emater, Sindicatos, Associação das Agências Bancárias);
- Clareza de objetivos;
- Dedicção/Envolvimento;
- Programa de **Construção Permanente** (Projeto de longo prazo);
- Formação de novos hábitos produtivos;
- Conquista de mercado (Envolve dinheiro);
- Concorrência (Pode ser um fator positivo);
- Questões políticas (Divisão partidária/favorecimento político);
- Capacitação/qualificação (Fundamental);
- Visão empreendedora (Aonde se quer chegar);
- Espírito cooperativo;
- Participação de todos os seguimentos da sociedade (Exemplo: Prefeitura Municipal repassa R\$ 1.500,00 por mês para a cooperativa);
- Agroindústrias: biscoitos, queijos, morangos, ovos coloniais, massas caseiras.

São referências para o município de São Borja os modelos sugeridos e podem ser adotados como Benchmarking<sup>17</sup>;

## **II.5) Empreendedorismo (individual e coletivo) –**

<sup>17</sup> Benchmarking – Em tradução livre, como as **melhores práticas** que podem servir de modelo e adaptadas às condições socioculturais do povo de São Borja, desde que mudem sua cultura individualista.

- Existente na região, porém com fraca performance. Nas análises léxicas apareceu insistentemente vinculado com a natureza “cultural”, “comodismo” ou “passividade”, minimamente se tem “atitude”, “perseverança” e, em geral, “medo de investir”. No levantamento da situação socioprodutiva identificaram-se proprietários empreendedores e proprietários denominados empresários rurais. No entanto, seu índice não passou de 0,36, na mensuração da capacidade humana e social urbana.
- Precisa ser fomentado principalmente com atividades de capacitação, por intermédio de parcerias informais que constituem grandes oportunidades de alternativas para o desenvolvimento local. Por exemplo, em São Miguel um assentado em São Miguel tem um açude, mas está com problema de saúde. Por isso, ele o cede aos vizinhos que não têm água para irrigação, num processo de contraprestação de insumos e produtos. Isso está resultando na instalação de uma horta compartilhada e irrigada (Figura 8).

Figura 8 – Assentado empreendedor coletivo. Cambuchim, localidade São Miguel



Fonte: Foto do autor (2012).

## II.6) Associativismo e Cooperativismo –

- Considerado na análise como ameaça ao desenvolvimento rural na região. Plotado nas pesquisas de campo onde obteve-se o resultado de decadência do cooperativismo agrícola no território. Constatado aversão ao cooperativismo agrícola

nos proprietários rurais. Para reverter o quadro de ceticismo ao cooperativismo necessita-se de ações de educação cooperativista, formação de gestores em cooperativismo, participação ativa dos associados e alternância de lideranças. Culmina o processo de revitalização do cooperativismo com a gestão profissional, comunicação e transparência do gerenciamento da cooperativa. A cooperativa bem gerencia é indutor de desenvolvimento rural e aumento de competitividade.

- No estrato com até 10 hectares, corroborando com Rosa (2011); Porto (2007). Sugere-se que a agricultura familiar, em São Borja, necessita sair do perfil individualista e ousar inovações para os problemas, mas também agir cooperativamente. Sair do círculo vicioso necessita soluções neoendógenas;

---

### III) Capital Político –

- Está sob o domínio de líderes e partidos, além da capacidade das pessoas de influenciarem nas decisões políticas.

#### **III.1) Estrutura do poder**

- As relações entre os governos Municipal, Estadual e Federal são dispersas e não interativas, caracterizando este aspecto como um ponto fraco para o desenvolvimento rural.

#### **III.2) Liderança política**

- Na investigação da capacidade humana e social, os respondentes atribuíram à liderança o menor índice (0,33) . Na análise léxica, as indicações mais numerosas foram de que os políticos locais atuam para se “autopromover” e “atuam pouco para a comunidade”, ocorrendo “brigas partidárias” e “clientelismo”. Houveram, também, muitas manifestações concordando com as demais análises, sendo que na Tabela 10 esse aspecto está na segunda colocação no *ranking* de citações (caudilhismo, coronelismo). Nessas condições, a liderança política é um ponto fraco.

#### **III.3) Participação política**

- No levantamento da situação socioproductiva ficou evidenciada a insuficiência da renda gerada e que os agricultores têm de sair cedo de casa para tomar o ônibus, muitas vezes na chuva ou geada, para reivindicar atuações políticas para a comunidade. Essas situações quando demasiadamente frequentes denigrem, dificultam a participação política e prejudicam a atividade rural. Isso acrescido à burocracia, ao pouco entendimento de processos e trâmites políticos, contribuem para que os proprietários rurais se desestimulem com a participação política. Ainda,

apurou-se que “Os votantes não cobram dos políticos, falta atitude de cobrar e não cobram dos políticos”. Assim, essa questão configura um ponto fraco.

#### **III.4) Empoderamento**

- Na visão de Pereira (2006), o empoderamento inicia individualmente e torna-se coletivo. Nesta visão, no contexto, o empoderamento é um ponto fraco. Para reverter esse quadro, é necessário a implementação de ações individuais e coletivas visando a liberdade e autonomia decisórias.
- 

#### IV) Recursos Financeiros –

- São limitantes nas atividades operacionais e fundamentais para a sobrevivência financeira das propriedades rurais. No estudo podem ser considerados como oportunidade, ameaça e fraqueza.

#### **IV.1) Recursos externos**

- A fundo perdido
  - Imprescindível no sentido do “empurrão inicial” preconizado por Veiga (2001), ou seja, para a efetivação de um projeto neoendógeno. Traduz uma importante oportunidade, desde que disponível.
- Disponibilidade de crédito
  - Muito recurso financeiro tem sido e ainda continua sendo disponibilizado para a região. Porém, os problemas cruciais do desenvolvimento rural passam também pelo equacionamento do endividamento, capacidade de pagamento, ações de seguro agrícola e quitação dos pagamentos, providências que seriam geradoras de confiança institucional. O acesso aos trâmites bancários e as taxas cobradas, às vezes retardam o crédito, postergando o investimento e rompendo a sincronia necessária às atividades rurais. Diante disso, evidencia-se a necessidade de planejamento financeiro pessoal e da propriedade rural com o uso de métodos adequados. Também, há que se perceber sua vinculação com as habilidades gerenciais (Item 1.2 Intelecto-Capacidades). Este aspecto, neste estudo, é caracterizado como ameaça. Mas, poderá constituir-se em oportunidade, sob o enfoque neoendógeno.

## **IV.2) Recursos internos/poupança**

- Considerando que 67,3% das famílias auferem rendas de até R\$ 1.194,53; que 64,13% dos agricultores complementam sua renda com aposentadoria e benefício para auxílio doença; que 84,2% praticamente não têm condições próprias para investir; e que o nível de endividamento é uma ameaça para o aumento da competitividade – sem dúvida, este aspecto é um ponto fraco.

## **V) Recursos Físicos e Materiais –**

### **V.1) Terra**

- A terra é considerada um ponto forte. A região permite diversas culturas, como a fruticultura referendada desde o período missioneiro, a vitivinicultura, a pecuária de corte e leiteira, ovinocultura, suinocultura, olericultura, etc.

### **V.2) Água**

- É escassa para a criação em 41,5% das propriedades e inexistente para a lavoura, em 61,3% delas. Pode-se considerá-la como uma ameaça para o agravamento da situação socioproductiva vigente; e como um ponto fraco para o desenvolvimento de novos projetos. A região vem de há muito convivendo com recorrentes efeitos climáticos de seca/estiagens. Porém, o território de São Borja é muito privilegiado em rios, sangas e principalmente em barragens e açudes. Existem algumas pequenas propriedades com açudes capazes de irrigar um, até dois hectares. Neste aspecto, se tem uma valiosa oportunidade.

### **V.3) Energia elétrica**

- Não é problema. Existe em 99,6% das propriedades. É um ponto forte. Porém, na grande maioria das propriedades a energia é monofásica, cuja capacidade é insuficiente para acionar motores necessários à irrigação. Assim, neste aspecto, torna-se um ponto fraco.

### **V.4) Insumos**

- Em 37,5% das propriedades, o uso de insumos é de baixo a regular (Ponto Fraco). Contudo, na produção olerícola (legumes, verduras) e na produção de subsistência (mandioca, batata doce, etc.), já é bem significativa a produção orgânica. Entretanto, por insuficiência de organização, iniciativa e qualificação, os produtores rurais de baixa renda perdem maiores oportunidades pela falta de certificação dos produtos que lhes possibilitem acessar esse importante nicho de mercado, em franco desenvolvimento.

### **V.5) Estradas**

- A região é servida por três estradas federais que se mantêm em regular estado de conservação e estradas de terra, que dificultam o escoamento da produção principalmente em períodos chuvosos. O maior entrave ao desenvolvimento é a enorme distância dos grandes centros consumidores (Ponto Fraco).

### **V.6) Semoventes**

- É a denominação contábil para os animais em produção. Existem na região, porém com genética não aprimorada (Ponto Fraco).

### **V.7) Infraestrutura**

- Disponibilidade de galpões, edificações, estrutura para as atividades produtivas, etc. (Ponto Fraco).

### **V.8) Máquinas e Equipamentos**

- Apenas 19% dos proprietários possuem maquinário próprio; 11,7% utilizam-no em parceria; e 27,8% valem-se da patrulha agrícola comunitária. Portanto, é evidente a fraca tecnificação das propriedades (Ponto Fraco).

## **VI) Recursos das Atividades Operacionais –**

### **VI.1) Produtos**

- A produção é pouco diversificada. As principais ameaças à competitividade são a estiagem/seca, falta de renda, herbicida aéreo, falta de comercialização, abigeato e o endividamento (Pontos Fracos). Contudo, há influências climáticas singulares e vantagens competitivas potenciais, como o número de horas de exposição solar e temperaturas com variação que ampliam as oportunidades produtivas.

### **VI.2) Processos**

- Os produtores têm fraca qualificação e habilidades gerenciais e o nível de tecnificação é baixo (Ponto Fraco).

## **VII) Recursos Mercadológicos**

- Apenas 3,2% dos agricultores declararam-se satisfeitos com a comercialização.

### **VII.1) Compradores locais**

- Devem ser fomentados. A escala de produção é baixa, falta vontade política e interesse em criar alternativas para sua dinamização (Ponto Fraco).

### **VII.2) Compradores externos**

- O desafio da conquista de compradores externos passa por parcerias como o sistema “S” (Sebrae, Senar), visando a prospecção de mercados compradores, desde a fase de elaboração do projeto neoendógeno (Oportunidade).

### **VII.3) Contratos**

- O desafio da conquista de compradores externos passa por parcerias como o sistema “S” (Sebrae, Senar), visando a prospecção de mercados compradores, desde a fase de elaboração do projeto neoendógeno (Oportunidade).

### **VII.4) Hábitos de consumo**

- Onde eles não existirem, devem ser fomentados com o auxílio e/ou por intermédio dos parceiros (Oportunidade).

---

## **VIII) Recursos Institucionais**

### **VIII.1) Assistência técnica e extensão rural**

- Sob a responsabilidade da EMATER/ASCAR, que há décadas presta serviços na área rural, e da Coptec que oferece assistência social nos assentamentos rurais. Em virtude dos escassos recursos humanos e financeiros que dispõem estas entidades, suas atuações são demasiadamente precárias, apesar da comprovada qualificação de seus técnicos. Somente 11,3% dos proprietários registraram que se utilizam da assistência técnica (Ponto Fraco).

### **VIII.2) Instituições de ensino**

- Em São Borja predominam no ensino presencial a UNIPAMPA- Iniversidade Federal do Pampa, o Instituto Federal Farroupilha e a UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Diante da precariedade regional das pequenas e médias propriedades rurais, são promissoras as oportunidades de parcerias e contribuição dessas instituições de ensino superior (Ponto Forte).

### **VIII.3) Organismos governamentais**

- Os organismos municipais, estaduais e federais presentes na região não conseguem articular eficientemente suas ações (Ponto Fraco).

### **VIII.4) Organismos não governamentais**

- Contam dificuldades de atuação devido às barreiras impostas pela cultura individualista vigente (Ponto Fraco).
-

---

**IX) Recursos Logísticos****IX.1) Armazenagem e estocagem**

- Necessita de investimentos de longo prazo, em decorrência do estado de pobreza da região e, conseqüentemente, da restrição da capacidade de pagamento dos proprietários (Ameaça e Ponto Fraco).

**IX.2) Transporte interno**

- As estradas de terra dificultam o transporte e aumentam a dependência de terceirização ou de carros próprios para o transporte, cujos veículos antigos sofrem avarias frequentemente. A situação é deficitária e precária (Ameaça e Ponto Fraco).

**IX.3) Transporte externo**

- Incipiente. Sem escala de produção, o transporte externo é pontual e inexpressivo (Ponto Fraco).

---

**X) Recursos Tecnológicos/Informacionais****X.1) Tecnologia**

- Percebida como exceção em raras propriedades que a detém e a utilizam (Ameaça e Ponto Fraco).

**X.2) Informacional**

- Percebida como exceção em raras propriedades que a detém e a utilizam. A incipiente internet rural é uma ameaça à competitividade, sendo também um ponto fraco.

---

A quantificação dos termos para os aspectos investigados, quanto às possibilidades de desenvolvimento neoendógeno na região, apresentam a seguinte distribuição:

- Pontos Fracos – 32 registros;
- Oportunidades – 11 registros;
- Ameaças – 8 registros; e
- Ponto Forte – 3 registros.

Diante de uma conjuntura tão desfavorável como esta, o grande desafio é conceber uma proposta de intervenção na qual os fatores endógenos e exógenos, caracterizados como pontos fracos e ameaças, sejam convertidos em pontos fortes

e oportunidades, num sistema integrado e compartilhado de produção apoiado por parcerias públicas e privadas.

### 3.6 PROPOSIÇÃO DE UM PROJETO PILOTO INTEGRADO MULTIFOCO COM ATIVIDADES PRODUTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NEOENDÓGENO NA REGIÃO DE SÃO BORJA - RS

As 248 pequenas e médias propriedades rurais amostradas na pesquisa estão distribuídas em 34 localidades<sup>18</sup>, ocupando uma área total de quase 6 mil hectares. Nelas residem e trabalham 923 pessoas.

Os elementos básicos utilizados na elaboração do presente modelo foram extraídos do projeto intitulado “Integração da piscicultura com a fruticultura fertirrigada em pequenas propriedades rurais do Vale do Jaguari/RS” (TUSI DA SILVEIRA et al., 2010), premiado em 2º lugar na primeira edição do “Prêmio Nacional de Desenvolvimento Regional Edição 2010: Homenagem a Celso Furtado”, promovido pelo Ministério da Integração Nacional (MI), por meio da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR); e, também, do projeto “Agricultura Familiar Integrada” (TUSI DA SILVEIRA et al., 2012) apresentado ao Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania.

Colocam-se as considerações:

O recrutamento para o projeto piloto neoendógeno de atividades produtivas integradas, ocorrendo mediante comunicados nas rádios e parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Entidade que também representa a agricultura familiar em São Borja), visando a reuniões motivacionais e de divulgação do projeto.

Reuniões com agendamento e visitas técnicas aos produtores rurais da agricultura familiar, candidatos ao empreendimento neoendógeno. Ser proprietário é um pré-requisito.

Nas visitas, serão selecionadas as propriedades com as melhores condições de solo, relevo e recursos hídricos.

---

<sup>18</sup> Periferia de São Borja, Rincão do Ivaí, Mato Grande, Santos Reis, São Ramão, Rincão de São Bento, Rincão da Estiva, São Pedro do Butuí, Rincão da Cria, São Marcos, Rincão dos Batistas, São João Mirim, Triunfo, Conde de Porto Alegre, Mercedes, São Miguel, Timbaúva, Samburá, Passo da Barca, São Matheus, São Miguel, Açoita Cavallo, Santo Ignácio, Caçacã, Nhu Porã, Rincão do Meio, Rincão de Santana, Olavo Viana 101, Lajeadinho, Rincão da Conceição, Vila Brites, Rincão São João, Encruzilhada, Sarandi.

Identificando, conjuntamente, a capacidade de o proprietário(a) rural ter o perfil não individualista, e que se fomente no futuro o empreendedorismo coletivo e o cooperativismo.

Realizando os cursos, dedectando as melhores propriedades/proprietários que desejem aderir ao projeto neoendógeno, que será formalizado mediante a priorização dos produtores com frequência suficiente e demonstrem atitude.

Posteriormente, serão realizados os levantamentos técnicos (topografia, análise de solos, água, entre outros.) necessários à locação e ao dimensionamento dos açudes, dos sistemas produtivos integrados e as vocações dedectadas nas etapas anteriores. O foco da irrigação visa ao fomento das atividades produtivas, com eficiência e geração de renda para atendimento do mercado cliente.

São apresentadas, na tabela 23, as parcerias imprescindíveis ao projeto.

Tabela 23 – Parcerias imprescindíveis ao projeto piloto

<b>Nome do Parceiro</b>	<b>Tipo de Contribuição (financeira, técnica, Recursos Humanos ou outra)</b>
Governos Federal e Estadual	Financeira, a fundo perdido, para instalar e equipar a sede do projeto, implantar os açudes e pomares, etc. (seria o “empurrão inicial”)
Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Oeste	Apoio Institucional
Prefeitura Municipal de São Borja, RS	Apoio Institucional, recursos humanos e materiais (cessão dos operadores das máquinas e dos equipamentos necessários à recuperação de açudes e construção de tanques escavados, como retroescavadeira e caminhão, dentre outros)
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Apoio Institucional na difusão dos resultados do Projeto e na seleção e acompanhamento de produtores rural com o perfil necessário
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, RS – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (EMATER/ASCAR)	Assistência técnica aos novos entrantes para solicitação de recursos e implementação do sistema em suas propriedades
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	Assistência técnica aos novos entrantes para solicitação de recursos e implementação do sistema em suas propriedades.

Fonte: Elaboração do autor.

Os produtores rurais receberão suficiente assistência técnica com extensão rural em todas as atividades dos projetos integrados. Nas visitas técnicas, quando necessários, serão realizadas os dias de campo, dando preferência às propriedades cujas localizações facilite o encontro de um maior número de produtores, inclusive aqueles que não estejam comprometidos com os projetos neoendógenos integrados.

A viabilização financeira será advinda de parcerias com a colocação do projeto às entidades do Governo Federal- Ministério da Integração Nacional e Estadual- agências de fomento estadual, além de propostas a organismos internacionais de desenvolvimento regional e local. Busca-se a sustentação financeira externa até o quarto ano do projeto neoendógeno, ou quando as propriedades obtiverem renda bruta anual mínima de R\$ 27.000,00, o começo da sustentabilidade, referendada pela pesquisa dos perfis socioprodutivos em São Borja.

Os produtos obtidos durante os primeiros 4 anos de execução dos projetos integrados deverão ser comercializados in-natura e, preferencialmente, para merenda escolar do município, conforme a Lei Nº 11.947/2009<sup>19</sup>.

Posta a necessidade de adequação aos 30% de suprimento com produtos da agricultura familiar pela legislação federal, com informações da Emater-São Borja, em 2012, o percentual de suprimento não atinge 5%. Configurando, assim, uma oportunidade de mercado da agricultura familiar em São Borja para suprimento da merenda escolar.

Excetuando-se as atividades, como exemplo, a piscicultura e cunicultura, desde que sejam construídas conforme as normas ambientais e técnicas, as instalações de beneficiamento ou agroindústrias necessárias ao desenvolvimento rural.

Prevendo a integração, cita-se a minhocultura, que poderá ser utilizada para o uso na venda de iscas para aos Pesque e Pague e, na formação de húmus e

---

<sup>19</sup> Lei Nº 11.947/2009 – Determina a utilização de no mínimo 30 % dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e de empreendedor familiar rural, ou de suas organizações, priorizando aos assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas de acordo com o artigo 14. E alterada pela Resolução nº 25 que o limite de venda por DAP por ano passa para R\$ 20 mil. Disponível: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas//alimentacaoescolar>>, acesso: Maio 2013.

substratos necessários à adubação orgânica nas atividades de olericultura e fruticultura. Aproveitamento, também, do esterco de aves, suínos e gado leiteiro para o sistema integrado.

Outro exemplo é a fruticultura com a amoreira que disponibilizaria quebraventos, e os frutos seriam destinados à produção caseira de doces, cucas; ao mesmo tempo com aproveitamento de talos e folhas para a sustentação da nutrição animal.

Na pecuária de leite, ovinocultura, suinocultura e caprinocultura o uso intensivo do pastoreio rotativo com cerca elétrica. Evidenciando os manejos integrados por grupos de vocações familiares e empreendedorismo coletivo.

Quanto à geração de trabalho, os projetos integrados tenderão a fixar os jovens e famílias com renda suficiente para que, no final de 5 anos, as propriedades estejam auto-sustentáveis.

Colaborando, assim, o projeto para a redução do êxodo rural, capacitação para o trabalho rural e foco no mercado consumidor dos produtos rurais, com qualidade e escala mínima inicial, contribuindo para com o desenvolvimento local e regional.

A necessária pré-incubação, com empresas auto gerenciadas e, no mínimo, uma por categorias de atividades afins e fomento de universidades, instituto federal, com parceria da EMATER/ASCAR –RS, Prefeitura Municipal de São Borja, Governo Federal e Estadual.

Sendo necessário ressaltar que o learning-by-doing, durante quatro anos, é uma garantia a mais para a efetiva instrumentalização dos recursos técnicos e institucionais do projeto.

Prevê-se a diminuição dos impactos do êxodo rural, pela qualificação profissional com o trabalho próprio nas propriedades, aumentando a auto-estima e estímulo a oportunidades concretas profissionais, sociais, participativas e de comunidade.

O uso racional da água, a preservação ambiental e redução de insumos químicos ou uso da agricultura orgânica serão utilizados para a minimização dos impactos e emissões de CO<sub>2</sub> no planeta.

Visa, ainda, o projeto integrado multifoco neoendógeno, à minimização dos efeitos de estiagens e secas que, nesses sistemas integrados minimizam-se os efeitos maléficis no território de São Borja com a irrigação.

A presente proposta de projeto piloto multifoco de atividades produtivas neoendógeno, não visa entrar nos embates teóricos sobre o que é endógeno ou exógeno no desenvolvimento. Na proposta, são ambos se complementando. Portanto, apenas como exemplo, cito sendo endógeno os fatores do capital social a confiança e o trabalho coletivo necessários ao empreendimento. E, exógenos, o fomento financeiro externo e a assistência técnica ao empreendimento.

Apresentam-se, a seguir na tabela 24, os recursos, as especificações, a situação e ações necessárias/possibilidades deste projeto piloto neoendógeno.

Tabela 24 – Os recursos, as especificações, a situação e ações necessárias/possibilidades do projeto piloto neoendógeno em São Borja

<b>Recursos</b>	<b>Especificação</b>	<b>Situação</b>	<b>Ações Necessárias/ Possibilidades</b>
<b>Humanos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agricultura Familiar:</li> <li>- Grau de instrução do chefe da família:</li> <li>- Possibilidades de trabalho para jovens e mulheres:</li> <li>- Diversidades étnicas:</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 211 propriedades;</li> <li>- Baixa. 62,5% possuem até a 4ª série do fundamental;</li> <li>- Migração de 57,3%, em sua grande maioria jovens;</li> <li>- Mulheres trabalhando exclusivamente em tarefas caseiras;</li> <li>- Encontram-se o “pelo duro”, o afro descendente e o gringo (italiano, alemão ou polonês);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sensibilização, motivação e recrutamento;</li> <li>- Considerar esta situação no planejamento dos treinamentos de qualificação;</li> <li>- Treinamento, Capacitação e a finalidade de desenvolvimento;</li> <li>- Resgate do trabalho coletivo, que é histórico, e preferencialmente o empreendedorismo coletivo visando o cooperativismo;</li> <li>- Resgate de habilidades com relação à pesca, à fruticultura, a ovinocultura e inovação com outras atividades;</li> <li>- Destinar a cada um a atividade mais apropriada à sua etnia, costume, hábitos e saberes locais;</li> </ul>

<b>Recursos</b>	<b>Especificação</b>	<b>Situação</b>	<b>Ações Necessárias/ Possibilidades</b>
<b>Técnicos e Gerenciais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conhecimento técnico:</li> <li>- Conhecimento Gerencial:</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Há conhecimento da tradição. Porém não conhecimento de tecnificação;</li> <li>- Fraca habilidade gerencial;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Treinamento, capacitação e desenvolvimento com monitoramento necessários às técnicas a serem implementadas;</li> <li>- Treinamento, capacitação e desenvolvimento com monitoramento necessários às técnicas de gerenciamento a serem implementadas. Ênfase nos jovens e mulheres;</li> </ul>
<b>Recursos</b>	<b>Especificação</b>	<b>Situação</b>	<b>Ações Necessárias/ Possibilidades</b>
<b>Financeiros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A fundo perdido;</li> <li>- Disponibilidade de crédito;</li> <li>- Poupança interna;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recursos externos como o empurrão inicial na visão de Veiga (2001);</li> <li>- Linhas de crédito já existentes para a agricultura familiar, porém com o endividamento os proprietários não acessam apesar do baixo juro atual cobrado;</li> <li>- Quase inexistente;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade imperiosa para início do projeto neoendógeno até a estabilização da renda das propriedades;</li> <li>- Alavancagem financeira necessária após o ponto de equilíbrio econômico das propriedades;</li> <li>- Fomentar uma cultura de poupança;</li> </ul>
<b>Recursos</b>	<b>Especificação</b>	<b>Situação</b>	<b>Ações Necessárias/ Possibilidades</b>
<b>Operacionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Semoventes (Bovinos de leite, ovinos, suínos, aves, etc.);</li> <li>- Infraestrutura;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existem na região porém com baixo potencial genético, produtivo;</li> <li>- Fraca infraestrutura na</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomentar a melhoria genética com parceria de institutos de pesquisa governamentais e empresas privadas;</li> <li>- Necessita de</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Máquinas e Equipamentos;</li> <li>- Insumos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixa tecnificação plotada nas propriedades rurais da região investigada;</li> <li>- Fraca utilização de insumos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>região considerada;</li> <li>investimentos a longo prazo. Estímulo ao uso em parcerias e empreendedorismo coletivo. Linhas de crédito podem ser disponibilizadas aos produtores do projeto neoendógeno nos bancos;</li> <li>- Parcerias são necessárias. Inclusive o uso da patrulha agrícola municipal. E linhas de crédito podem ser disponibilizadas;</li> <li>- Incentivo a agricultura orgânica ou a minimização dos insumos químicos;</li> </ul>
<b>Recursos</b>	<b>Especificação</b>	<b>Situação</b>	<b>Ações Necessárias/ Possibilidades</b>
<b>Produtivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Terra:</li> <li>- Água:</li> <li>- Luz e Força</li> <li>- Produtos:</li> <li>- Processos:</li> <li>- Preservação ambiental:</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Somente proprietários;</li> <li>- Escassa em geral;</li> <li>- Luz há em 99% das propriedades. Força para irrigar pode ser limitante;</li> <li>- Baixa escala, fraca comercialização;</li> <li>- Fraca existência de organização e sincronia nos processos. Os processos tem baixo planejamento e monitoramento. Poucas propriedades têm exemplos positivos;</li> <li>- Fraca consciência e atuação para a preservação ambiental;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Certificar do título de propriedade;</li> <li>- Estudo técnico e se não houver açúde, realizar a construção ou reforma. É limitante ao projeto;</li> <li>- Estudo técnico necessário para as alternativas de irrigação;</li> <li>- Proposta de categorias produtivas nos sistema integrado neoendógeno;</li> <li>- Necessidade fortíssima na assessoria técnica e profissional. Descrever, organizar, redimensionar e novos procedimentos são fundamentais;</li> <li>- Necessidade de conscientização, sensibilização, treinamento e capacitação das pessoas. O envolvimento</li> </ul>

			da comunidade deve ser fomentado;
<b>Recursos</b>	<b>Especificação</b>	<b>Situação</b>	<b>Ações Necessárias/ Possibilidades</b>
<b>Institucionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assistência Técnica com Extensão Rural:</li> <li>- Instituições Ensino e Pesquisa:</li> <li>- Organismos Governamentais:</li> <li>- Organismos Governamentais Não</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plotada na pesquisa como um ponto fraco;</li> <li>- Fraca interações sistêmicas. Ações isoladas;</li> <li>- Baixas interações. Fraca coordenação política;</li> <li>- Fraca interações sistêmicas. Ações isoladas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomentar as parcerias e demonstrar a necessidade de incremento da assistência técnica com extensão rural efetiva para o sucesso do projeto neoendógeno;</li> <li>- Fomentar as parcerias e comprometimento institucional com o projeto neoendógeno;</li> <li>- Desafio fomentar ações coordenadas para o projeto neoendógeno;</li> <li>- Fomentar as parcerias e comprometimento institucional com o projeto neoendógeno;</li> </ul>
<b>Recursos</b>	<b>Especificação</b>	<b>Situação</b>	<b>Ações Necessárias/ Possibilidades</b>
<b>Mercadológicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compradores Internos;</li> <li>- Compradores Externos:</li> <li>- Hábitos de consumo e prospecção de oportunidades :</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plotada na pesquisa como um ponto fraco;</li> <li>- Necessidade de melhorias;</li> <li>- Inexistente;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ações de longo prazo. Parcerias fomentariam o projeto neoendógeno;</li> <li>- Fomentar as parcerias com o sistema "S" (Senar e Sebrae) para prospecção de mercados. Buscar as parcerias e comprometimento institucional com o projeto neoendógeno;</li> <li>- Desafio fomentar ações coordenadas para o projeto neoendógeno;</li> </ul>
<b>Recursos</b>	<b>Especificação</b>	<b>Situação</b>	<b>Ações Necessárias/ Possibilidades</b>

<b>Logísticos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Armazenagem, Estocagem:</li> <li>- Estradas internas, Transporte interno:</li> <li>- Transporte Externo:</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plotada na pesquisa como um ponto fraco;</li> <li>- Necessidade de melhorias;</li> <li>- Fraca produção e consequente, fraca comercialização externa;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ações de longo prazo. Parcerias fomentariam o projeto neoendógeno;</li> <li>- Fomentar as parcerias e comprometimento institucional com o projeto neoendógeno;</li> <li>- Desafio fomentar ações coordenadas para o projeto neoendógeno;</li> </ul>
<b>Recursos</b>	<b>Especificação</b>	<b>Situação</b>	<b>Ações Necessárias/ Possibilidades</b>
<b>Tecnológicos e Informativos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tecnologia:</li> <li>- Informação:</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plotada na pesquisa como um ponto fraco;</li> <li>- Necessidade de melhorias;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ações de longo prazo. Parcerias fomentariam o projeto neoendógeno;</li> <li>- Desafio fomentar ações institucionais coordenadas para o projeto neoendógeno;</li> </ul>

Fonte: Elaboração do autor.

#### Comentários gerais:

Os produtos propostos são: abóboda, alface, amendoim, amora, batata doce, bergamota, beterraba, bolacha, bolo, brócolis, cabritos, chás, chinchila, chuchu, coelho, compotas, cordeiro, couro de peixe, couve, couve-flor, cuca, descarte bovinos adultos, descarte suínos adultos, descarte terneiros, doces, ervas, ervilha, feijão, figo, filé de peixe, frango caipira, geléia, lã, laranja, leitão, leite, limão, mamão, mandioca, maracujá, mel, melado, melancia, melão, milho, milho verde, minhoca, moranga, morango, ovelha, ovos, pão, peixe, peles, pepino, pera, pêssego, queijo, rabanete, rapadura, repolho, rúcula, sorgo grão, suco de uva e tomate. Propõe-se nessa amostragem, 65 produtos, porém com 69 classificações de renda, divididas

em renda de curtíssimo prazo, renda de curto prazo, renda de médio prazo e renda de longo prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela 25, que relaciona categorias dos produtos com a renda em periodicidade.

Tabela 25- Classificação das atividades em proposição na relação da renda em periodicidade para a agricultura familiar no projeto piloto neoendógeno de São Borja

Classificação das Atividades/Renda em periodicidade <sup>20</sup>	Curtíssimo Prazo	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo	TOTAL
Agricultura	0	1	2	0	3
Apicultura	0	0	1	0	1
Avicultura	1	1	0	0	2
Bovinocultura de Leite	2	0	1	1	4
Caprinocultura	1	1	0	0	2
Cunicultura	0	1	2	0	3
Fruticultura	0	2	2	9	13
Minhocultura	1	0	0	0	1
Olericultura	2	13	6	1	22
Ovinocultura	0	1	3	0	4
Piscicultura	0	0	3	0	3
Suinocultura	0	1	0	1	2
Produtos Caseiros	8	0	1	0	9
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>12</b>	<b>69</b>

Fonte: Elaboração do autor pelo critério de especialista, adaptado Rosa (2011).

Com a finalidade de dar visibilidade à proposta, elaborou-se e constam os produtos para a agricultura familiar com a renda em periodicidade. A proposta não é excludente, produtos podem ser inseridos ou retirados, mas perpassa na proposta a preservação dos hábitos, costumes locais, étnicos e inserindo produtos novos com possibilidade de agregação de valor.

Os fatores fundamentais do projeto neoendógeno são a cultura não individualista, atitude das pessoas, as técnicas produtivas com sistemas integrados, com foco no mercado, fomento e incubação, a implementação, a produção e

<sup>20</sup> Em relação à renda em periodicidade, ou seja, o ciclo do produto agrícola tornar-se renda para os produtores, estabelecendo os critérios de: renda de curtíssimo prazo até três meses, renda de curto prazo mais de três meses a seis meses, renda de médio prazo de seis meses a um ano e renda de longo prazo acima de um ano.

comercialização com escala, atratividade de novos parceiros e produtores rurais visando à retomada do cooperativismo agrícola; aumentando o espiral virtuoso.

São propostos os produtos para a agricultura familiar, com a renda em periodicidade, em São Borja:

- **Renda de Curtíssimo Prazo:** alface, bolacha, bolo, compotas, cuca, doces, geléias, leite bovinos, leite caprinos, minhoca, ovos, pão, queijo, rapadura, rúcula;
- **Renda de Curto Prazo:** abóbora, beterraba, brócolis, cabrito, chuchu, coelho, cordeiro, couve, couve-flor, feijão, frango caipira, leitão, melancia, melão, milho verde, moranga, morango, rabanete, pepino, repolho, tomate;
- **Renda de Médio Prazo:** amendoim, batata doce, borrego, chás, chinchila, couro de peixe, descarte de carneiro, ervas, ervilha, filé de peixe, lã, mandioca, maracujá, mel, melado, milho, ovelha, peles de chinchila, peles de coelho, peixe, sorgo grão;
- **Renda de Longo Prazo:** amora, bergamota, chás, descarte de bovinos adultos, descarte de suínos adultos, figo, laranja, limão, mamão, pera, pêsego e suco de uva (SOUTO 2013 adaptado ROSA 2011).

Sendo enfatizada a necessidade de sustentabilidade do projeto neoendógeno e, para que esse desafio possa ser realizado, é vital que a renda rural seja planejada com rendas de curtíssimo prazo, curto prazo, médio prazo e longo prazo. Essas rendas, interagindo e se complementando com as características individuais das propriedades e do empreendedorismo coletivo dos participantes do projeto.

Justificativa do projeto piloto neoendógeno:

A proposta de projeto piloto neoendógeno sustenta-se na necessidade do público-alvo, a região das 248 propriedades, ser fomentado socialmente, institucional e economicamente com parcerias público-privadas. O individualismo cultural-histórico, a baixa produção e comercialização, fraca atitude individual e coletiva; colocam a região no que pode ser considerada como área remota de desenvolvimento. Dificultam a inserção desses produtores ao acesso à educação continuada, assistência técnica e extensão rural, políticas públicas municipais, estaduais e federais; que não têm efetiva interação e coordenação.

Portanto, a necessidade de se pensar e agir diferente. As soluções do passado no desenvolvimento exógeno, não vingam mais, e o desenvolvimento endógeno é iniciante na região considerada.

A proposta do projeto piloto neoendógena prevê preservar as atividades produtivas, inovar em outras atividades, a necessária incubação dessas com aprendizagem de conhecimentos técnicos e fomentar o capital social local. Gerando oportunidades para o gênero feminino, na atratividade para os jovens continuarem no meio rural, a preservação da cultura e etnias, o investimento em tecnologia e na irrigação.

Estes aspectos fundamentais para o empreendimento rural neoendógeno, sejam no social e no econômico, atendendo às demandas dos clientes locais-globais. As alternativas apresentadas preveem as análises de categorias e subcategorias de maneira multisetorial e transversal.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta dissertação, mestrado profissional em Gestão Estratégica das Organizações, visou estudar os fundamentos e possibilidades de desenvolvimento rural neoendógeno nas propriedades rurais do município de São Borja – RS.

Foram apresentadas pela análise histórica, realizada de acordo com a análises de conteúdo e de citações, os temas mais referenciados: falta de renda/falta de comercialização, cultura caudilhesca/coronelismo e o modelo individualista. Essa análise permite vincular a estrutura de poder vigente no território e a falta de renda, ao modelo individualista que transforma esses fatores na cultura individualista.

Historicamente o segmento das pequenas propriedades, a partir dos espanhóis, portugueses e brasileiros não foi prioridade dos governos e detentores do poder no passado, sendo sempre relegado a um tratamento pontual para a satisfação das necessidades do segmento em questão. Esse segmento rural estudado é fortemente influenciado pela cultura individualista, e essa cultura é condicionante negativa ao desenvolvimento rural, relatada essa característica também na análise do índice de capacidade humana e social de São Borja.

A pesquisa dos perfis socioproductivos das pequenas e médias propriedades rurais de São Borja, onde 248 propriedades foram investigadas, evidenciou os seguintes resultados: pequena proporção da população rural (10,6%), alta proporção de aposentadorias e auxílio doença (64,13 %), 67,3 % das propriedades em categorias denominadas em pobreza pela renda estimada, 62,5 % dos chefes de família com instrução (escolarização) insuficiente, fraca tecnificação e uso de insumos, baixa oferta de produtos para a comercialização, assistência técnica incipiente, fraco comportamento associativo e cooperativo, vulnerabilidade a secas e estiagens, 78 % das propriedades/proprietários com perfil individualista, sendo mais

agravante no estrato até 10 hectares com (90,54 %) dos proprietários neste perfil, reforçando negativamente o quadro, o êxodo rural constatado pelo número de “taperas”, ou seja moradias rurais abandonadas, e a involução do número de jovens matriculados nas escolas rurais do município.

A pesquisa da análise da influência da capacidade humana e social em São Borja plotou dados dos índices: confiança 0,39, liderança 0,33, empreendedorismo 0,36, escolarização-escolaridade 0,52. Analisando o total apurado no índice resultou 0,40 em relação a 1,0. Ou seja 40% é o índice de capacidade humana e social em São Borja demonstrando a insuficiência de performance, analisado este critério a partir da pesquisa de campo. A comunidade do território carece nos índices pesquisados, as melhorias necessárias para o desenvolvimento.

Postos os resultados, tem-se a conclusão de que os fundamentos do desenvolvimento neoendógeno, colocados no referencial teórico, empírico e as pesquisas de campo, não são satisfeitos no território de São Borja.

Destacando essa insatisfação nos fundamentos do desenvolvimento neoendógeno, propõem-se, na seção 3.6, um projeto piloto integrado multifoco de atividades produtivas no desenvolvimento neoendógeno, na região de São Borja. Constam, na proposta, as considerações iniciais de etapas, critérios, parcerias e clientes, fontes de investidores para a realização financeira, estrutura teórica, e possíveis ganhos. Formula-se uma tabela com os recursos fundamentais, suas especificações, a situação atual e ações necessárias/possibilidades. Os recursos analisados, na região da proposta, são os recursos humanos, recursos técnicos/gerenciais, recursos financeiros, recursos operacionais, recursos produtivos, recursos institucionais, recursos mercadológicos, recursos logísticos e recursos tecnológicos/informacionais. Propõem-se 65 produtos em 69 classificações de renda, divididas em renda de curtíssimo prazo, renda de curto prazo, renda de médio prazo e renda de longo prazo.

Conclui-se a proposta de que os fatores fundamentais do projeto neoendógeno são a cultura não individualista, atitude das pessoas, as técnicas produtivas com sistemas integrados, com foco no mercado, fomento e incubação, a implementação, a produção e comercialização com escala, atratividade de novos parceiros e produtores rurais visando à retomada do cooperativismo agrícola; aumentando o espiral virtuoso.

Enfatiza-se a necessidade de buscar a sustentabilidade do projeto neoendógeno e, para este desafio se realize, é fundamental que a renda rural seja planejada com rendas de curtíssimo prazo, curto prazo, médio prazo e longo prazo. Essas rendas, interagindo e se complementando com as características individuais das propriedades e do empreendedorismo coletivo dos participantes do projeto.

Sobre perspectivas para a região apresentam-se duas tendências de cenários: um futuro negativo ao segmento rural estudado, se mantidas as formas, modelos de produção atuais, e outro, um futuro com um processo de aprendizagem a longo prazo.

O cenário de futuro negativo baseia-se no contexto da cultura individualista no território e no segmento estudado. Reforçado pelas relações de poder/dominação que se refletem na baixa influência política e populacional do segmento, a qual não é prioridade nas políticas públicas da prefeitura municipal, historicamente, parcialmente na estadual e, maior na esfera federal, atualmente.

A falta de produção, comercialização coloca o segmento na fraca influência econômica. Acrescenta-se negativamente a desunião dos produtores pela fraca atuação associativista e cooperativista, além da incipiente assessoria técnica em extensão rural. Nesse cenário, visualiza-se diminuição ou fraca perpetuação das pequenas propriedades rurais pelos fatores de envelhecimento dos produtores rurais, as partilhas das propriedades e a baixa reposição de novos produtores para as pequenas propriedades.

Outro fator negativo, e decisivo, é a falta de renda que ocasiona baixa atratividade nos jovens rurais em continuar nas propriedades rurais, ocorrendo, então, mudanças destes, para a cidade ou outras regiões com mais oportunidades. Assim, a tendência é a concentração em grandes propriedades, pela venda da terra e, principalmente, nas grandes propriedades de empresas.

O segundo cenário futuro é um processo de aprendizagem com mudança de paradigma para o perfil não individualista: empreendedor individual, empreendedor coletivo, associativista e cooperativista; com início do fomento neoendógeno. Os atores atuando em comunidade, a prefeitura municipal fomentando com vontade política e maior dotação orçamentária além de recursos humanos para o segmento das pequenas propriedades rurais, a interação efetiva com os recursos institucionais (universidades, institutos federais, governos, organismos não governamentais) e o

fomento das parcerias com os produtores rurais, para produzirem a escala necessária com qualidade, atendendo às exigências sanitárias e preservação do meio ambiente. Atuando em parcerias num projeto neoendógeno.

A educação continuada, o empreendedorismo individual e coletivo, a revitalização do cooperativismo, a assistência técnica realmente com extensão rural, com projetos e ações, recursos financeiros inicialmente a fundo perdido e após a incubação necessária, este sistema se tornaria autofinanciado com a compra e contratos programados firmados com os produtores rurais, também o planejamento de logística de distribuição até os clientes. O necessário apoio do comércio e para a merenda escolar, adquirindo os produtos, os bancos refinanciando, os serviços e as agroindústrias, enfim, o processo neoendógeno se tornaria uma conquista de longo prazo. Necessita-se, nesse processo, de motivação das pessoas, lideranças comprometidas, atitude para implementar ações, persistência para a busca dos objetivos, além da qualidade de vida e visando à sustentabilidade do sistema com um todo.

Fica, também, a sugestão de ampliação das pesquisas no segmento das pequenas e médias propriedades, no território de São Borja e na região da metade sul do Rio Grande do Sul.

## REFERÊNCIAS

ABIPEME. **Classificação Socioeconômica**. Abipeme 2008. Disponível:<  
<http://www.viverbem.fmb.unesp.br/docs/classificacaobrasil.pdf> >, acesso: 26 jul.  
2011.

ABRAMOVAY,Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2ª Ed.  
São Paulo: HUCITEC,1998.

ALVES, Adilson Francelino. **Do Desenho à Implementação de Projetos de Desenvolvimento Rural Sustentável: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná)**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2008.

ANTUNES, Luciano Medici; RIES, Leandro Reneu. **Gerência Agropecuária**. 2ª Ed.  
Guaíba: Agropecuária,2001.

BAGUET, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.  
Florianópolis: PARAULA, 1997.

BAKOS, Margaret Marchiori. **RS: escravidão & abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 2ª Reinpressão, 1ª Ed.São Paulo: Edições 70, 2011.

BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma. **Desenvolvimento regional, democracia local e capital social**. Ijuí: Ed.Unijuí,2008.

BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

BECERRA, Alfredo T.; BRAVO, Xavier L. **Planificación en los espacios rurales españoles Aplicación del modelo neo-endógeno para um desarrollo sostenible em las comarcas de metodología LEADER**. Área de Proyectos de Ingeniería. Universidad de Almería – Espanha. Artigo da Revista UCM, Observatório Medioambiental, vol.12, p.49-75, ISSN 1139-1987. Disponível:<<http://revistas.ucm.es/index.php/OBMD/article/view/OBMD0909110049A>>. Acesso: 9 jul. 2013.

BIRKHÖLZER, Karl. **O Desenvolvimento Econômico Local e seu Potencial**. Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Economia Local na Universidade Técnica de Berlin. Seminário “Desenvolvimento Econômico Local”, organizado pela Rede de Associações de Eleitos Locais da Europa Sul. Bósnia Herzegovina, Brckoc, em 14 de abril de 2005. Disponível: <strateg.dev.loc\_karll.birk\_vp.pdf>. Acesso: out, 2011.

BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **IMPÉRIO**. Vol.2. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2006.

\_\_\_\_\_. **IMPÉRIO**. Vol.2. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. A Estrutura Agrária. Paulo Afonso Zarth, p.187 a 212. Passo Fundo: Méritos, 2006.

\_\_\_\_\_. **IMPÉRIO**. Vol.2. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Multiculturalismo e Fronteiras Étnicas Sílvio Marcus de Souza Correa, p.257 a 276. Méritos. Passo Fundo, 2006.

BREITENBACH, Raquel; BRANDÃO, Janaína Balk. **Alguns Condicionantes para o Desenvolvimento Rural: para além das políticas públicas**. V Encontro de Grupos de Pesquisa “Agricultura Desenvolvimento Regional e Transformação Socioespaciais, UFSM, 2009.

BRUXEL, Arnaldo. **Os Trinta Povos Guaranis**. Universidade de Caxias do Sul. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1978.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação: A ciência, a sociedade e a cultura emergente**. 25ª Ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

CASA FAMILIAR RURAL. Disponível:<  
http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=185>; acesso: 13 Dez. 2012.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 4ª Edição. Paz e Terra. 1999.

CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul: período Colonial**. 3ª Ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

COLUSSI, Eliane Lucia. IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História. ANPUH-RS. **Fontes Judiciais e suas Possibilidades nos Estudos de Poder Local: os crimes de São Borja**. Universidade de Passo Fundo. 2008. Disponível: http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212424780\_ARQUIVO\_resumoanpuhfontesjudiciais1.pdf , Acesso 28/01/2012.

COSTA, Alessandra. S. M. da; BARROS, Denise. F; MARTINS, Paulo E. M; **Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens**. RAE, ISSN 0034-7580. São Paulo, v.50, nº3. Jul/Set 2010. P.288-299.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Bookman, 2001.

CSCJ. **Escola Sagrado Coração de Jesus vê São Borja através de sua Janela 1932-1992**. São Borja: CSCJ, 1992.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento Regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?** 1ª Reimpressão. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

DREYS, Nicolau. **Notícia Descritiva da Província do Rio Grande do Sul de São Pedro do Sul**. 4ª Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

FIGUEIREDO, Adma de. Fora de Ritmo: educação ainda é um obstáculo no meio rural. **Zero Hora**. Suplemento Campo e Lavoura, jornalista Nestor Tipa Júnior. Porto Alegre, 20 Out. 2012.

FOLHA DE SÃO BORJA. **Encarte Especial Cotrisal**. Departamento técnico nasceu com a Cotrisal em 1956 e foi ampliado a partir de 1965. São Borja: Folha de São Borja, 11 abr. 1981.

FLÔRES, João Rodolpho Amaral. **A Vila de “São Francisco de Borja das Missões” (1834-1887): elementos da história e de geopolítica na formação dos limites meridionais do Brasil**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2012.

FLORES, Moacyr. **A Revolução Farroupilha: síntese riograndense**. 4ª Ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

FREITAS, Décio. **Missões: crônicas de um genocídio**. 3ª Ed. Porto Alegre: Movimento, 1998.

FREITAS, Osório Tuyuty de Oliveira. **A Invasão de São Borja**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

FROEHLICH, José Marcos; DIESEL, Vivien (Organizadores). **Desenvolvimento Rural: tendências e debates contemporâneos**. Artigo: Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Endógeno. Sergio Schneider. Pág. 15 a 63. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GAY, João Pedro. **Invasão Paraguaia na Fronteira Brasileira do Uruguai**, pelo Cônego Gay; Comentada e editada pelo Major Sousa Docca. Instituto Estadual do Livro, Escola Superior de Teologia São Lourenço dos Brindes. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.

GIMENEZ, Fernando A. P.; TÓFFOLO, Kátia da Silva. In: SOUZA, Eda Castro Lucas de; GUIMARÃES, Tomás de Aquino (Org.). **Empreendedorismo além do Plano de Negócio**. Artigo denominado Empreendedorismo Feminino Rural: Jane Calamidade ou Scarlett O'hara?, p. 89 -111. São Paulo: Atlas, 2005.

GONZAGA, Sergio S.; SANTOS, Jorge Luiz S. dos. **Boas Práticas Agropecuárias: um novo olhar sobre a competitividade da pecuária gaúcha**. In: Ezequiel Rodrigues

do Valle. Controle de qualidade na propriedade rural e acesso a mercados diferenciados. Pág.11-13. FEDERACITE XVIII. Bagé: Embrapa Pecuária Sul, 2010.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4ª Ed. São Paulo:Atlas, 1994.

IBGE. **Censo Agropecuário**. São Borja código 431800. Brasília: IBGE, 2006. Acesso: Set, 2011.

\_\_\_\_\_. **Censo Populacional**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=431800> >Acesso: Mai. 2012.

\_\_\_\_\_. **IBGE SIDRA**. IBGE (2012).

Disponível:<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=2986&z=cd&o=16&i=p>>, Acesso: 22 de Outubro 2012.

IPEA. **Livro Radar**. Renda 2003. Disponível:<<http://www.ipea.gov.br/destaques/livroradar/03.renda.pdf>>. Acesso: 02 Out. 2012.

HERTER, Pedro Luiz. **Certificações: solução para um futuro de sucesso**. Artigo publicado do livro: Sustentabilidade como Fator de Competitividade em Sistemas Agropecuários. Pág. 76 a 79. Federacite XIX, 2011.

JULIEN, Pierre-André. **Empreendedorismo Regional e a Economia de Conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010.

KHANNA, Tarum. **Bilhões de Empreendedores: como a China e a Índia estão mudando o seu futuro (e o de todos)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

LAGEOLAM. **Atlas Geoambiental de São Borja**. Universidade Federal de Santa Maria, Laboratório de Geologia Ambiental, Prefeitura Municipal de São Borja. Santa Maria: UFSM, 2007.

LANGER, Protásio Paulo. **Os Guarani-missioneiros e o Colonialismo Luso no Brasil Meridional**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2005.

LAYTANO, Dante de. **Origem da Propriedade Rural**. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. Martins Livreiro – Editor. Porto Alegre, 1983.

MARCH, James G. **Como as Decisões Realmente Acontecem: princípios da tomada de decisões nas organizações**. 1º Ed. São Paulo: Leopardo, 2010.

MAURER, Rodrigo Ferreira. **Das Necessidades as Intrigas: O Caso de San Borja frente os Processos Políticos-Sociais dos anos de 1750 a 1759**. ANPUHRS, X Encontro Estadual de História. Julho/2010. Santa Maria – RS.

MEIRELES, Magali Rezende G.; CENDÓN, Beatriz Valadares. **Aplicação Prática dos Processos de Análise de Conteúdo e de Análise de Citações em Artigos Relacionados às Redes Neurais Artificiais**. DOI:10.5433/1981-8920.2010v15n2p77. Inf.Inf., Londrina, v.15, nº2, p.77-93, jul./dez.2010.

MDA/DESER. **Relatório Final do Seminário Nacional de ATER**. Disponível:<  
<http://www.deser.org.br/publicacoes/Sistematiza%C3%A7%C3%A3o%20final.pdf>>,  
acesso:10 abr. 2013. Brasília, 2008.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

O'DONNELL, Fernando O. M. **Notícias dos Combates: de capão do Mandiju e Estância dos Figueiredos**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editores, 1985.

OLIVEIRA, José Roberto de. **Pedido de Perdão ao Triunfo da Humanidade: a importância dos 160 anos das missões jesuítico-guarani**. 2ª Ed. Porto Alegre. Martins Livreiro-Editora, 2011a.

OLIVEIRA, José Roberto de. **Análise da Influência da Capacidade Humana e Social no Desenvolvimento Local: os casos de Caxias do Sul, Feliz e São Nicolau no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento. UNIJUÍ, 2011b.

PADILHA, Paulo Roberto Paim; TRENTIN, Iran Carlos Lovis. **Reconstituição Sócio-Econômica da Região das Missões/RS**. Ano [?]. Disponível:<<http://www.sober.org.br/palestra/12/10o461.pdf>>, Acesso: Nov,2012.

PEREIRA, Ferdinand C. **O que é empoderamento (Empowerment)**. Sapiência, Informativo Científico da FAPEPI,nº 8 Ano III, ISSN 18090915. Jun.2006. Disponível: <<http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia8/artigos1.php>>. Acesso: 20. Mar. 2013.

PORTO. Rogério Ortiz. **Água: fonte de alimento**. XV Livro da Federacite. Artigo publicado no livro: Programa de Irrigação, Por quê? Pág.109-140. Porto Alegre: Federacite, 2007.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. 3ª Ed. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2002.

PROCERGS. **Informações Gerenciais – Alunado, Turmas e Escolas**. 35ª Coordenadoria de Educação, São Borja-RS. Disponibilizado: <http://www.webgen.procergs.com.br/cgi-bin/cgigen.exe>. Ago,2012.

REA, L. M.; PARKER, R. A. **Metodologia da Pesquisa: do planejamento à execução**. São Paulo:Pioneira, 2000.

REVISTA INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO E ETHOGRAPHICO DO BRASIL. Volume XXVI. Artigos do João Pedro Gay Cônego de São Borja. Rio de Janeiro, 1863.

RILLO, Aparício Silva. **São Borja em perguntas e respostas: monografia histórica e de costumes**. São Borja: Coleção Tricentenário N°2, 1982.

RIO GRANDE DO SUL. **Censos Escolares Anos 2000, 2005 e 2010**. 35ª Coordenadoria de Educação, São Borja-RS. Disponibilizado: Ago,2012.

RODRIGUES, Cláudio Oraindi. **São Borja e sua História**. São Borja: Coleção Tricentenário N<sup>o</sup>1, 1982.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio do Curso de Administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo. Atlas, 2010.

ROSA, Joal de Azambuja. **Referências para o Planejamento Estratégico da Agropecuária do Rio Grande do Sul**. Artigo publicado no livro: Sustentabilidade como Fator de Competitividade em Sistemas Agropecuários. Pág. 15-50. Porto Alegre: Federacite XIX, 2011.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. 4<sup>a</sup> Edição. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2002.

SEBRAE. **Publicação Sebrae**. Como elaborar uma pesquisa de mercado. Isabela Motta Gomes. Tabela determinante do tamanho da amostra, p.10. : Sebrae, 2005. Disponível: <02-como\_elaborar\_P\_M.pdf>. Acesso: Nov. 2011.

SEGATTI, S.; HSPANHOL, A. N. **Alternativas para a Geração de Renda em Pequenas Propriedades Rurais**. Artigo publicado no 4<sup>o</sup> Encontro Nacional para a Geração de Renda em Pequenas Propriedades Rurais. Disponível:<Altern.GeraçãoRenda.pdf>, Acesso: Maio, 2012.

SEMPÉ, Moarcí Matheus. **São Francisco de Borja o Primeiro dos Sete Povos**. 2<sup>a</sup> Ed. Santa Maria. Artigo do Livro sobre Padre Francisco Garcia de Prada o Fundador. Páginas 51 a 66. 1982.

SEN, Amartya. A miséria precisa ter a causa atacada. **Zero Hora**, Suplemento Economia, entrevista aos jornalistas Luiz Antônio Araujo e Maria Isabel Hammes. Pág.20, 23 abr. 2012.

2<sup>o</sup> SEMINÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Case: Cooperjeito Caseiro, São Francisco de Assis**. Organizadores: Prefeitura Municipal de São Borja, Emater-São Borja. Palestrante: Antônio Erico Viero Bem. São Borja, 27 Jul. 2012.

SILVA, Cassandra R. O. e. **Metodologia e Organização do Projeto de Pesquisa: guia prático**. Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará. Disponível: <<http://www.ufop.br/demet/metodologia.pdf>>. Acesso: 15 Mar. 2013. Fortaleza: CEFET, 2004.

SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. **As Missões Orientais e seus Antigos Domínios**. Porto Alegre: ERUS, 1979.

SOARES, André Luís Ramos; KLAMT, Sérgio Celio. **Antecedentes Indígenas: Pré-história Compacta do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Martins Livreiro-Editor, 2005.

SOUTO, A.J.P. **O Povoado de São Francisco de Borja de 1801 à 1834: formação luso-brasileira, invasões e fatores étnicos-políticos-culturais**. Seminário 330 anos da História de São Borja. São Borja: 17 ago. 2012.

TEIXEIRA, Iberê Athayde. **1933: A Invasão de São Tomé**. Porto Alegre: Corag, 2011.

TIETBÖHL, Gilmar. Fora de Ritmo: educação ainda é um obstáculo no meio rural. **Zero Hora**. Suplemento Campo e Lavoura, jornalista Nestor Tipa Júnior. Porto Alegre, 20 Out. 2012

TORRONTEGUY, Teófilo Otoni Vasconcelos. **As Origens da Pobreza no RS**. Instituto Estadual do Livro. Porto Alegre, 1994.

TUSI DA SILVEIRA et. al. **Projeto Agricultura Familiar Integrada**. Petrobrás Desenvolvimento & Cidadania. URI Santiago/RS. Santiago: 2012.

\_\_\_\_\_. **2º Lugar no Prêmio Nacional de Desenvolvimento Regional 2010:** homenagem a Celso Furtado. Ministério da Integração Nacional. Relatório Técnico. 2º Lugar Título: Integração da piscicultura com a fruticultura fertirrigada em pequenas propriedades rurais do Vale do Jaguari (RS). URI –Santiago/RS. Pág. 58-67. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL:Brasília, 2010.

VENTURINI, Sérgio. **Índios nas Missões: Antes, Durante e Depois dos Jesuítas**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas**. 9ª Ed.São Paulo: Atlas, 2010.

WAGNER III, John A., HOLLENBECK, John R. **Comportamento Organizacional: criando vantagem competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2002.

WAQUIL, Paulo D.;MATTOS, Ely José de. **Pobreza Rural e Urbana no Rio Grande do Sul: uma análise além da renda**. Artigo integrante do projeto “Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Pobreza-Rural no Rio Grande do Sul”. FAPERGS, 2002. Disponível: <Pobreza e Renda 22\_WAQUIL.PDF>, Acesso: Julho, 2011.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

ZONTA, Volnei (Org.); Et Al. **Pedagogia da Alternância e Extensão Rural**. Ciências Agrárias Nº1. Frederico Westphalen: URI, 2012.

ZUIN, Luís Fernando Soares; QUEIROZ, Timóteo Ramos. **Agronegócios: gestão e inovação**. São Paulo: Saraiva, 2006.

#### BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico:** Explicitação das Normas da ABNT. 16º Ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2012.

MARQUES, Pedro Rocha. **Avaliação da Competitividade dos Sistemas de Produção de Bovinos de Corte da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado. Autor: Pedro Rocha Marques. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Programa de Pós-graduação em Agronegócios. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

ROCHA, Francisco Eduardo de Castro Et Al. ***Aplicação da Análise de Conteúdo na Perspectiva de Bardin em uma Aproximação Avaliativa do Pronaf-PB.*** Francisco Eduardo de Castro Rocha ...[et al]. Boletim de pesquisa e desenvolvimento/ Embrapa Cerrados, ISSN 1676-918x;201. Planaltina,DF:Embrapa Cerrados,2008.

APÊNDICE A – Formulário da pesquisa dos perfis socioprodutivos das pequenas e médias propriedades rurais no Município de São Borja – RS

## 1) DADOS DA PROPRIEDADE

Família e Trabalhadores		Coloque números				
Número de pessoas da família		827				
Número de pessoas com carteira assinada que trabalham na propriedade rural		11				
Número de trabalhadores eventuais ao ano		85				
		Marque com "X"		SIM	Não	
A família utiliza aposentadoria para complemento de renda?		114 + 36 saúde		134		
Há fornecimento de mão-de-obra da família para terceiros?		57;23,2%		189; 76,8%		
Houve migração (saída) de jovens da propriedade rural?		142				
A propriedade é fruto de sucessão familiar?		155;62,5%		90;37,5%		
Agricultura Familiar		SIM		Não		
Pertence a propriedade na agricultura familiar?		211; 85,1%		37;14,9%		
O produtor têm a (DAP) Declaração de Aptidão ao Pronaf		84;34,3%		163; 65,7%		
Energia Elétrica		Marque com "X"		SIM	Não	
A sua propriedade têm Energia Elétrica		247;99,6%		1;0,4%		
Água "X"	Marque com "X"	Ruim	Regular	Boa	Ótima	
Como classifica na sua propriedade a água de consumo humano quanto à qualidade?		13;5,2%	40;16,1%	158; 63,7%	37;14,9%	
		Não Tem	Escassa	Regular	Boa	Ótima
Como classifica a quantidade de água na sua propriedade para suprir a criação (animais)?		103;41,5%	103;41,5%	35;14,1%	68;27,4%	16;8,5%
A sua propriedade dispõe de água suficiente em quantidade para irrigação de lavouras?		152;61,3%	38;15,3%	22;8,9%	32;12,9%	4;1,6%
Sua água é comunitária?		SIM	168;67,7%	Não	80;32,3%	

## 2) CLASSIFICAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA – Propriedade Rural

Renda Estimada pela Classificação Sócio Econômica Brasil			
Categoria n° 1, "E">R\$276,70"	17	6,9%	6,9%
Categoria n° 2, "D">R\$484,97"	33	13,3%	13,3%
Categoria n° 3, "C2">R\$726,26"	59	23,8%	23,8%
Categoria n° 4, "C1">R\$1194,53"	58	23,4%	23,4%
Categoria n° 5, "B2">R\$2012,67"	45	18,1%	18,1%
Categoria n° 6, "B1">R\$3479,36"	21	8,5%	8,5%
Categoria n° 7, "A2">R\$6563,73"	7	2,8%	2,8%
Categoria n° 8, "A1">R\$9733,47"	8	3,2%	3,2%
<b>Total</b>	<b>248</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Grau de Instrução do Chefe da Família			
Categoria n° 1, Analfabeto até 3ª Série Fundamental	71	28,6%	28,6%
Categoria n° 2, 4ª Série Fundamental	84	33,9%	33,9%
Categoria n° 3, Fundamental Completo	60	24,2%	24,2%
Categoria n° 4, Médio Completo	22	8,9%	8,9%
Categoria n° 5, Superior Completo	11	4,4%	4,4%
<b>Total</b>	<b>248</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

## 3) LOCALIZAÇÃO DA PROPRIEDADE (distrito)

## 4) ÁREA

	Coloque em hectares
Área TOTAL das Propriedades	5.930,87
Área Própria	4.266,07
Área ARRENDADA	1.361,00
Área em PARCERIA	72,50
Área em CONDOMÍNIO	231,30

## 5) CULTURAS AGRÍCOLAS – (Preencher apenas com o que a propriedade realiza)

Cultura de Arroz – Área TOTAL	150,50 qq	Média Produtividade	168,20	SC/ quadra
Cultura de Milho Grão– Área TOTAL	308,65 ha	Média Produtividade	22,14	SC/ ha
Cultura Milho – Espiga		37 propriedades; 14,9%		
Cultura Milho – Uso na criação		75 propriedades; 51,4%		
Cultura de Soja – Área TOTAL	601 ha	Média Produtividade	18,59	SC/ ha
Cultura de Sorgo – Área TOTAL	68,5 ha	Média Produtividade	5,2	SC/ ha
Cultura de Trigo – Área TOTAL	437 ha	Média Produtividade	25,50	SC/ ha

Outras:

## 6) A(s) CULTURA(S) AGRÍCOLA(S) DA PROPRIEDADE –

Responda marcando “X”	Artesanal	Defasada	Funcional	Avançada							
Uso da Tecnologia na lavoura é	45;18,2%	17;6,9%	58;23,4%	2;0,8%							
Responda marcando “X”	Monocultura	Rotação de culturas	Consórcio de culturas	Plantio + animais							
Manejo da Terra	32;12,9%	30;12,1”%	10;4%	71;28,6%							
Responda marcando “X”	Baixo	Regular	Bom	Ótimo							
Uso de insumos é	60;24,2%	33;13,3%	20;8,1%	2;0,8%							
Responda marcando “X”	Baixo	Médi o	Alto								
Para aumento de produtividade na sua propriedade esta exige investimentos que consideras ...	1;0,9 %	31;2 7,2%	82;71, 9%								
Sua condição de investimento é	96;84 ,2%	17;1 4,9%	1;0,9 %								
Responda marcando “X”	SIM		NÃO								
Faz análise de solo periodicamente na propriedade?	31; 12,5%		81; 32,7%								
Faz o acompanhamento dos custos de produção?	21;8,5%		91;36, 7%								
Faz o monitoramento dos preços de Venda?	21;8,5%		91;36, 7%								
Faz o acompanhamento da melhor época de comercialização de Venda?	13;5,2%		99;39, 9%								
Faz reduções de custos sem perder qualidade e produtividade?	8;3,2%		103;4 1,5%								
Marque apenas com “X”	insatisfeito	Pouco insatisfeito	Indiferente	satisfeito	Muito satisfeito						
Qual seu grau de satisfação em relação à comercialização da produção?	21;8,5%	10;4%	6;2,4%	7;2,8%	1;0,4%						
Tens assistência técnica? Sim	28;11,3%	Não	100; 40,3%								
Quem orienta? Empresa privada	9,	Emater	7,	Coptec	5,	Agrônomo	4,	Prefeitura	3,	técnico agrícola	1
Frequência de orientação? Mensal	4,	por chamado	4,	bimestral	2,	quinzenal	2,	quadrimestral	1,	permanente	1
Qualidade da Orientação? Baixa	4,	Regular	3,	Boa	7,	Ótima	2				

## 7) MAQUINÁRIO DAS CULTURAS AGRÍCOLAS. Utiliza? Marque com “X”

Próprios 47;19% Alugados 28;11,3% Em Parcerias 29; 11,7% Não Tem 60;24,2%

Se utiliza a patrulha a agrícola	SIM	69;27,8%	Não	94; 37,9%
----------------------------------	-----	----------	-----	-----------

COM RELAÇÃO AOS MAQUINÁRIOS AGRÍCOLAS PRÓPRIOS, CONSIDERA: Marque a opção única com “X”.

	Artesanal	Defasada	Funcional	Avançada
A Tecnologia dos Maquinários é	3;1,2%	19;7,7%	23;9,3%	2;0,8%
	Baixa	Regular	Boa	Ótima
A Qualidade nos maquinários é	6;2,4%	21;8,5%	19; 7,7%	1;0,4%

## 8) COMO CUSTEIA AS CULTURAS AGRÍCOLAS: Marque com um “X” e escreva.

Recursos Próprios	120;48,4%	Outras Empresas	13; 5,2%	Bancos	5; 2%	Próprios e Bancos	11,4,4%
Qual banco?	Banco do Brasil	9	Banrisul	5	Sicredi	5	

## 9) CULTURAS DE SUBSISTÊNCIA - (Preencher apenas com o que a propriedade realiza). Marque com um “X” no quadro para SIM.

Cultura da Cana-de-açúcar 119;48%	Cultura da Batata Doce 175;70,6%	Cultura da Mandioca 220; 88,7%			
Cultura da Melão 188; 75%	Cultura da Melancia 191, 77%	Cultura da Moranga /Abóboda 204; 82,3%			
Na sua principal cultura de subsistência ? Escreva: Mandioca Observações: 4 propriedades perderam total a produção com a seca					
Responda marcando "X"		SIM	NÃO		
Tens assistência Técnica?		19; 7,7%	201; 81,1%		
Caso tenha respondido SIM responda abaixo as questões:					
Marque com "X" a resposta	Técnico Agrícola	Agrônomo	Emater	Coptec	
Quem fornece assistência?	2;0,8%	1; 0,4%	7; 2,8%	9;3,6%	
	Semanal	Mensal	Trimestral	Semestral	
A freqüência de assistência é	1,0,4%	8;3,2%	5,2%	5,2%	
	Baixa	Regular	Boa	Ótima	
A Qualidade da assistência é	2; 0,8%	9; 3,6%	6; 2,4%	1; 0,4%	
Comercialização da cultura de subsistência a principal					
Responda marcando "X"		SIM	NÃO		
Comercializa a produção?		60; 24,2%	160; 64,5%		
Caso Sim, Responda	Direto ao Consumidor	Atacadista da Região	Supermercado da Região	Outras	
Onde Comercializa?	53; 21,4%	1; 0,4%	1;0,4%	10; 4%	
Outras? Feiras, minimercados, churrascaria, e		merenda escolar			
Responda marcando "X"		SIM	NÃO		
Se existe facilidade na Comercialização?		44; 17,7%	15;6,1%		
Marque apenas com "X"	insatisfeito	Pouco insatisfeito	Indiferente	satisfeito	Muito satisfeito
Qual seu grau de satisfação em relação à comercialização da produção?	1;0,4%	15;6,%	4;1,6%	35;14,1%	4;1,6%
10) HORTALIÇAS; Marque com um "X" caso sim e descreva as hortaliças.					
Sim Produz: 206; 83,1% Cite quais? Alface 195,16,8% repolho 142; 12,2%, cenoura 130; 11,2%, beterraba 114; 9,8%					
Responda marcando "X"		Baixa	Média	Alta	
O uso de Tecnologias para produzir as hortaliças na propriedade é?		162;65,3%	47;19%	2;0,8%	
Faz compostagem?		SIM 57;23%	NÃO 154;62,1%		
Se utiliza adubação química?		SIM 13,5,2%	NÃO 198;79,8%		
Se utiliza adubação orgânica?		SIM 210;84,7%	NÃO 1;0,4%		
Comercializa a produção?		SIM 53;21,4%	NÃO 158;63,7%		
Caso Sim, Responda	Direto ao Consumidor	Outras			
Onde Comercializa?	50;20,2%	20;8%			
Outras? Feiras, minimercado, mercado público					
Responda marcando "X"		SIM	NÃO		
Se existe facilidade na Comercialização?		40;16,1%	11;4,4%		
Marque apenas com "X"	insatisfeito	Pouco insatisfeito	Indiferente	satisfeito	Muito satisfeito
Qual seu grau de satisfação em relação à comercialização da produção?	2;0,8%	17;6,9%	2;0,8%	31;12,5%	1;0,4%

11) PASTAGEM: Preencher com as áreas em hectares correspondentes se houverem. E descreva as que são realizadas.

Pastagem Nativa	2.622,25	ha
Pastagem de Inverno	622,25	ha
Quais? azevém 127; 51,4%, aveia preta 116; 47%		
Pastagem de Verão	375,50	ha
Quais? aveia de verão 39; 25,8%, milho 30; 19,9%, sorgo 22;14,6%		
Pastagem de Perene	423,60	ha
Quais? braquiária 78; 49,4%, tifton 34;21,5%, cana de açúcar 8; 5,1%		

12) Animais de Grande Porte: Preencher os números que houver (animais); assinalar com "X" as modalidades de consumo próprio e comercializações que são realizadas por número de animais ano.

Bovinos: TOTAL de Animais 3.262 cab. Consumo Próprio (sim) 103; 41,5%	Comercialização dos bovinos anual: Número de animais Adultos 386 cab. Jovens 411 cab.
Bubalinos: TOTAL de Animais 1 cab. (Búfalos) Consumo Próprio (sim)	Comercialização dos bubalinos anual: Número de animais
Equinos: TOTAL de Animais 172 cab.	Comercialização dos equinos: Número de animais Adultos 6 cab.

## Onde comercializa?

	Direto ao Produtor	Via Intermediários	Por Marchante	Casa de Carne/Mini-mercados	Frigoríficos da Região	Frigoríficos de Outras Regiões
Bovinos	50;20,2%	28;11,3%	6;2,4%	5;2%	2;0,8%	0;0,0%
Bubalinos				1;0,4%		
Marque apenas com "X"		insatisfeito	Pouco insatisfeito	Indiferente	satisfeito	Muito satisfeito
Qual seu grau de satisfação em relação à comercialização da produção?		0;0,0%	28;11,3%	8;3,2%	35;14,1%	2;0,8%

## Como custeia os animais de grande porte. Marque um "X".

Recursos Próprios 97;39,1%	Bancos 1;0,4%	Próprios e Bancos 7;2,8%
Qual banco? Banco do Brasil 6	Banrisul 1	Sicredi 1

## Como realiza a sanidade animal (controle sanitário).

	Resposta SIM ou Não	SIM	NÃO
Existe um calendário sanitário pré-estabelecido?		15;6,1%	87;35,1%
São feitas vacinações para as principais doenças endêmicas na região?		102;41,1%	0;0,0%
Os animais recebem tratamento para endo e ecto-parasitas periodicamente?		101;40,7%	1;0,4%
Existe um manejo sanitário diferenciado por categoria animal (idade) ?		27;10,9%	75;30,2%

## TAMBO DE LEITE Preencha com números, assinale "X" e números.

Quantidade de Animais 1.565 cab.	Produção Total de Leite Diária 5.011 litros
Raças que Predominam:	
Holandês	Número de animais 705
Jersey	Número de animais 156
Pardo Suíço	Número de animais 1
Cruzas	Número de animais 636

Outras? 67

## Como realiza a sanidade animal (controle sanitário), no TAMBO DE LEITE.

	Resposta marcando "X"	SIM	NÃO
Existe um calendário sanitário pré-estabelecido?		28;11,3%	73;29,4%
São feitas vacinações para as principais doenças endêmicas na região?		99;39,9%	3;1,2%
Os animais recebem tratamento para endo e ecto-parasitas periodicamente?		99;39,9%	3;1,2%
Existe um manejo sanitário diferenciado por categoria animal (idade) ?		44;17,7%	58;23,4%

## Assistência Técnica ao Tambo de Leite

	Resposta marcando "X"	SIM	NÃO
Um profissional (Med.Vet, Zoot, Agron) visita a propriedade periodicamente?		13;5,2%	87;35,1%
A Emater assessora SIM 15; 6,1% ou Coptec, assessora SIM 26;10,5%		-	-
Existe prestação de serviços pontuais? (toque, andrológico, pastagens..)		29;11,7%	71;28,6%
Você prioriza a assistência técnica no momento da compra de insumos?		11;4,4%	89;35,9%

## Realiza suplementação dos animais do TAMBO DE LEITE?

	Resposta marcando "X"	SIM	NÃO
Suplementa o tambo de leite?		81;32,7%	19;7,7%
Caso SIM continue respondendo		SIM	NÃO
Suplementa com resíduos de lavoura?		74;29,8%	9; 3,6%
Suplementa com ração industrial?		50;20,2%	32;12,9%
Utiliza feno como complemento alimentar?		7;2,8%	75;30,2%
Utiliza silagem como complemento alimentar ?		16;6,5%	66;26,6%

## Modalidade de comercialização no TAMBO DE LEITE. Marque com um "X".

Venda empresa privada (integração) 37; 14,9%
Venda à cooperativa 4; 1,6% *OBS: Cooperativas fora do município
Venda direta ao consumidor 44; 17,7%

## Recebimento de comercialização no TAMBO DE LEITE. Marque com um "X".

Diário 27;10,9%	Semanal 15;6,1%	Quinzenal 16;6,5%	Mensal 30;12,1%		
Marque apenas com "X"	insatisfeito	Pouco insatisfeito	Indiferente	satisfeito	Muito satisfeito
Qual seu grau de satisfação em relação à comercialização da produção?	8;3,2%	17;6,9%	9;3,6%	30;12,1%	3;1,2%

Utiliza maquinários no TAMBO DE LEITE?

Próprios 31;12,5%	Alugados 0	Em Parcerias 3;1,2%	Não Tem 50;20,2%
-------------------	------------	---------------------	------------------

Se a resposta for Próprios, Ainda Marque as opções com "X" abaixo.

Marque uma resposta	Artesanal	Defasada	Funcional	Avançada
A Tecnologia dos Maquinários é	1;0,4%	2;0,8%	18;7,3%	11;4,4%
	Baixa	Regular	Boa	Otima
A Qualidade nos maquinários é	2;0,8%	2;0,8%	19;7,7%	9;3,6%

Como custeia o tambo de leite

Recursos Próprios 81;32,7%	Bancos 1;0,4%	Próprios e Bancos 11;4,4%
Qual banco?	Banco do Brasil 8	Sicredi 2

OBS: 7 propriedades abandonaram a atividade do tambo.

13) Animais de Pequeno Porte: Preencher os números que houver (animais); assinalar com "X" as modalidades de consumo próprio e comercializações que são realizadas número de animais ano

Ovinos: TOTAL de Animais 1.793 cab.	Comercialização dos ovinos anual:
Consumo Próprio (sim) 74;29,8%	Número de animais Adultos 144 Jovens 184
Suínos: TOTAL de Animais 708 cab.	Comercialização dos Suínos anual:
Consumo Próprio (sim) 121; 48,8%	Número de animais Adultos 39 cab. Jovens 40

Qual o animal de PEQUENO PORTE que gera MAIOR RENDA na Propriedade?

Escreva: Suínos 27; 52,9%
---------------------------

(continuação) Onde comercializa os ANIMAIS de PEQUENO PORTE?

	Direto ao Produtor/	Via Intermediários	Marchante	Casa de Carne/Mini-mercados	Frigoríficos da Região	Consumidor
Ovinos	18;7,3%	4;1,6%	0;0,0%	1;0,4%	0;0,0%	15;6,1%
Suínos	14;5,7%	1;0,4%	0;0,0%	0;0,0%	0;0,0%	20;8,1%
Outras?						
Marque apenas com "X"	insatisfeito	Pouco insatisfeito	Indiferente	satisfeito	Muito satisfeito	
Qual seu grau de satisfação em relação à comercialização da produção?	0;0,0%	8;3,2%	7;2,8%	30;12,1%	2;0,8%	

Como custeia os animais de PEQUENO PORTE. Marque um "X".

Recursos Próprios 96; 49,5%	Bancos 1;0,4%	Próprios e Bancos
Qual banco? Banco do Brasil		

Como realiza a sanidade animal (controle sanitário) nos animais de PEQUENO PORTE.

	Responda SIM ou Não	SIM	NÃO
Existe um calendário sanitário pré-estabelecido?		7;2,8%	71;28,6%

São feitas vacinações paras as principais doenças endêmicas na região?	56;22,6%	24;9,7%
Existe um manejo sanitário diferenciado por categoria animal (idade) ?	53;21,4%	27;10,9%

## Assistência técnica ao animais de PEQUENO PORTE

Responda marcando "X"	SIM	NÃO
Um profissional (Med.Vet, Zoot, Agron) visita a propriedade periodicamente?	9;3,6%	71;28,6%
A Emater, presta assessoramento?	7;2,8%	50;20,2%
A Coptec, presta assessoramento?	7;2,8%	15;6,1%
Existe prestação de serviços pontuais? (toque, andrológico, pastagens..)	15;6,1%	63;25,4%
Você prioriza a assistência técnica no momento da compra de insumos?	5;2%	74;29,8%

## 14) Aves. Marque com um "X" as opções que ocorrem.

Aves na propriedade?	SIM 213;85,2%	NÃO 3,1,2%			
Quais?	Consumo Próprio	Comercializa			
Galinhas e Galos 213; 85,2%	208;83,9%	Animais 40;16,1% Ovos 77;31,1%			
Galinhas de Angola 13;5,2%					
Patos 16;6,5%					
Perus 4;1,6%					
Marque apenas com "X"	insatisfeito	Pouco insatisfeito	Indiferente	satisfeito	Muito satisfeito
Qual seu grau de satisfação em relação à comercialização da produção?	4;1,6%	16;6,5%	17; 6,9%	39;1 5,7%	4;1,6%

## 15) Aqüicultura – Criação e comercialização de peixes

Possui quantos açudes e tanques? 23
-------------------------------------

## Quais peixes cria?

Descreva: Carpa 20;33,3%, jundiá 6;10%, pacu 4; 6,7%					
Comercializa? 3 propriedades					
Marque apenas com "X"	insatisfeito	Pouco insatisfeito	Indiferente	satisfeito	Muito satisfeito
Qual seu grau de satisfação em relação à comercialização da produção?	0;0,0%	1,0,4%	1,0,4%	1,0,4%	0;0,0%

## 16) (continuação) Apicultura – Abelhas

Quantas caixas possui? 505 caixas					
Qual a produção/ano de mel? 5.371 kg					
Como comercializa o mel e outros produtos? Direto consumidor 23; 23%, por parceria 10; 10%					
Marque apenas com "X"	insatisfeito	Pouco insatisfeito	Indiferente	satisfeito	Muito satisfeito
Qual seu grau de satisfação em relação à comercialização da produção?	0;0,0%	1;0,4%	3;1,2%	25;10,1%	0;0,0%

## 17) Silvicultura - Florestamento

Quais as espécies?					
Mata nativa 122;29,7%, eucalipto 120;29,2%, cinamomo 21; 5,1%					

## 18) Pomar – Fruticultura

Quais as espécies frutíferas? Laranjeira 201;21,8%, bergamoteira 190; 20,6%, pessegueiro 113;12,3%, mangueira 46;5%					
Que área é destinada ao pomar? 40,52 ha					
Como comercializa? Consumidor final 25; 11,9%, feira 5;2,4%					
Quem orienta? Emater 11;6,9%, Coptec 10;6,3%, prefeitura 3; 1,9%					
Marque apenas com "X"	insatisfeito	Pouco insatisfeito	Indiferente	satisfeito	Muito satisfeito
Qual seu grau de satisfação em relação à comercialização da produção?	0;0,0%	6;2,4%	2;0,8%	30;12,1%	3;1,2%

## 19) É associado em alguma cooperativa ou união de produtores?

Sim 86;34,7%	Não 152;61,3%	Qual? Cotrisal 42; 21,9%, associações 28; 14,6%, assentamentos 8;7,3%			
Qual sua opinião sobre:					
Marque com um "X"	Discordo Plenamente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Plenamente
Comercialização coletiva	7;2,8%	11;4,4%	135;54,4%	76;30,7%	8;3,2%
Compras coletivas	9;3,6%	8;3,2%	151;60,9%	64;25,8%	7;2,8%
Venda para Cooperativas	5;2%	15;6,1%	146;58,9%	66;26,6%	7;2,8%
Venda para Associações	3;1,2%	4;1,6%	171;69%	57;23%	4;1,6%

20) Enumere em ordem decrescente de importância o que a propriedade **NECESSITA** para uma maior competitividade rural. Citações:

Irrigação 97 propriedades, assistência técnica 83 propriedades, recurso financeiro 79 propriedades  
Açude 73 propriedades, correção de solo 59 propriedades, poço artesiano 35 propriedades, comercialização 34 propriedades

21) Enumere em ordem decrescente de importância o que **AMEAÇA** a propriedade na competitividade rural. Citações:

Seca, estiagem 181 propriedades, falta de renda 120 propriedades, herbicida aéreo 97 propriedades, falta de comercialização 48 propriedades, abigeato 32 propriedades, endividamento 26 propriedades,

22) Quais os cursos de curta duração que seriam de interesse da família ou da propriedade rural. (marque no máximo três opções). Citações:

administração rural 37;14,9%	Bovinocultura 59;23,8%	gestão de pessoas 4;1,6%	legislação da agroindústria 4; 1,6%
agricultura orgânica 23;9,35	empreendedorismo rural 28;11,3%	industrialização alimentos e conservas 34;13,7%	marketing rural 3;1,2%
Apicultura 12;4,8%	Fruticultura 25;10,1%	informática básica 14;5,7%	ovinocultura 17;6,9%
aproveitamento dos alimentos-desperdícios 32;12,9%	fluxo de caixa rural 3;1,2%	Irrigação 60;24,2%	Suinocultura 9;3,6%
Avicultura 25;10,1%	gestão ambiental 2;0,8%	Horticultura 29;11,7%	Piscicultura 15; 6,1%

Outros: 8; 3,2% bovinocultura de leite e inseminação bovina

23) Produtos Caseiros

Responda marcando "X"	SIM	NÃO
Comercializa produtos caseiros?	77;31,1%	163;65,7%

Quais? Leite 32 propriedades, ovos 25 propriedades, queijo 24 propriedades, doces 24 propriedades, Cuca 17 propriedades, rapadura 14 propriedades

ANEXO A – Formulário da pesquisa da análise da influência da capacidade humana e social no desenvolvimento local – São Borja, RS.

Entrevistas quantitativas N° \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ . Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

Entrevistado: \_\_\_\_\_. Escolaridade: \_\_\_\_\_. Localização: \_\_\_\_\_.

Em geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas e instituições de sua comunidade?	
<b>Confiança</b>	Todas ( )10 ( ) 9 ( ) 8 ( ) 7 ( ) 6 ( ) 5 ( ) 4 ( ) 3 ( ) 2 ( ) 1 Nenhuma ( ) 0
Em comunidade pessoas lideram umas às outras para que ocorra desenvolvimento. Em uma escala de (zero) a (Dez), qual a atitude das lideranças de sua comunidade para que ocorra o desenvolvimento?	
<b>Liderança</b>	Quantidade Máxima ( )10 ( ) 9 ( ) 8 ( ) 7 ( ) 6 ( ) 5 ( ) 4 ( ) 3 ( ) 2 ( ) 1 Ausência ( ) 0
Na comunidade algumas pessoas são empreendedoras, enquanto outras pessoas não. Em geral, em relação a sua comunidade, você diria que há empreendedorismo?	
<b>Empreendedorismo</b>	Quantidade Máxima ( )10 ( ) 9 ( ) 8 ( ) 7 ( ) 6 ( ) 5 ( ) 4 ( ) 3 ( ) 2 ( ) 1 Ausência ( ) 0

ANEXO B – Recomendação da Comissão Central dos Festejos dos 330 anos de  
Instalação do Município de São Borja do projeto “Queijo Origona ou Origone”.

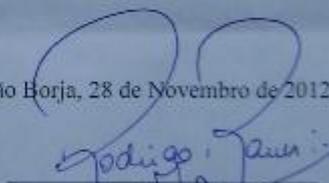


## DECLARAÇÃO

A Comissão Central dos Festejos dos 330 Anos de Instalação do Município de São Borja vem por meio desta recomendar o projeto do "Queijo Origonà ou Origonc" a ser desenvolvido a posteriori.

Projeto este apresentado neste momento pelo Pesquisador Professor Augusto José Pinto Souto que consta dos assuntos da sua dissertação de Mestrado.

São Borja, 28 de Novembro de 2012.

  
Rodrigo Bauer  
Presidente